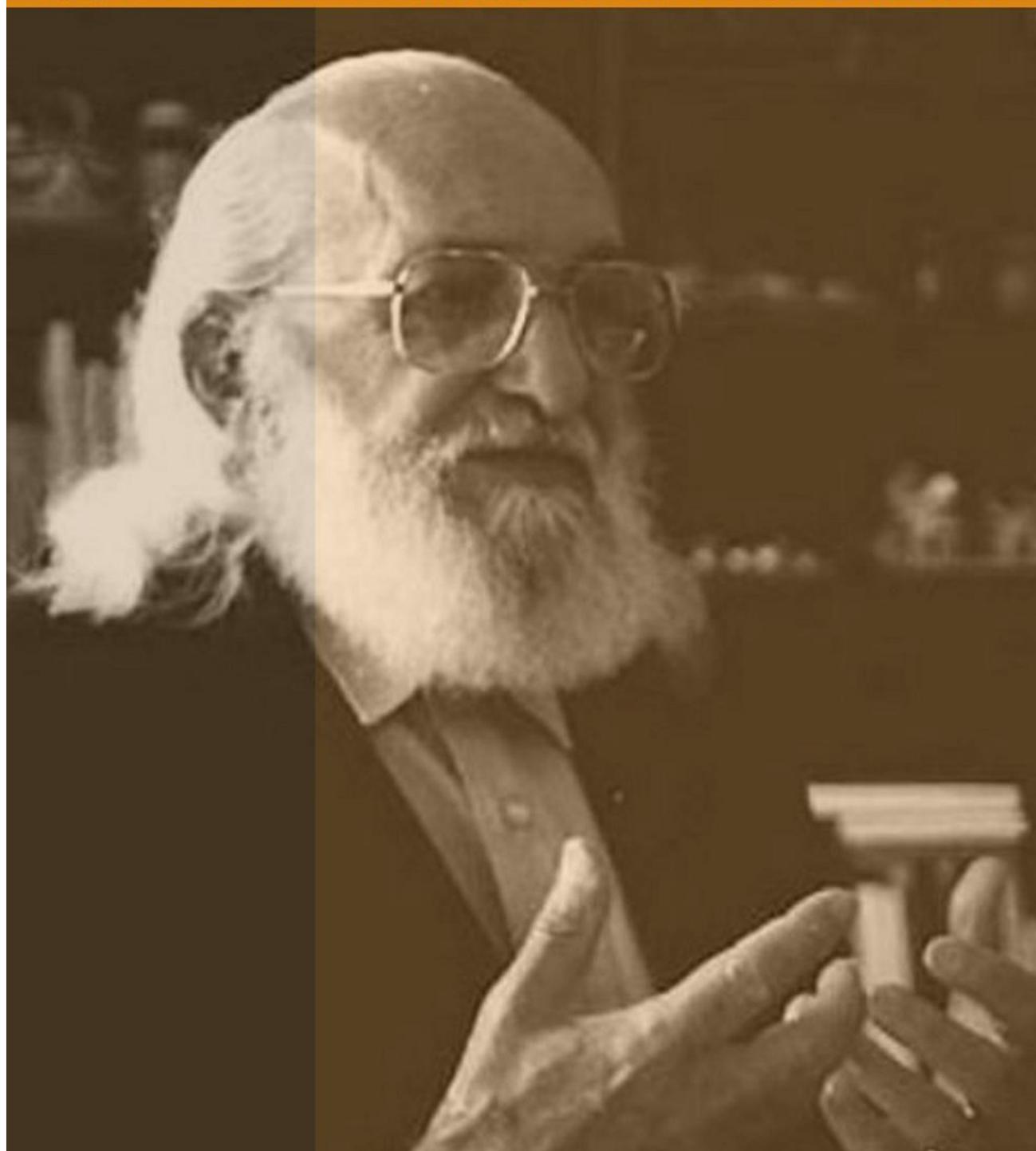


REVISTA  
L

# Labor

ISSN:1983-5000 Numero 20 Vol. 01 Jul/Dez 2018



**Edição Jul/Dez 2018**

Nº 20, Vol. 01

<http://www.periodicos.ufc.br/labor/index>

Fortaleza/Ceará  
Dezembro/2018



**Publicado no Brasil**

**Universidade Federal do Ceará – UFC**

**Reitor**

Prof. Henry De Holanda Campos

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

**Pró-Reitora de Extensão**

Prof.<sup>a</sup> Márcia Maria Tavares Machado

**Faculdade de Educação**

Prof.<sup>a</sup> Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca

**Pós-Graduação em Educação**

Prof. Francisco Ari de Andrade

**Linha de Pesquisa em Filosofia e Sociologia da Educação**

Prof. Sylvio de Sousa Gadelha Costa

**Eixo Economia Política, Sociabilidade e educação**

Eneas de Araújo Arrais Neto

#### FICHA CATALOGRÁFICA

O46e FEIJO, Jerciano Pinheiro; *Et All* (Org.s)

Revista Labor – Edição 20 Volume 01. Fortaleza: Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC e Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP/IFCE. Dez de 2018.

161f.

ISSN – 1983-5000

1. Educação. 2. Ensino 3. Economia Política 4. Formação dos Trabalhadores 5. Lutas Sociais. 6. Educação Profissional. 7 Mundo do Trabalho.

I. Revista. II Título

LABOR / BS

CDU – 377:06

## Sumário

### NOTA DO EDITOR

Apresentação	<a href="#">PDF</a>
Jerciano Pinheiro Feijó	4-6

### ARTIGOS

<a href="#">ESTRESSE EM PROFESSORAS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL</a>	7-26
Antonio José Fernandes Ricardo, Adriele Domingos do Amaral, Márcia de Souza Hobold	
<a href="#">JUVENTUDE E CIDADANIA NA SULANCA E A POLÍTICA DO PROJovem</a>	27-36
Marcelo Alves P Eufrazio	
<a href="#">TECNÓLOGO: CRISE DE IDENTIDADE E CORROSÃO DO CARÁTER</a>	37-53
Marcelo Santos Marques, Joao Eudes Moreira da Silva	
<a href="#">A REFORMA TRABALHISTA E A DISPUTA PELA REGULAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL</a>	54-77
EUGENIO EDUARDO PIMENTEL MOREIRA, ANTÔNIA DE ABREU SOUSA	
<a href="#">A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS RUMOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</a>	78-95
Shilton Roque dos Santos, Marcio Adriano Azevedo	
<a href="#">COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO NACIONAL SOBRE O CONCEITO E SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO</a>	96-114
Mário Lázaro Camargo, Edward Goulart Júnior	
<a href="#">REVALUATION OF MINIMUM WAGES IN MEXICO AND ITS FINANCIAL XML IMPACT ON ORGANIZATIONS AND PRIMARILY ON SMES</a>	115-134
José G. Vargas-Hernández, Rafael Casas Cárdenaz, Rebeca Almanza Jiménez	
<a href="#">FORMAÇÃO HUMANA OU PARA TRABALHAR? UM OUTRO CAMINHO É NECESSÁRIO</a>	135-144
Jerciano Pinheiro Feijo	
<a href="#">IMAGENS DE VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA: UMA EDUCAÇÃO DOMESTICADORA E SUA SUPERAÇÃO</a>	145-161
George Ulysses Rodrigues de Sousa	

## APRESENTAÇÃO

*É melhor escrever errado a coisa certa do que  
escrever certo a coisa errada...*  
Patativa do Assaré

Se ainda vivo fosse, estaria o poeta que cantou o sertão dizendo que estamos escrevendo errado e pior, da forma errada.

Os últimos 4 anos foram de intensa luta no campo da educação e do mundo trabalho, momento de retrocesso, que só não é mais acelerado em razão da resistência – palavra que virou mantra -, dos grupos progressistas tanto no Brasil quanto no mundo. De um lado a profunda crise do capital iniciada em 2008 ainda não se dissipou, de outro, muitos governos progressistas na América Latina começaram a desmoronar. Culpa de suas próprias fraquezas ao não romper com o *modus operandi* do sistema capitalista, está claro: reformas não são suficientes, é necessária uma transformação radical de toda a sociedade.

O Brasil passa por um momento de inflexão diante dos avanços sociais do período 2004-2014, sendo a educação duramente atacada. Frases pronunciadas pelo atual Ministro da Educação “a universidade é para uma elite intelectual” ou pela líder do governo Joice Hasselman, na tribuna do plenário da Câmara dos Deputados, afirmando que não se deve aumentar o investimento no MEC, deixam claro o que deverão ser os próximos quatro anos.

O Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP/IFCE, e com o apoio tanto da Universidade Federal do Ceará – UFC quanto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, continuarão a empreender estudos e patrocinar pesquisas que visem entender esses acontecimentos, de forma a buscar soluções e a postar-se na luta em defesa da educação pública, de qualidade e socialmente referenciada. Somos um espaço de pesquisa e, também, de resistência.

Nesse intento é que em 2019 estaremos organizando o VI Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores, com o subtema: Educação como prática para a Esperança. Uma clara alusão ao advogado, político e educador brasileiro Paulo Freire, que defendeu um processo educativo destinado à conscientização de todos os brasileiros, elevando a formação dos sujeitos para a autonomia e liberdade e não para o obscurantismo e exclusão.

Nesta direção, a Revista Labor, espaço de elevação da consciência e esperança, alcançou o registro DOI (Digital Object Identifier), com o apoio da Associação Brasileira de

Editores Científicos, a qual se encontra filiada, desde 2017, permitindo maior integração com as bases de dados das diversas agências nacionais e internacionais, ampliando o alcance da divulgação do periódico. Outras práticas de boa publicação serão implantadas ao longo de 2019.

O nosso vigésimo número constitui-se de 9 valiosas contribuições, destacadas abaixo.

No artigo ‘Estresse em professoras de um centro de Educação Infantil’, os autores buscam, por meio de entrevistas, levantar discussões sobre as dificuldades vivenciadas pelas professoras no que diz respeito ao estresse e ao adoecimento, tendo por objetivo conhecer as causas e as implicações na vida das professoras utilizando como parâmetro o olhar das próprias educadoras. Uma importante reflexão sobre o impacto do estresse na qualidade do trabalho e da vida das docentes.

O artigo ‘Juventude e cidadania na sulanca e a política do Projovem’ debate a política pública de escolarização e qualificação no tocante a implementação do Projovem Urbano no município de Caruaru-PE, interessante estudo sobre a inserção dos jovens no mundo do trabalho, analisando os desafios, impasses e estratégias de construção de um protagonismo juvenil.

Intitulado ‘Tecnólogo: crise de identidade e corrosão de caráter’, o terceiro artigo trata da reestruturação da Educação Profissional no Brasil a partir de 1997 e sua reverberação no CEFETCE. Uma análise fundada na teoria crítica, o texto analisar a inserção dos cursos tecnológicos na Instituição e suas consequências para os jovens brasileiros.

No quarto artigo, denominado a “A reforma trabalhista e a disputa pela regulação do direito do trabalho” a abordagem alia a visão do pedagogo com o jurista para fomentar a discussão epistemológica, jurídica e sociológica acerca da Reforma Trabalhista no Brasil. Os autores abordam a epistemologia do Direito do Trabalho, a partir da evolução histórica, dos paradigmas estruturais e de sua relação com a sociedade e explicitam as bases da flexibilização do trabalho trazidas pela Reforma Trabalhista.

Em “A contrarreforma do Ensino Médio e os rumos da Educação Profissional no Brasil” se destaca o debate sobre os rumos da educação profissional no contexto atual, refletindo a preocupação do maior sindicato dos profissionais da educação profissional pública do país acerca das reformas empreendidas pelo governo federal a partir de 2016. É um texto importante para nortear futuras análises sobre educação profissional no Brasil pós-golpe de 2016.

O artigo “Comprometimento organizacional: um estudo nacional sobre o conceito e seu processo de desenvolvimento” constitui significativo trabalho de fundamentação, dotado

de estofo teórico suficientemente capaz de contribuir com pesquisas posteriores no campo do comprometimento organização. Circunscrito às áreas de Administração e Psicologia das organizações, o texto apresenta revisão de literatura nacional, identificando e analisando os principais tópicos de pesquisas realizados sobre o tema. A partir daí, aponta as principais lacunas existentes sobre o conceito.

O instigante “Revaluation of minimum wages in Mexico and its financial XML impact on organizations and primarily on SMES” enfatiza a desvalorização do salário mínimo geral no México, destacando a necessidade de sua reavaliação como resposta à marginalização econômica de setores vulneráveis e regiões com maior defasagem no país. Destaca, ainda, a emergência de medidas para estancar a deterioração dos padrões de vida dos assalariados, levando em conta, sobretudo, as demandas das nações com relação ao novo acordo entre os Estados Unidos, México e Canadá (USMCA). Uma leitura esclarecedora, que pode trazer luz aos problemas salariais em toda a América Latina diante do avanço liberal destes últimos anos.

O questionamento “Formação Humana ou para trabalhar? Um outro caminho é necessário” intitula o oitavo artigo. Dois eixos sustentam o texto, pois, destaca, de um lado, a necessidade de encontrar novo caminho para o sistema educacional atual, e, de outro, expõe o alicerçamento da educação brasileira, que reproduz o modo de produção capitalista. Em contraposição aos defensores de ensino politécnico ou de formação adestradora, posiciona-se a favor de um sistema escolar universalista onde prevaleça a compreensão de que todos pertencem à mesma humanidade.

O último artigo desta edição, intitulado “Imagens de vigilância e violência: uma educação domesticadora e sua superação” adentra ao mundo da Filosofia, trazendo um tema caro ao nosso escopo, os elementos de ocultação da realidade social. Destacam-se a investigação acerca dos conceitos de aparelhamento, programação e jogo do Filósofo Vilém Flusser, bem como os entrelaçamentos aos estudos de montagem e formalização de imagens técnicas e seus efeitos sobre o espectador.

A expectativa é de que os leitores da Revista Labor apreciem a diversidade e profundidade dos temas abordados, elucidando questões e, ao mesmo tempo, contribuindo para o surgimento de novas elaborações no pensamento a partir da leitura da realidade concreta.

Prof. Ms. Jerciano Pinheiro Feijó

## ESTRESSE EM PROFESSORAS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL STRESS IN TEACHERS OF A CHILD EDUCATION CENTER

Antonio José Fernandes Ricardo<sup>1</sup>

Adrielle Domingos do Amaral<sup>2</sup>

Márcia de Souza Hobold<sup>3</sup>

### RESUMO

Professores no Brasil têm suas condições de trabalho precárias, por falta de recursos, reconhecimento, intensidade de trabalho entre outras questões que levam a um desgaste emocional e físico causando seu adoecimento com mais facilidade. O estresse trata-se de um fator que afeta tanto a vida pessoal quanto profissional e pode ser o gerador de adoecimento físico e psíquico, como será apresentado neste artigo, que possui como objetivo central apresentar as causas do estresse em professoras de um Centro de Educação Infantil e sua implicação para o exercício do trabalho docente. O artigo agrega os resultados de uma pesquisa qualitativa, decorrente de uma minuciosa busca teórica sobre estresse na educação e consequências na saúde, observações participantes, além de dados de entrevista com quatro professoras que atuam em um Centro de Educação Infantil, localizado em uma cidade de Santa Catarina. Como método de análise de dados foi utilizada a análise em prosa (ANDRÉ, 1983), que prioriza o discurso livre dos entrevistados, ancorada no referencial teórico dos seguintes autores: Nassif (2010), Martins (2007), Gatti (2010), Witter (2003) entre outros, que discutem assuntos relacionados à educação, estresse e adoecimento de professores. Os resultados da pesquisa apontaram que o estresse gerado pelo trabalho ocorre devido a questões que envolvem as crianças (alunos do CEI) e as famílias e que, muitas vezes, o estresse provocado pelo envolvimento nestas questões acarreta contratempos, conflitos e, por consequência, adoecimento e exaustão física e psíquica. As professoras também relataram experiências estressantes vivenciadas em outros CEI's em que atuam.

**PALAVRAS-CHAVE:** *professores da educação infantil; estresse; adoecimento docente.*

### ABSTRACT

Teachers in Brazil have precarious work conditions due to lack of funding, recognition, work intensity, among other issues that lead to an emotional and physical strain, causing their sickness with greater ease. The stress is a factor that affects personal as well as professional life and can be the generator of physical and psychic illness, as it will be presented in this article, which aims to showcase the causes of stress in teachers from an Early Childhood Center and its implication on the teaching work. This article carries the results of a qualitative research, resulting from a thorough theoretical research on stress in education and health consequences,

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Professor concursado na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e no Ensino Médio do Senai em Joinville. Membro do GETRAFOR, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Formação Docente, relacionado com o Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Realizou estágio de Pós-Doutoramento (CNPq PDJ) também na PUC SP. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada ao Departamento de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências da Educação (MEN/CED/UFSC). Integra a Rede Interinstitucional de Pesquisas sobre a Formação e as Práticas Docentes – RIPEFOR, o Grupo de Trabalho (GT 8) de Formação de Professores da ANPEd Nacional, O Grupos de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho e a formação docente – GETRAFOR, da UNIVILLE, e, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Profissional Docente, da PUC SP.

participant observations, as well as interview data from four teachers that work at an Early Childhood Center located in of city the Santa Catarina. Prose analysis was the used data analysis method (ANDRÉ, 1983), which prioritizes free interviewer speech and was anchored on the theoretical framework by the following authors: Nassif (2010), Martins (2007), Gatti (2010), Witter (2003), among others, that discuss subjects related to education, stress and illness on teachers. The research results pointed that the stress generated by the work occurs due to issues that involve the children (ECC students) and their families, and that, very often, the stress caused by involvement in those issues brings setbacks, conflicts and, as a consequence, the illness and physical and psychic exhaustion. The teachers also reported stressful experiences on other ECCs in which they worked.

**KEYWORDS:** *preschool teachers, stress, faculty illness.*

## INTRODUÇÃO

Conforme Ferreira e Goulart (2011, p. 45), “[...] o estresse contribui de forma significativa para a produtividade diminuir e relaciona essa questão à dificuldade de concentração, decisão e esquecimento, podendo alcançar inclusive estafa (esgotamento físico-mental)”.

Considerando que o estresse é um tema relevante quando se trata dos prejuízos causados em funções da vida diária, a pesquisa levantou as características negativas de estar sob tal estado, que pode afetar o desempenho de professoras de um Centro de Educação Infantil.

Segundo Andrade (2012), os professores atuam em uma das profissões que apresentam maior prejuízo no que diz respeito ao estresse, situação que influi diretamente na conduta profissional, gerando desgaste emocional e mal-estar.

A pesquisa foi elaborada frente à necessidade de uma investigação mais apurada sobre as causas do estresse em professoras, que surgiu devido à verificação de indícios de exaustão a partir de uma observação participante realizada no ano de 2015, pelo grupo de estágio de acadêmicas do 4º ano de Psicologia de uma universidade da região nordeste de Santa Catarina, na disciplina de Psicologia Educacional, em um CEI-ONG, localizado em uma cidade do mesmo Estado.

Com a realização desta pesquisa foi possível conhecer melhor os fatores causadores do estresse em professoras da Educação Infantil, assim como o que pode gerar prejuízos à saúde emocional e física das docentes participantes da pesquisa.

As questões levantadas para a realização desta investigação foram: às consequências do estresse em docentes? Os fatores que implicam no trabalho e as estratégias utilizadas para o tratamento dos sintomas do estresse.

O trabalho apresentado conta com a análise em prosa (ANDRÉ, 1983) e valoriza o discurso livre das professoras em associação ao referencial teórico sobre o assunto. Com o objetivo de deixar a leitura mais clara e detalhada em concordância com as falas das entrevistadas, a análise divide-se em temáticas: “as professoras, o caminho na docência e o contexto da família dos alunos”; “envolvimento emocional de professoras e alunos”; e, “adoecimento físico e psíquico na docência”.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### *O Estresse*

O estresse trata-se de um aglomerado de respostas a estímulos internos e externos que o organismo enfrenta em circunstâncias que demandam ação de mecanismos mentais individuais, possibilitando um comportamento adequado para preservar o equilíbrio corporal e emocional em determinadas situações (MAFFIA e PEREIRA, 2013).

Segundo Margis *et al.* (2003), quaisquer situações do ambiente podem causar estresse, entre elas, acontecimentos diários relacionados com conflitos em casa, carga de trabalho intensa, dificuldades nos estudos, entre outras situações que, caso ocorram com frequência, podem provocar grande desconforto psíquico. O modo com que o indivíduo lidará com o estresse em diversas situações dependerá da forma com que “[...] filtra e processa a informação e sua avaliação sobre as situações ou estímulos a serem considerados como relevantes, agradáveis, aterrorizantes etc.” (MARGIS *et al.* 2003, p. 66).

Os efeitos negativos do estresse implicam em “[...] déficits de memória e na diminuição da neuroplasticidade e, conseqüentemente, no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas, como doença de Alzheimer” (KAPCZINSKI; IZQUIERDO e QUEVEDO, 2009, p. 67), além de transtornos de ansiedade e outras patologias.

Pesquisas relacionadas ao estresse procuram identificar causas organizacionais, que podem ter diversas variáveis que se devem tanto a fatores físicos como a fatores psicossociais que, atualmente, são os maiores alvos das pesquisas sobre a temática.

De acordo com Paschoal e Tamayo (2004, p. 46):

Entre os estressores psicossociais, destacam-se os estressores baseados nos papéis, os fatores intrínsecos ao trabalho, os aspectos do relacionamento interpessoal no trabalho, a autonomia/controle no trabalho e os fatores relacionados ao desenvolvimento da carreira.

Segundo Valle (2011), o estresse é um distúrbio que além de grave não ameaça apenas condições da vida pessoal do profissional. Como exemplo, no caso de educadores, trata-se de uma questão que repercute no meio social, pois, os estudantes (crianças, jovens e adultos) dependem do seu trabalho e de seu bem-estar para atuação prática.

### ***O Estresse e as condições do trabalho docente***

Oliveira e Freitas (2014) argumentam que no Brasil, o trabalho de práticas educacionais se difere de outros países por sua situação, o que gera um maior desgaste dos profissionais, pois “[...] as condições de trabalho dos docentes brasileiros, a exemplo das condições de trabalho de docentes americanos e europeus, são precárias, sendo apontadas como geradoras de adoecimento físico e psicológico” (*Idem*, 2014, p. 13).

Mudanças relacionadas ao trabalho docente nas escolas têm gerado uma grande preocupação no que diz respeito à valorização do profissional, pois, há muita exigência em termos do envolvimento do professor nos novos processos empregados no ensino, acarretando sobrecarga em diversos fatores para a equipe e esquecendo que a qualidade do trabalho é essencial para a melhora nos processos de ensino e aprendizagem. Segundo Oliveira (2004, p.1132):

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante.

A demanda atual de professores é maior devido ao aumento da população na escola, porém os números apontam que faltam profissionais atuando, tornando as condições de trabalho mais uma vez precárias que, por sua vez, ocasionam o adoecimento de muitos professores (GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005).

Segundo Oliveira e Freitas (2014), em uma pesquisa exploratória realizada com 1.492 professoras, os resultados apontaram que:

O sofrimento se dá pelo esgotamento emocional, pelo alto nível de exigências que lhes são imputadas, pelo desgaste e frustração por falta de reconhecimento da importância do trabalho para a sociedade e pelo desrespeito. Agregados a isto estão o baixo salário, visto que, dentre outras profissões, a de professor apresenta uma das menores remunerações, e, por fim, o estresse causado pelo intenso trabalho e cobrança da própria instituição, além das situações de insegurança física, entre outros constrangimentos enfrentados pelos professores (2014, p. 96).

Aliada à cobrança dos centros de educação, a pressão dos pais também exercida sobre a prática do trabalho docente gera “diversos estressores psicossociais, alguns relacionados à natureza de suas funções, outros relacionados ao contexto institucional e social onde estas são exercidas”. (CARLOTTO, 2002, p. 21).

De acordo com Oliveira e Freitas (2014), o professor deseja ter seu trabalho reconhecido pelo esforço gerado em suas funções e quando isto não ocorre, muitas vezes “a responsabilidade exigida passa a ser percebida como uma sobrecarga, geralmente experimentada como um conflito, que acaba por repercutir negativamente na saúde” (*Idem*, 2014, p. 14).

Conforme Carlotto (2002), o estresse pelas funções exercidas muitas vezes provoca mal-estar tanto para o professor quanto para o aluno, que pode ter sua aprendizagem prejudicada devido à queda no desempenho das atividades do docente e em acordo com a importância da problematização destas questões.

A pesquisa realizada neste artigo, por meio de entrevistas com professoras da Educação Infantil, levanta discussões acerca das dificuldades encontradas pelas professoras em um Centro de Educação Infantil no que diz respeito ao estresse e ao adoecimento, com o objetivo de conhecer as causas, suas implicações e proporcionar melhor conhecimento sob a perspectiva de quem convive com a educação.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Segundo Rodrigues (2007), a análise qualitativa visa descrever e analisar os dados coletados, interpretando os fenômenos e atribuindo significados relacionados ao que foi pesquisado e que, segundo Ludke e André (1986, p. 44):

São cinco as características básicas da pesquisa qualitativa, chamada, às vezes, também de naturalística: a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e, e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Para a pesquisa qualitativa foram realizadas entrevistas referentes ao estresse, estratégias de enfrentamento e dificuldades encontradas no trabalho das professoras participantes, para uma melhor compreensão, entendimento e corroboração com a realidade do tema pesquisado.

Esta pesquisa teve como instrumento para a coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas, que segundo Manzini (2004), compõem-se de questionamentos que são baseados em teorias que se associam ao tema da pesquisa e que “está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista” (p.2). Também como forma de coleta de dados, utilizou-se informações adquiridas a partir da observação participante, inicialmente realizada durante dois meses no ano de 2015, depois em um estágio realizado durante oito meses na mesma instituição. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p.71):

A observação participante se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles.

Para a análise das entrevistas foi realizada a construção de um diálogo teórico com as observações participantes e respostas obtidas, a fim de constatar ou não a realidade discutida pelos referenciais teóricos.

A entrevista contava com 10 perguntas que levaram em consideração o levantamento de informações de artigos, teses de mestrado e doutorado disponibilizados na *web* pelo *Google* acadêmico, nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e também pelos objetivos e questões da pesquisa. O roteiro de entrevista foi submetido a um pré-teste com uma professora de outra instituição da Rede Municipal de Ensino de uma cidade de Santa Catarina antes da aplicação às professoras do CEI e adequado, posteriormente, para a aplicação final.

A pesquisa foi aplicada no próprio Centro de Educação Infantil onde as professoras trabalham. Quatro professoras já graduadas aceitaram participar da entrevista, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a finalização das entrevistas, foi realizada a análise dos dados obtidos por meio do método conhecido por “análise em prosa” (ANDRÉ, 1983). De acordo com a autora a análise em prosa, em um sentido mais amplo que a análise de conteúdo, inclui “o tipo de informação geralmente obtida através de observação participante, questões abertas em entrevistas e questionários, análise de documentos de material áudio visual, e etc.” (ANDRÉ, 1983, p.67). Para esta mesma pesquisadora:

A análise em prosa é aqui considerada uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos. É um meio de levantar questões sobre o conteúdo de um determinado material: O que é que este diz? O que significa? Quais suas mensagens? E isso incluiria naturalmente, mensagens intencionais e não intencionais, explícitas ou implícitas, verbais ou não verbais, alternativas ou contraditórias.

No decorrer do artigo não será mencionado o nome verdadeiro das professoras participantes da pesquisa e do Centro de Educação Infantil, que serviu de lócus para a realização da mesma, visando preservar a identidade das professoras e da instituição educativa. No lugar dos nomes será utilizado um codinome que foi escolhido como forma de identificação pelas quatro professoras participantes da pesquisa. Além disto, para o relato das entrevistas ao longo da análise de dados, as perguntas e respostas serão identificadas com a letra “P” para pesquisadora e a letra “E” para as professoras entrevistadas.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

### *As professoras, o caminho na docência e o contexto da família dos alunos*

As quatro professoras que aceitaram participar da pesquisa foram mencionadas pela coordenação do Centro de Educação Infantil (CEI) para sua participação. Ou seja, a coordenação do CEI indicou-as dizendo que elas haviam apresentados sintomas de estresse. Diante desta informação, cada professora foi consultada sobre o interesse pela participação na pesquisa e, prontamente, aceitaram o convite.

As entrevistas foram realizadas no próprio CEI. As entrevistadas têm em média 40 anos, experientes na docência, apesar de não dispor de muitos anos de formação, tendo em média seis anos e meio de formação. A tabela 1 demonstra o perfil das participantes:

Tabela 1 – Perfil das professoras participantes da pesquisa

<b>NOME (fictício)</b>	<b>IDADE</b>	<b>ANOS DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO</b>
Pati	37 anos	6 anos de formação e atuação
Liliti	37 anos	6 anos de formação e atuação
Vitória	44 anos	10 anos de formação e 12 anos de atuação
Eloísa	42 anos	5 anos de formação e 17 anos de atuação

Fonte: Primária (2016).

As professoras foram questionadas quanto à escolha em trabalhar com crianças. Conforme demonstrado na tabela 1, duas das professoras já atuavam antes da formação. As mesmas explicaram que faz pouco tempo que a graduação em pedagogia é exigida para atuar na docência da Educação Infantil e, para que continuassem exercendo a profissão, foi necessário realizarem a graduação, conforme os seguintes relatos:

P – Porque você escolheu trabalhar com crianças?

E – *“Sempre quis ser professora, um sonho de criança. Na época não era exigência ter graduação e fiz magistério, atuei dois anos antes de me tornar professora.”* (VITÓRIA)

*“Gosto de crianças... gostava de contar histórias, fiz uma capacitação na época que comecei a atuar em 1999, deixei do CEI por um período e quando voltei era necessário fazer pedagogia.”* (ELOISA)

Segundo Gatti (2010), a formação em nível superior para professores passou a ser fundamental somente em 1996, e para adequação, foi concedido um prazo de dez anos para nova norma. Em 2006, as diretrizes para formação em pedagogia mudaram. Os professores graduados em pedagogia passaram a ser capacitados para educação infantil e para séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série). Para os demais anos, passou a ser necessária a realização de especializações em disciplinas específicas ou licenciatura direcionada a apenas uma disciplina.

As professoras Pati e Liliti começaram atuar logo depois da graduação e escolheram a profissão por motivos diferentes, como relataram:

E – *“Nunca sonhei em ser professora, fiz pedagogia por necessidade porque na época trabalhava com crianças pela coordenação da igreja, depois que comecei a lecionar me apaixonei e permaneci na profissão.”* (PATI)

*“Pelo bom desenvolvimento da minha filha na Educação Infantil. Quando minha filha ia para o CEI eu passava um tempo esperando ela e com isso passei observar a rotina e acabei me interessando.”* (LILITI)

As professoras também foram questionadas sobre dificuldades que encontram no trabalho com a equipe no CEI. Diante deste questionamento, Vitória e Eloisa relataram algumas dificuldades que se concentram na comunicação, divergência de ideias e opiniões diferentes entre elas. Como decorrência de tais dificuldades podem ser citados possíveis conflitos na equipe e desconforto no ambiente de trabalho, bem como questões emocionais que afetem diretamente a produção das professoras.

P – Você possui algum tipo de dificuldade com sua equipe de trabalho? Quais?

E – *“Sim, pensamentos diferentes dentro da equipe.”* (VITÓRIA)

*“Dificuldade em aceitar a opinião umas das outras, o que acaba dividindo a equipe.”* (ELOISA)

Thurler e Perrenoud (2006, p. 367) fazem considerações sobre a prática de professores, dizendo que: “o individualismo é a figura dominante do ofício de professor”. Apesar disto, Witter (2003), afirma que um ambiente que propicie a motivação do docente,

facilita sua interação e bom desempenho profissional, pois tal ambiente implica no oferecimento de condições que atendam às necessidades de cada indivíduo.

Em contrapartida ao que Vitória e Eloisa disseram, as professoras Pati e Liliti afirmaram não possuírem problemas atualmente com a equipe de trabalho, ou seja, não mencionaram nada que afete o desempenho profissional:

*“Não, nenhuma dificuldade que prejudique meu desempenho, somente divergência de opiniões.” (PATI)*

*“Não atualmente, mas já tive dificuldade de relacionamento por conta da falta de conexão/compatibilidade nas ideias.” (LILITI)*

Conforme relatado pelas professoras Pati e Liliti, elas não apresentam muitas dificuldades com a equipe de trabalho, no entanto, em relação à discussão sobre as dificuldades em trabalhar com as crianças, mesmo todas as docentes dizendo se sentirem bem e realizadas, relataram dificuldades, como complicações na abordagem com os pais e em certos comportamentos de algumas crianças, como se segue:

P – Como você se sente trabalhando com crianças e quais são suas maiores dificuldades?

E – *“Amo o que faço, mas sinto dificuldade em lidar com os comportamentos de algumas crianças por conta da criação recebida pelos pais. Não acredito que é a criança que tem problema, mas sim a forma como o pai lida com a criança em casa.” (PATI)*

*“Sinto-me realizada, mas a maior dificuldade que sinto é de que as pessoas entendam que a educação infantil acontece dentro e fora do CEI, sinto a falta de parceria dos pais, cooperação.” (LILITI)*

*“Sinto-me bem, percebo que as dificuldades aparecem no dia-a-dia, mas algumas crianças apresentam comportamentos que dificultam o manejo e sinto falta de interesse dos pais nos problemas dos filhos.” (VITÓRIA)*

*“Realizada, mas sinto resistência dos pais... aos pais aceitarem que os filhos precisam de ajuda.” (ELOISA)*

De acordo com De Lima (2009, p.8):

Tanto a família quanto a escola deve viabilizar relações pautadas na afetividade e no adequado desempenho de papéis. As crianças ao viverem ora como aluno, ora como filho, aprendem as normas sociais e éticas e compreendem o seu lugar no mundo. Se os adultos se eximirem da sua tarefa educativa, a criança encontrará dificuldades na construção do ser “sujeito” e dificilmente entenderá o mundo e seu funcionamento. O que uma família tem que fazer nenhuma escola consegue substituir, por melhor que seja; o que a escola tem que fazer as famílias não conseguem, mesmo sendo educadoras.

De Lima (2009) explica que o bom desenvolvimento da criança depende do trabalho em conjunto entre escola e família, pois uma depende da outra, questão que foi

apontada pelas entrevistadas, que dizem não perceber esta parceria dos pais, motivo que acaba gerando um empecilho para o bom desempenho na educação. As críticas seguem nos relatos das professoras, relacionadas à dificuldade no acesso aos pais:

P – Você sente alguma dificuldade quando precisa conversar com os pais?

E – *“Sim, casos isolados, pois acabam desgastando, muitas vezes noto falta de interesse dos pais em seus filhos.” (PATI)*

*“Sinto dificuldade em abordar os pais, por não saber qual será sua reação, principalmente no primeiro contato.” (LILITI)*

*“Existem pais acessíveis e outros não, mas muitas vezes a resistência dos pais é resultado de algum conflito da professora com o filho.” (VITÓRIA)*

*“Até consigo conversar, mas dificilmente os pais aceitam e dão seguimento às sugestões.” (ELOISA)*

Nassif (2010) argumenta que muitos professores tentam fazer contato com os pais, mas esse contato geralmente não é satisfatório e acaba prejudicando a relação professor-família e, por consequência, questões relacionadas aos próprios alunos.

Quando os professores percebem algum tipo de dificuldade em lidar com o comportamento dos alunos e recorrem à família, percebem que a dificuldade se agrava, pois, ainda segundo Nassif (2010, p. 39):

[...] há muitos professores que relutam em chamar os pais e ficam bastante ansiosos quando isso se faz necessário. Alguns sentem como se fosse mexer “num abelheiro”, porque sabem ou pressentem que, por trás da dificuldade apresentada pela criança, pelo aluno, existe um conflito familiar, ou porque já foram alertados pelos colegas que já mantiveram anteriormente contato com a família, e esta demonstra resistência em aceitar e procurar soluções para o que lhe é apresentado. Neste sentido, observa-se, muitas vezes, que os educadores colocam os fatos de forma muito branda, omitindo ou atenuando situações sem fornecer uma visão real e clara dos acontecimentos ocorridos em sala de aula.

A dificuldade mencionada pelas professoras entrevistadas condiz com o referencial teórico do assunto sobre as dificuldades na comunicação com os pais de seus alunos, pois trazem os problemas encontrados nesta comunicação, apontando a resistência dos pais em participar do desenvolvimento dos filhos e em aceitar que os filhos apresentam comportamentos diferentes das demais crianças.

Cardoso (2007) afirma que, com o passar dos anos, as famílias, alegando que possuem pouco tempo para cuidar do ensino dos filhos, designaram aos professores obrigações além de suas funções, como a transmissão de normas, cuidados, padrões e valores que antes faziam parte da educação recebida em casa.

Para Petrucci, Borsa e Koller (2016), a família e a escola são de importância crucial para as crianças, pois quando a relação entre estes dois ambientes de convivência da criança se encontra em harmonia, produz contribuições “para a promoção de competências socioemocionais e para a redução de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes” (p.392).

### ***Envolvimento emocional de professoras e alunos***

Segundo Vygotsky (1991), as interações sociais estão intimamente ligadas à construção do conhecimento, portanto Vygotsky traz os conceitos de *mediação* e *internalização*, que são conceitos fundamentais para a aprendizagem e significam a forma como as informações são transmitidas pelo professor para a criança e como a criança apreende essa informação. Essa construção entre *mediação* e *internalização* da aprendizagem possui relação com o modo com que essa informação será recebida. Para Leite (2012), o professor produz impactos afetivos muito fortes nos alunos, o que facilita o estabelecimento de vínculo e as relações ensino-aprendizagem.

Segundo as professoras, elas atuam como pedagogas por gostar da profissão e quando indagadas, disseram se sentirem confortáveis trabalhando. A professora Pati relata uma dificuldade atual do CEI, já a professora Vitória relatou sobre o carinho recebido das crianças no trabalho, que a faz se sentir bem atuando na profissão e é uma questão crucial para o trabalho na pedagogia:

P – Atualmente você se sente confortável em sua função? Por que?

E – “ Atualmente o CEI passa por dificuldade financeira, o que prejudica um pouco o acesso a algumas coisas que melhorem o trabalho, porém, me sinto confortável porque é o que quero fazer e tenho total liberdade para desempenhar meu trabalho.”  
(PATI)

“Sim, pois realizo os objetivos propostos por mim.” (LILITI)

“Sim, por ver resultado no trabalho e receber o carinho das crianças”. (VITÓRIA)

“Sinto-me confortável, pois recebo apoio na equipe.” (ELOISA)

Para Miranda (2008) a relação professor-aluno é muito importante para a evolução de competências estudantis e sociais do aluno e deve ser vista de forma humana, valorizando a afetividade onde essa relação possa servir como “base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico em sala de aula” (p. 1).

Ainda segundo a autora, a afetividade faz o aluno criar confiança em seu professor, “neste sentido constata-se que a afetividade é fundamental no processo de ensino aprendizagem,

pois, todo o processo do desenvolvimento humano passa pelo aspecto social juntamente com a cognição, com o afeto e com a moral” (MIRANDA, 2008, p. 11).

Em conversa com as professoras entrevistadas e em observações realizadas no CEI, todas demonstram afetividade para com seus alunos, muitas vezes tomando para si os problemas dos alunos devido às condições de algumas crianças que se encontram em condições sociais precárias ou com falta de cuidados familiares, entre outras situações. Além disto, as professoras relataram sentir que algumas crianças recebem pouco afeto em casa e, quando vão para o CEI, procuram mais atenção. Elas percebem a falta de atenção dos pais como um sinal da carência afetiva das crianças, e devido a isto, elas sentem o dever de se dedicarem mais.

Segundo Alves-Mazzotti (2008, p. 527), em uma pesquisa realizada com professoras em uma escola pública nos anos iniciais sobre o sentido de “dedicação”, ela relata que:

As professoras consideram que ser professor hoje é um grande desafio, uma tarefa árdua, que requer muita dedicação e força de vontade para não desistir, porque as responsabilidades são muitas e o apoio é praticamente nenhum. Entre os motivos que as fazem se sentir dessa maneira com relação à profissão, destacam-se a carência extrema das crianças, as mudanças na família, a situação social e econômica do País, a violência endêmica, a crise de valores, a precariedade de recursos que encontram nas escolas e a desvalorização do professor.

Alves-Mazzotti (2008) afirma que os resultados de sua pesquisa indicaram que as professoras veem o sentido de “dedicação” na forma maternal, de cuidado e proteção, questão que está de acordo com o sentimento apresentado pelas professoras entrevistadas.

Um fato importante comentado pelas docentes foi o envolvimento emocional delas para com seus alunos. Disseram que ocasionalmente se envolvem muito com as questões particulares das crianças, como se fossem seus próprios filhos. Elas acreditam que, ao mesmo tempo em que essa relação afetiva beneficie o aluno, também possa causa-lhes consequências, pois se veem limitadas a fazer algo além do CEI, e consideram que, muitas vezes, essa relação afetiva tão próxima pode causar prejuízo emocional às próprias professoras. Para explicitar melhor esta situação apresenta-se o relato de uma das professoras entrevistadas que sofreu as consequências pelo estabelecimento de uma relação afetiva muito próxima com uma das crianças de um CEI que trabalhou há aproximadamente três anos. Esta professora, que mantém este fato em segredo, conta que uma criança ficou gravemente doente, com risco de morte, e ela se comoveu tanto com o caso ao ponto de adoecer psicologicamente.

### *Adoecimento físico e psíquico na docência*

Diante da questão adoecimento e estresse, as entrevistadas foram questionadas se sabem identificar quando estão sob o estado de estresse, o que sentem e como lidam com estes sintomas. Todas as professoras disseram saber identificar tal estado, como expuseram:

P – Você sabe identificar quando está estressada? O que você sente nestes momentos?

E – *“Sim, fico bastante irritada e cansada.” (PATI)*

*“Sim, sinto falta de ar.” (LILITI)*

As professoras Vitória e Eloisa ainda complementaram suas respostas, dizendo a forma como percebem que estes sintomas se manifestam e o que pode ocasionar. A professora Vitória conta que o estresse gera prejuízos para seu bem-estar. Por sua vez, como registrado a seguir, Eloisa diz que desconta o estresse na família:

E – *“Sim, fico bastante ansiosa, até voltei a fumar por um período, noto comer mais também.” (VITÓRIA)*

*“Sim, no tratamento em casa com a família, muitas vezes por reclamações e por ficar mais irritada.” (ELOISA)*

A pedagogia é uma profissão ainda predominantemente feminina e de acordo com Martins (2007), as mulheres apresentam sintomas de estresse diferenciados dos homens e mais acentuados por conta da diferença em seu sistema reprodutor, que variam de dores pélvicas a cólicas, baixa-estima, assim como ansiedade, preocupação além da média, entre outros.

Ainda segundo Martins, pesquisas apontam que “ensinar é uma das ocupações altamente estressantes, com reflexos negativos e evidentes na saúde física e mental, bem como no desempenho profissional dos professores” (2007, p.118).

Também foi comentado pelas entrevistadas o modo que lidam com os sintomas do estresse e foi constatado que elas se utilizam de recursos diferentes, como música e família, mas partem para o isolamento no sentido de ficarem sozinhas e, assim, conseguirem diminuir a manifestação dos sintomas:

P – De que forma costuma lidar com os sintomas do estresse?

E – *“Prefiro ficar quieta e evito falar.” (PATI)*

*“Costumo comer coisas que eu gosto e escutar música no fone de ouvido para me ‘desligar’”. (LILITI)*

*“Buscando o apoio da família, dos amigos e na leitura.” (VITÓRIA)*

*“Procuro caminhar sozinha, me isolar e ir à igreja.” (ELOISA)*

As professoras relataram que, muitas vezes, não sabem distinguir quando o estado de estresse leva ao adoecimento. Nas entrevistas disseram não receber na graduação orientação a respeito do adoecimento físico e psicológico e sentem falta de terem mais informações a respeito. Afirmam que a falta de informação faz com que não saibam identificar que situações do trabalho, por vezes, causam prejuízos à saúde. Para Witter (2003, p. 37)

[...] o estresse do professor tem muita relação com a sua formação acadêmica, que deve capacitá-lo muito bem em Psicologia em tópicos diversos como: tecnologia do ensino, capacidade de planejar e garantir sua educação continuada, conhecimento científico das variáveis que influem em docentes e alunos, e mesmo em conhecimento de metodologia científica para que possa trabalhar com mais segurança, assumir os riscos nas inovações, testando-as adequadamente etc. A sala de aula é um laboratório e o docente deve ser um pesquisador capaz de contribuir para que se conheça cada vez mais sobre o que nela ocorre, seus personagens, o ensino-aprendizagem, as relações interpessoais, os materiais, a organização, a ergonomia etc. O professor deve estar preparado para trabalhar com todos estes aspectos, estes pacotes de variáveis, usando estratégias comportamentais que evitem os efeitos negativos dos estressores que estão associados a esta variedade de situações. Precisa ter competência para pesquisar a realidade em que atua e avaliar cientificamente o impacto de sua ação.

Quando questionadas sobre os desgastes físicos e psíquicos da profissão atualmente afirmaram não identificar desgastes psicológicos. Em relação aos desgastes físicos, dizem possuir dificuldade em relacioná-los ao estresse ou às próprias atividades do CEI, por se tratar um trabalho com crianças e que, naturalmente, se exige mais dinâmica e energia. Apenas a professora Vitória comenta sobre o estresse da profissão como um desgaste.

P – Já notou algum desgaste físico/psíquico que possa ter sido gerado pelo seu trabalho? Quais?

E – *“No início da profissão me envolvia mais emocionalmente com as crianças, agora sei que dificilmente vou conseguir mudar a casa delas, então faço o melhor que posso em sala e, fisicamente, sinto dor nas costas e no corpo.” (PATI)*

*“Atualmente não sinto desgaste e as dores são pela falta de exercício físico, mas já adoeci psiquicamente por uma situação do trabalho.” (LILITI)*

*“Dores na coluna e o próprio estresse da profissão, pois hoje em dia as crianças são mais difíceis.” (VITÓRIA)*

*“Sim, sintomas gastrointestinais, insônia e roer as unhas.” (ELOISA)*

Christophoro e Waidman (2002) apontam que o estresse ocupacional constante pode ser a causa de uma condição chamada *burnout*, que significa “esgotamento”, quando uma pessoa “para de funcionar” em seu estado normal, por esgotamento que pode comprometer a qualidade de vida do acometido.

Segundo Souza *et al.* (2011, p. 1116)

Entre os profissionais mais sensíveis à síndrome, é o professor a categoria mais estudada e mais suscetível à síndrome de *burnout*. Movida pelas crenças nas possibilidades de transformação pela educação, ela seria mais vulnerável ao desenvolvimento da síndrome de *burnout*, pois haveria um descompasso entre as expectativas profissionais e a impossibilidade de alcançá-las. Da mesma forma, as perspectivas sociais, familiares e dos dirigentes do sistema educacional para que os professores tenham um desempenho que seja capaz de superar as diversidades culturais e sociais, sem lhes dar condições para atingi-lo, contribuem para gerar ansiedade, estresse e acabam por levar ao *burnout*.

As professoras foram indagadas sobre já terem notado adoecer devido a situações do trabalho. A professora Pati disse não perceber se já adoeceu, ao contrário da professora Liliti que já apresentou doenças mais graves por situações do trabalho. A professora Vitória atualmente passa por uma questão delicada com um dos alunos do CEI, fato que foi comentado pela professora. Já a professora Eloisa vem apresentando um quadro de insônia que já perdura há algum tempo:

P – Você acredita já ter adoecido devido ao estresse provocado por algumas situações do seu trabalho?

E – “Não me lembro de ter chegado ao ponto de adoecer, ou já adoeci devido ao estresse, mas acabei não relacionando.” (PATI)

“Sim, já fiquei afastada para tratamento psicológico durante 6 meses, tive Síndrome do Pânico, Depressão e Transtorno de Ansiedade por conta de uma situação com uma criança do CEI que trabalhava na época.” (LILITI)

“Só noto que algumas situações me deixam mais para baixo.” (VITÓRIA)

“Sinto dores abdominais em situações de muito estresse, atualmente tenho insônia e tenho dores de cabeça.” (ELOISA)

Em nenhum dos momentos da entrevista as professoras disseram procurar ajuda profissional por sintomas do estresse. Informaram que praticam métodos que ajudam momentaneamente na diminuição do estresse, pois quando voltam ao CEI ou acontece qualquer situação mais preocupante, os sintomas de estresse reaparecem. Procuram profissionais da saúde quando necessitam tratar de doenças já instaladas, como o caso relatado pela professora Liliti que chegou ao nível de exaustão do estresse. Já a professora Eloisa quando questionada em outro momento sobre a procura de um profissional para tratar os sintomas de estresse, comentou acreditar que seus sintomas fazem parte de um quadro comum de estresse então não procura ajuda, porém, relata que apresenta um estado que necessita de cuidados.

As docentes também comentaram sobre os prejuízos que acreditam que o estresse pode gerar para suas vidas. Três das professoras relataram que temem ficar isoladas/afastadas de outras pessoas e, isso seria prejudicial em suas relações profissionais e familiares. Apenas a

professora Eloisa acredita que o estresse possa causar adoecimento físico. Não menciona o adoecimento psicológico neste caso.

P – De que modo você acha que o estresse possa prejudicar as suas funções ou até questões da sua vida pessoal?

E – “O ambiente estressante me faz ficar mais isolada, tanto no trabalho, evitando falar, como em casa, às vezes também acontecem atritos desnecessários com os meus filhos.” (PATI)

“Dificulta o diálogo para resolver questões e falta de esclarecimento para resolvê-las também.” (LILITI)

“Deixar o estresse te consumir, ficar irritada com tudo dificultando a relação familiar e o isolamento.” (VITÓRIA)

“Adoecer fisicamente e o isolamento social.” (ELOISA)

Segundo, Witter (2003, p. 35):

Quando a escola é motivo de constante frustração para o docente as consequências tendem a ser negativas. Ocorrendo a frustração, a impossibilidade de atingir metas ou objetivos pessoais, gera-se o estresse e outros comportamentos negativos como a agressão, a fuga, a esquiva (faltas, absentismo, doença), persistência em respostas inoperantes, desvio de atenção e de compromisso, negação do fato, mudanças constantes de plano de ação e de estratégia, falta de adesão ao projeto pedagógico, crítica pela crítica, oposição descabida etc.

O isolamento social foi uma questão recorrentemente citada pelas professoras e possui relação com o afastamento do exercício profissional, além do afastamento social em si. Para melhor entender esta situação De Araújo *et al.* (2006, p.7) explicam que [...] “os distúrbios psíquicos são relativamente comuns, duradouros ou transitórios e recorrentes, mas raramente fatais. Não afetam, portanto, a sobrevivência dos pacientes, mas podem afastar o professor de suas atividades”.

De acordo com Batista *et al.* (2010, p. 241)

Espera-se da escola e, principalmente, do docente, a formação de um profissional flexível e polivalente. No entanto, para que isso aconteça, muitas vezes são realizadas restrições das políticas educacionais com efeitos diretos nas atividades dos professores, no modo de execução de sua atividade e em sua própria saúde. O professor é impedido de executar seu *mister* com adequação, é vítima de ambientes insalubres para o trabalho e como resposta, uma má qualidade de vida e de ensino. Uma série de forças converge para o surgimento de uma categoria vulnerável às condições nocivas para a saúde decorrente de macro e microcontextos socioambientais geradores de adoecimento.

Conforme Valle (2011, p. 68), diante deste contexto que provoca adoecimento, seria adequado que as instituições que empregam o professor planejassem meios para assegurar “[...] a saúde e a qualidade de vida de seus trabalhadores, uma vez que o excesso de exigências

associadas às atividades de trabalho pode ocasionar doenças que variam entre transtornos psicológicos, cognitivos e físicos”.

Segundo Lipp (2000, p. 12)

Quando o stress já atingiu o nível de propiciar o aparecimento de doenças, o aconselhável é um tratamento interdisciplinar em que o médico, especialista no órgão adoentado, e o psicólogo, especialista na área do stress, se unam para melhor tratar o paciente que sofre de uma condição em que corpo e mente se mesclam em união completa.

Lipp (2000) faz uma crítica na qual afirma que os profissionais de saúde não indicam a seus pacientes que sofrem de estresse a procura da psicoterapia individual especializada, sinal de que não levam a sério o estresse e suas complicações, o que pode acarretar maiores prejuízos na saúde física e emocional dos pacientes.

A autora ainda relata que o psicólogo não irá cuidar das condições físicas que ocorrem devido ao estresse e sim da estrutura emocional que gera a condição de doença, o levando a conhecer as motivações da causa e possibilitando seu tratamento (LIPP, 2000).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos resultados da pesquisa, pode-se concluir que as professoras entrevistadas não apresentam muitas dificuldades em assuntos relativos ao manejo com as crianças em sala de aula. Houve mais indicação de dificuldade da relação com os pais/responsáveis dos alunos em relação aos comportamentos apresentados por algumas crianças. Relataram sentir receio quanto à aceitação dos pais a críticas e sugestões e, por este motivo, às vezes, acabam deixando de falar sobre questões importantes. As professoras afirmaram que o resultado desta dificultosa relação gera prejuízos tanto para as crianças como para as próprias docentes, que acabam se envolvendo emocionalmente com questões particulares dos alunos, podendo prejudicar a prática profissional e a vida pessoal.

Também foram constatadas, pelos depoimentos das docentes, as dificuldades que possuem em entender sobre o estresse e seus sintomas e apenas uma das quatro docentes soube relacionar o estresse a um período difícil no trabalho, onde teve graves consequências. Contudo, esta professora relatou que só percebeu que necessitava de ajuda profissional quando chegou ao limite da resiliência. Já outra docente, que associa o estresse ao trabalho, não acredita que possa ser algo muito prejudicial à sua saúde, portanto, não procura ajuda profissional. As professoras desconhecem que o estresse contribui para gerar adoecimento físico e psicológico

e atribuem esse desconhecimento à falta de formação profissional. Quando identificam estar sob estado de estresse, tratam os sintomas de forma vaga, sem procurar ajuda especializada.

Foi possível notar durante a pesquisa e pelas observações participantes realizadas no CEI que, algumas das professoras entrevistadas manifestam sintomas da fase de quase-exaustão do estresse, que segundo Lipp (1996), é a fase que antecede a fase de exaustão caracterizada pelo enfraquecimento do indivíduo, quando este já não consegue lidar de forma adequada com o agente estressor. Mesmo que algumas das professoras entrevistadas não possuam consciência de estar em estado de quase-exaustão ou já exaustão do estresse, apresentam sintomas como: irritabilidade, prejuízo no relacionamento interpessoal, dificuldade de relaxar, hipersensibilidade emotiva, ansiedade, insônia e baixa-estima, condições que podem ou já estão gerando adoecimento físico e/ou psicológico.

Em síntese, este artigo deixa questões relevantes para que sejam mais bem discutidas e aprofundadas, tais como: dificuldades nas relações família e Educação Infantil, prejuízo nas relações maternas entre professoras e alunos da Educação Infantil e o isolamento como sintoma do estresse em professoras. Portanto, concordando com a afirmação de Witter (2003, p. 44), de que existe “[...] necessidade de se conhecer melhor as variáveis das condições de trabalho que geram estresse no professor”, pois “[...] sem este conhecimento é inviável planejar, executar e avaliar programas de prevenção e de intervenção que realmente sejam eficientes”. Esta pesquisa deixa questões para que possam contribuir no esclarecimento da situação do professor no Brasil, assim como fornecer informações que sirvam de base para trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de "dedicação". **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 89, n. 223, 2008.

ANDRADE, Lucas Veras de. Mal-Estar e Atividade Docente: Um Estudo Com Professoras de Educação Infantil, **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.65-82, jan./abr.2012.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de pesquisa**, n. 45, p. 66-71, 2013.

BATISTA, J. B. *et al.* O ambiente que adoce: condições ambientais de trabalho do professor do ensino fundamental. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, p. 234-42, 2010.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CARDOSO, Andréa Maria Bittencourt Lucena *et al.* **Análise do funcionamento da Comunicação na Relação Escola/Família na Escola Marco Inicial.** 2007.

CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de burnout e o trabalho docente. **Psicologia em estudo**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002.

CHRISTOPHORO, Rosangela; WAIDMAN, Maria Angelica Pagliarini. Estresse e condições de trabalho: um estudo com docentes do curso de enfermagem da UEM, Estado do Paraná. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 24, p. 757-763, 2002.

DE ARAÚJO III, Tânia Maria; DELCORIV, Núria Serre. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 818-26, 2006.

DE LIMA, Liliana Correia; PEDAGOGA, P. D. E. **Interação Família-Escola: Papel da família no processo ensino-aprendizagem.** 2009.

FERREIRA, Cristiane Magalhães e GOULART, Íris Barbosa. **Adoecimento Psíquico de Professores: um estudo de casos em escolas estaduais de educação básica numa cidade mineira.** FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO, p. 1 a 87, 2011.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GATTI, Bernardete A., Formação de Professores No Brasil: Características e Problemas. **Educação & Sociedade** [online] 2010, 31 (Outubro-Diciembre). Acesso em: 08 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87315816016>> ISSN 0101-7330.

KAPCZINSKI, Flávio; IZQUIERDO, Iván; QUEVEDO, João. **Bases Biológicas dos Transtornos Psiquiátricos: Uma Abordagem Translacional.** Artmed Editora, 2009.

LEITE, Célio Rodrigues; LÖHR, Suzane Schmidlin. Conflitos professor-aluno: uma proposta de intervenção. **Diálogo em Educação**, v. 12, n. 36, p. 575-590, 2012.

LIPP, M. E. N. *et al.* **Estresse: conceitos básicos.** Pesquisas sobre estresse no Brasil. Saúde, ocupações e grupos de risco, Papyrus Editora, p. 17-31, 1996.

LIPP, Marilda Novaes. **O stress está dentro de você.** Editora Contexto, 2000. Disponível em:< <http://www.insightpsiquiatria.com.br/images/2014/pdfs/O-Stress-esta-Dentro-de-Voce.pdf> > Acesso em: 13 de setembro de 2016.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MAFFIA, Lyovan Neves e PEREIRA, Luciano Zille. **Estresse Ocupacional: Estudo com Gestores que Atuam nas Secretarias de Governo do Estado de Minas Gerais.** (p. 1 a 16, 2013).

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. 2004. Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, Bauru, 2004.

MARGIS, Regina *et al.* Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 1, p. 65-74, 2003.

MARTINS, Maria das Graças Teles. Sintomas de stress em professores brasileiros. **Revista Lusófona de Educação**, Paraíba, Brasil, 10, 109-128, 2007.

MIRANDA, Elis Dieniffer Soares. **A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem no contexto afetividade**. Encontro de Iniciação Científica, v. 8, 2008.

NASSIF, Joana Carina Pereira. **A Relação Família-Escola no Desenvolvimento Psicossocial da Criança—Uma Revisão**. Unesc, pp. 1-50, 2010

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Gicileide Ferreira e FREITAS, Lêda Gonçalves. **Prazer e Sofrimento no Trabalho de Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental em uma Escola Pública do DF**. Universidade Católica de Brasília, p. 1 de 115, 2014.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estudos de psicologia**, v. 9, n. 1, p. 45-52, 2004.

PETRUCCI, Giovanna Wanderley; BORSA, Juliane Callegaro; KOLLER, Sílvia Helena. A Família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 391-402, 2016.

RODRIGUES, William Costa *et al.* **Metodologia científica**. Paracambi: Faetec/ist, v. 40, 2007.

SOUZA, Aparecida Neri de *et al.* Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, 2011.

THURLER, Monica Gather; PERRENOUD, Philippe. Cooperação entre professores: a formação inicial deve preceder as práticas. **Cadernos de pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 357-375, 2006.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Estresse e distúrbios do sono no desempenho de professores: saúde mental no trabalho**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VYGOTSKY, Leontiev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo – SP, 1991.

WITTER, Geraldina Porto. Professor-estresse: análise de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 7, n. 1, p. 33-46, 2003.

## JUVENTUDE E CIDADANIA NA SULANCA E A POLÍTICA DO PROJovem

### YOUTH AND CITIZENSHIP IN THE SULANCA AND THE POLICY OF PROJovem

Marcelo Alves P Eufrazio<sup>1</sup>

#### RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo investigar a política pública de escolarização e qualificação, particularmente quanto a implementação do Projovem Urbano no município de Caruaru-PE, uma região central do Agreste Pernambucano, onde se desenvolveu, desde a década de 1950, o Polo de Confecções. Numa perspectiva sociológica foi estudada a realidade da inserção dos jovens no mundo do trabalho, sendo este um aspecto da garantia à cidadania social, sobretudo analisando os desafios, impasses e estratégias de construção de um protagonismo juvenil.

**PALAVRAS-CHAVES:** Política Educacional; Cidadania; Juventude.

#### ABSTRACT

This research has as main objective to investigate the public politics of schooling and qualification, particularly regarding the implementation of Projovem Urbano in the municipality of Caruaru-PE, a central region of Agreste Pernambucano, where, since the 1950s, the Pólo de Confecções. From a sociological point of view, the reality of the insertion of young people in the world of work was studied, being an aspect of the guarantee to the social citizenship, especially analyzing the challenges, impasses and strategies of construction of a youthful protagonism.

**KEYWORDS:** Educational Policy; Citizenship; Youth.

#### INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar a atuação da Política Nacional de Escolarização e Qualificação nas modalidades destinadas ao público juvenil, como ação governamental de garantia da cidadania social, particularmente no tocante aos direitos sociais, no tocante a atuação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, tendo como recorte espacial o território conhecido historicamente como “*Sulanca*” e, atualmente, cada vez mais, como *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*. Trata-se de uma política nacional de escolarização e de qualificação profissional, destinada aos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. Vem se colocando num contexto histórico marcado por relações de trabalho de tipo precário e informal. Optamos por delimitar o presente estudo na atuação do Projovem Urbano em Caruaru no Estado de Pernambuco, um dos mais importantes municípios da região compreendida pelo *Polo*.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito e Licenciado em História. Pós-Graduação em História da Filosofia, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Professor e pesquisador do Centro Universitário UNIFACISA. Departamentos de Direito e Engenharia Civil.

Em regiões como o Polo, onde há combinação da predominância de dois fatores sociais de destaque, a informalidade no trabalho e a baixa escolarização e qualificação profissional, se acentuam cada vez mais precárias condições de inserção no mercado de trabalho, mesmo que com índices razoáveis de empregabilidade (trabalho precarizado) nos setores de confecção.

Desde 2005, quando da criação da Política Nacional de Juventude, por meio de Medida Provisória, essa política compreende três iniciativas principais: a constituição da Secretaria Nacional da Juventude, com o objetivo de monitorar e desenvolver as políticas de juventude; a implantação do Conselho Nacional de Juventude, com a finalidade de propor diretrizes governamentais, fazer estudos com a população jovem e assessorar a Secretaria Nacional de Juventude; e o Projovem, que se constitui enquanto um programa com caráter ao mesmo tempo emergencial e experimental (MACHADO; TENÓRIO, 2011).

O Projovem tem o objetivo estratégico, no âmbito da Política Nacional de Juventude, de proporcionar a integração entre ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária. No tocante à modalidade Projovem Urbano, a responsável por sua execução e gestão é a Secretaria Geral da Presidência da República. O programa está voltado para jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental.

O foco central da pesquisa foi entender essa política no caso do *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*. A questão que norteou a pesquisa foi como o Projovem Urbano atuou diante da informalidade, sendo como uma marca da configuração histórica e atual do *Polo*, particularmente no município de Caruaru<sup>2</sup>.

Para a realização desta pesquisa, os procedimentos metodológicos foram essencialmente qualitativos: levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas, grupos focais, pesquisa documental e observação direta. No tocante às entrevistas, visou-se estabelecer um diálogo entre entrevistador e entrevistado, baseando-se nos principais temas e problemas que nascem do objeto de pesquisa.

## **A PROBLEMÁTICA DA INFORMALIDADE NO TRABALHO E A (DES) EMPREGABILIDADE DOS JOVENS**

A nova realidade das relações de trabalho no Brasil, baseada no novo padrão de acumulação flexível de capital e no neoliberalismo, passou a estruturar o setor produtivo e o

---

<sup>2</sup> O município de Caruaru foi escolhido objeto desta pesquisa em razão de sua importância como pólo produtivo e comercial na região do Agreste Pernambucano, mais, sobretudo porque a Política Pública do Projovem Urbano em nível nacional só foi implementada em municípios com mais de 200.000 habitantes, logo, no contexto do Polo de Pernambuco só podia ser contemplado este município.

mundo do trabalho a partir de uma lógica baseada na informalidade e na precarização, especialmente ao longo dos anos 1990. Neste contexto, as transformações no sistema produtivo acarretaram flexibilização e desregulamentação em diferentes setores econômicos. Tais mudanças implicaram, sobretudo nos anos de 1990, em um desmonte do aparelho político e do poder dos sindicatos, além da diminuição do poder de negociação dos trabalhadores no tocante aos mecanismos de proteção social.

Frente a esta realidade, os jovens se converteram nas principais vítimas destas transformações decorrentes da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. A situação dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, em diferentes setores nos anos 1990/2000, esteve marcada por altas taxas de desemprego, refletindo de modo exacerbado as conseqüências do processo econômico que teve início no mundo capitalista da década de 1970, sendo que, no caso brasileiro, este fenômeno impactou bastante a partir dos anos 1990 (POCHMANN, 2000). Enquanto nos anos de 1990, no Brasil, se intensificava o trabalho informal e precário e, conseqüentemente, o desemprego. Nos anos 2000, se assiste a certa recuperação nos índices de emprego, mesmo que entre os anos 2008/2009 com a crise econômica mundial, tendo este problema ganhado proporções maiores ao ponto de atingir os jovens que estavam procurando se inserir no mercado de trabalho.

No caso brasileiro, as mudanças na realidade econômica nacional entre os anos 1990/2000, principalmente no tocante ao impacto da precarização das formas de trabalho e da informalidade tem sido alvo de mudanças políticas, principalmente nos níveis de inserção escola-trabalho, que têm trazido sensíveis conseqüências para os jovens. O objetivo destas medidas seria, então, impactar na problemática de inserção dos jovens no mercado de trabalho, haja vista que a década de 1990 foi marcada pela intensa condição de vulnerabilidade social por parte daquela parcela da população.

Frente a isso, a partir de 2003, o Brasil vem experimentando a efetivação de medidas político-governamentais no sentido de promover um debate sobre o redimensionamento das mudanças<sup>3</sup> que vinham ocorrendo nos setores político-econômicos nacionais desde as medidas reformistas (neoliberais) dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Essas mudanças, ocorridas nas estratégias políticas recentes, ocasionaram

---

<sup>3</sup>Para o sociólogo Roberto Vêras de Oliveira, as altas taxas de vulnerabilidade social que se refletiam nos altos índices de desemprego juvenil eram ocasionados nos anos 1990 pelas medidas de cunho neoliberal que pregavam a livre negociação e a flexibilização das relações de trabalho, das leis trabalhistas etc. Segundo esse posicionamento, a flexibilização deveria garantir o emprego, pois esta visava corrigir a inadequação entre oferta e demanda de emprego, logo estabelecendo um nivelamento entre os custos com o trabalho. Assim, a informalidade esteve associada ao desemprego, aos processos de heterogeneização das formas e vínculos de trabalho, bem como à terceirização, à flexibilização e à precarização das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2011).

alterações positivas no mercado de trabalho, como a elevação nas taxas de emprego, o aumento nos índices de formalização do emprego, nos níveis de salários entre outros. (KREIN, 2005).

A problemática atual que persiste diz respeito às condições de trabalho informal e ao trabalho precário, sobretudo em decorrência da transição para o governo provisório de Michel Temer que em alguma medida tenha gerado instabilidade frente às políticas de governo.

O que se pode afirmar é que se reproduzem as condições precárias, ao mesmo tempo em que vem ocorrendo melhoras nos indicadores sociais, justificados pelas ações públicas no sentido do fomento a um desenvolvimento econômico e social com alguma distribuição de renda. A condição precária no trabalho continua atingindo prioritariamente jovens. Afirma Santos (2011) que, para os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, o grau de dificuldade de inserção no mercado de trabalho aumenta, pois, em muitos casos, essa faixa de idade é considerada despreparada, desqualificada e propensa apenas ao desenvolvimento de atividades de menor especialidade e importância.

Os desafios que perpassam a formação do jovem trabalhador estão intimamente relacionados a obtenção da escolarização necessária, bem como a comprovação da experiência exigida. Segundo dados de 2010, da Síntese de Indicadores Sociais levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre os jovens de 18 a 24 anos de idade no Brasil, mais de 1,2 milhão não tinham nenhuma atividade produtiva. Essa enorme inatividade juvenil atingia 5,37% dos 23.242.000 de jovens desta faixa etária residentes no país, ou seja, em boa parte deles havia desemprego.

A atual condição juvenil é perpassada por desafios maiores, como a problemática da informalidade no trabalho, que afeta diretamente a (des) empregabilidade dos jovens. Essas condições são agravadas quando se constata a carência de proteção social, a fragilidade das ações governamentais e a ausência de interesse pela inclusão social.

Para Richard Sennett (2006), estes elementos repercutem negativamente no cotidiano dos trabalhadores, que acabam vivenciando situações de insegurança e instabilidade, como, por exemplo, baixa remuneração, instabilidade no trabalho, pouca ou nenhuma qualificação e escolarização, tornando-os vulneráveis diante do mercado de trabalho cada vez mais intenso e exigente.

Como impacto dessa realidade, surgem as alternativas ocupacionais destinadas ao público juvenil, que se encontra a mercê das exigências do mercado de trabalho e condicionados à vulnerabilidade social. Estes se constituem enquanto “exército industrial de reserva”, presos às piores condições de empregabilidade e sujeitos às diferentes formas de precarização das

formas de trabalho. A medida encontrada como alternativa para a subsunção ao capitalismo flexível, por sua vez, seria agarrar-se às piores condições de trabalho, conforme se enuncia a seguir:

As alternativas ocupacionais mais comuns entre os jovens são, grosso modo, bastante precárias, ou seja, trata-se de ocupações que não exigem níveis elevados de qualificação, mas que vêm sendo preenchidas por pessoas com alguma escolaridade formal. Isso acontece em virtude do crescente movimento da escolaridade, sobretudo daquela referente à faixa etária dos 18 aos 24 anos. O número reduzido de ocupações absorvedoras de trabalhadores jovens faz com que se verifique uma intensificação da concorrência entre pessoas, fazendo até mesmo que cresçam formas discriminadoras nesse segmento do mercado de trabalho (MENEZES; CARRERA-FERNANDEZ, 2011, p. 73).

A realidade em que se encontra a problemática de inserção ocupacional dos jovens remonta a uma série de fatores intimamente interligados, que condicionam este grupo etário, particularmente entre os 18 e os 24 anos, a condições precárias de trabalho.

Neste cenário, há a necessidade de priorizar medidas de enfrentamento dos problemas do emprego e da escolarização, que enfatizam a questão da educação, uma vez que a situação mais premente é a dedicação dos jovens aos estudos, mesmo que seja necessário enfatizar a conciliação entre estudo e trabalho.

## **CONJUNTURA DOS JOVENS NA SULANCA E POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO DIREITO À CIDADANIA**

A realidade do *Polo da Moda do Agreste de Pernambuco* contrasta com alguns aspectos sociais e econômicos que envolvem a empregabilidade e o faturamento no setor de confecções. Economicamente, aquela região é responsável por, aproximadamente, 75% da atividade industrial relacionada ao segmento de vestuário do Estado, atividades produtivas e comerciais voltadas ao setor de confecções. Mas, que têm se reproduzido as formas de precarização das relações de trabalho, particularmente por meio da informalidade no trabalho.

Segundo estudos realizados no Polo<sup>4</sup>, apesar do desenvolvimento econômico acentuado na região, este crescimento não foi capaz de aumentar o número de empregos formais. O desenvolvimento local resulta em baixa arrecadação tributária, além de comprometer o investimento público para o desenvolvimento das cidades que compõem o Polo, inclusive quanto a implementação de políticas sociais. Segundo Ferreira (2011), contatou-se, a partir de entrevistas com feirantes dos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do

---

<sup>4</sup> Desde a primeira década dos anos 2000, que são registrados estudos sobre a realidade do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, entre eles, se destacam os que estamos trabalhando nesta pesquisa a partir dos dados e estudos realizados, sendo eles, as duas pesquisas do SEBRAE (2003; 2013), além das pesquisas acadêmicas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – TDEPP-UFCG em nível de mestrado e doutorado pelos pesquisadores da área de Sociologia do Trabalho.

Capibaribe, que a maioria dos envolvidos no setor de confecções, particularmente os feirantes, não tem interesse em sair da informalidade. Para alguns dos feirantes, é mais vantajoso permanecer na informalidade, evitando pagar impostos, com o objetivo de aumentar seus lucros, mesmo que permaneçam em situação irregular perante o fisco e estejam fora dos mecanismos de proteção social oferecidos pelo Estado. Esse problema, todavia, afeta também outros aspectos da vida social. No tocante à questão escolar, essa realidade atinge negativamente pelo menos dois aspectos: primeiro, a rejeição de parte dos trabalhadores informais pela participação nas ações públicas, desde o pouco interesse na contribuição tributária até a pouca inserção nas políticas educacionais, este último fator expresso, por exemplo, no problema da evasão escolar. Um segundo aspecto, concomitantemente à precarização das formas de trabalho, está também na precarização das políticas públicas, devido à ausência de participação de setores da população e a baixa arrecadação para investimentos.

Diante destas problemáticas, desde 2005, o Governo Federal tem investido em políticas de escolarização para jovens no sentido de melhor adequá-los ao mercado de trabalho. O Projovem Urbano, política pública vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, é responsável pela garantia de educação aos jovens. O programa está voltado para jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. É um componente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado pela atuação conjunta do Governo Federal, Estados, Municípios e Distrito Federal, além de integrado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)<sup>5</sup>.

O Projovem articula, portanto, um conjunto de ações de proteção social, além de buscar desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se, pois, aos jovens de famílias em condições de vulnerabilidade social.

As atividades desenvolvidas pelo Projovem Urbano em Pernambuco, mais precisamente no território do *Polo de Confecções*, se articulam com as atividades socioeconômicas para o acesso a qualificação, inserção e promoção de emprego e geração de renda dos jovens, principalmente com a criação de cursos profissionalizantes ligados ao setor de *design* e produção de vestuário. Há interesse por parte dos empreendedores em contratar profissionais da moda, como estilistas e designers, mas, devido à escassez destes profissionais na região e do custo elevado da mão de obra especializada em moda, poucas empresas declaram contratá-los. Apenas “7% das empresas recorrem a estilistas ou designers contratados para produzir suas criações, indicando o desenvolvimento (ainda incipiente, na verdade) de um

---

<sup>5</sup>Sobre esta idéia protetiva, Sposito (2007, p. 17) entende que “estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam alguma agressão/precarização/privação que venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição”.

mercado para esses profissionais”. Os demais utilizam 22% de cópias de peças, 4% fazem sua própria criação e 24% utilizam livros, revistas técnicas e/ou internet (SEBRAE, 2013, p. 72).

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), no IDH de Pernambuco a educação tem média de 0,621, um pouco acima dos dados sobre longevidade e renda. Os dados apontam um nível educacional muito baixo da população jovem e adulta, sendo a taxa de analfabetismo de 53,17% e a média de anos de estudos de 2,42%. O índice de escolarização na faixa etária de 15 a 24 anos é de 22,7%. Somado a estes problemas estão os altos índices de evasão escolar e repetência, principalmente em localidades rurais e em regiões pernambucanas onde as crianças e jovens exercem atividades produtivas ainda muito cedo (BRASIL, 2011).

A partir desta realidade, delinea-se nova perspectiva sobre a juventude, em que perde força a conotação problemática do jovem e ganha relevo um enfoque completamente inovador: a juventude torna-se *ator estratégico do desenvolvimento*. Medidas decorrentes deste novo enfoque, no geral, reatualizam a visão preparatória da juventude, exigindo, por um lado, investimentos massivos na área de educação em prol do acúmulo de “capital humano” pelos jovens; por outro, exigindo também a adoção do corte geracional nos vários campos da atuação pública – saúde, qualificação profissional, uso do tempo livre etc. – e o incentivo à participação política juvenil, com recurso à noção de *protagonismo jovem*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte significativa da população juvenil permanece em situação de vulnerabilidade social. Essa constatação é evidenciada pelas estatísticas dos últimos anos em torno de temas como violência, desemprego e baixa escolaridade. Esta situação coloca os jovens frente a grandes desafios. Devem em primeiro lugar ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Constituem um segmento populacional estratégico no processo de desenvolvimento do país, que deve ser incluído no âmbito das políticas públicas.

No contexto do Polo, a política de escolarização e qualificação, particularmente o Projovem Urbano, não obstante as oportunidades criadas, os esforços muitas vezes empreendidos por gestores, professores e alunos, não têm conseguido atuar de modo mais incisivo na superação de um padrão de relações de trabalho que é caracteristicamente informal e precário. Há, cada vez mais evidenciada, carência de mão de obra especializada e qualificada em muitos setores ligados ao Polo, de modo a torná-lo mais capaz de enfrentar a concorrência externa e oferecer maior variedade de produtos e modelos.

Em grande medida, parte dos jovens que estão na *sulanca* pretendem, com o retorno à escola, se reinserir no Polo por meio da incorporação de *capital cultural*<sup>6</sup>. Isso ocorre em vista da grande ausência de educação formal e de uma diversidade de valores culturais acumulados nas famílias dos jovens. Sob tais condições, a juventude da *sulanca* não pode usufruir das mesmas condições educacionais das classes sociais mais favorecidas.

Desse modo, o sistema escolar privilegia os modos de avaliação a partir de critérios de distinção social. Os estudantes de classes sociais menos favorecidas, a exemplo dos jovens descritos aqui, são vistos pelas políticas educacionais tradicionais como atrasados, sem aptidões e desprovidos de capacidades e habilidades. Assim, são rejeitados ou excluídos do processo produtivo legalizado ou oficialmente reconhecido pelo Estado, que se reproduz mediante os mecanismos de seleção de empregos formais, como, por exemplo, “ter experiência na vaga de costureira” ou “possuir o ensino médio completo”.

Sendo configurada tal relação como violência simbólica nos termos de Bourdieu (1970), este processo social tem justificado a inserção dos jovens do Polo na informalidade do mundo do trabalho, apesar da existência de uma política educacional que defende a escolarização, qualificação e cidadania dos jovens. Como não há garantias de emprego formal e nem de emancipação social, os jovens da região preferem permanecer reproduzindo as relações sociais construídas espontaneamente, voluntariamente e informalmente, sem a participação direta das estratégias governamentais, reproduzindo as mesmas condições históricas que formaram o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

As políticas de escolarização e qualificação profissional têm contribuído para a reprodução, em grande medida, das estratégias econômicas prevalecentes na região, adaptando elementos característicos da lógica do capitalismo e das estratégias de sobrevivências, a exemplo do que ocorre no território do Polo. Neste sentido, a garantia à cidadania preconizada como afirmação do acesso aos direitos básicos, previstos na Constituição da República no artigo 7º, como, por exemplo, a educação, também reproduzem o contexto e desafios acentuados no pólo, sobretudo sua fragilidade perante a lógica do capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a Psicologia Social. In. \_\_\_\_\_. **O público e o privado**. nº 11, Jan/Jun, 2009. p. 169-178.

---

<sup>6</sup>Defende Bourdieu e Passeron (1970; 2007) que o capital cultural é identificado como uma forma de expressar os conhecimentos e habilidades adquiridos dentro da família, da escola ou dos diferentes espaços e experiências sociais. Nesta perspectiva de abordagem teórica, esta categoria sociológica foi pensada como uma hipótese indispensável para compreender as desigualdades de desempenho escolar das crianças originárias de diferentes classes sociais.

ATLAS de Desenvolvimento Humano (2013). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Ed. Vega, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004)**. Norma Operacional Básica. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Nov. 2005.

BRASIL. **Pró-Jovem Urbano**. Governo Federal. Disponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/site/index.php>. Acesso em: ago. 2011.

CAMPELLO, Cristina Maria Teixeira; BAPTISTA, Creomar; MENEZES, Antonio Wilson Ferreira. **Construção de uma política social para os jovens de Salvador**: estratégias de combate à violência e pela inclusão social. Salvador: SEPLANTEC/SPE, 2002.

FERREIRA, Monaliza de Oliveira *et al.*. Estimativa de demanda pela formalização da economia informal no Agreste Pernambucano – uma aplicação do método de valorização contingente. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – CODE 2011**. IPEA, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. (2010). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/infounit.asp?codunit=1928&codunitibge=2604106&nomeunit=Caruaru+%2D+PE&n=6&nomenivel=Munic%EDpio&z=t&o=4>. Acesso em: ago. 2012.

KREIN, José Dari; GONÇALVES, José Ricardo Barbosa . Mudanças Tecnológicas e seus Impactos nas Relações de Trabalho e no Sindicalismo do Setor Terciário. *In*. DIEESE/CESIT. (Org.). **O Trabalho no Setor Terciário: Emprego e Desenvolvimento Tecnológico**. São Paulo: DIEESE, 2005. p. 193-218.

LIMA, Alexandre Santos. **Empreendendo a Sulanca**: O SEBRAE e o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Campina Grande, 2011. (Dissertação de Mestrado). UFCG - CH. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

MACHADO, Cristiane Brito; TENÓRIO, Robinson Moreira. Juventude e participação: o caso da ação comunitária do Pró-Jovem. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 11, n.1, p. 69-81, julho/2011.

MENEZES, Wilson F.; CARREIRA-FERNANDEZ, José. O estado atual do mercado de trabalho de trabalho juvenil na cidade de Salvador. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 11, n.1, p. 69-81, julho/2011.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. *In*. ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto

Véras de. **Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção.** São Paulo-SP: Annablume, 2011.

POCHMMAN, Marcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998.

POCHMANN, Marcio. O emprego e o excedente de mão de obra brasileiro. *In.*\_\_\_\_\_. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2000. p. 95-122.

SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro; SANTOS, Magila Souza. Os jovens e o mercado de trabalho nas regiões brasileiras: realidade, dificuldades e possibilidades no contexto recente. *In.* **Bahia Análise & Dados.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2011. p. 25-42.

SEBRAE. Estudo Econômico do APL do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. **Relatório final.** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco. Sebrae/Pernambuco. Recife: maio de 2013.

SEBRAE. **Estudo de Caracterização Econômica do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.** Relatório Final coordenado por Maria Cristina Raposo e Gustavo Maia Gomes. Recife: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2003.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPOSITO, Marília. Trajetória na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. *In.* FREITAS, Maria V. *et. al.* (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: CORTEZ, 2007. p. 13-51.

## TECNÓLOGO: CRISE DE IDENTIDADE E CORROSÃO DO CARÁTER

## TECHNOLOGIST: CRISIS OF IDENTITY AND CORROSION OF CHARACTER

Marcelo Santos Marques<sup>1</sup>

Joao Eudes Moreira da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Objetivando adequar o currículo das instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica as necessidades imediatas do mercado, o governo federal, no ano de 1997, instituiu uma reforma da educação profissional. À época, ele extinguiu o ensino integrado e implantou três modalidades de ensino profissionalizante: o básico, o técnico e o tecnológico. Este último voltado para atender às demandas de consumo de mão de obra, emanadas da automação flexível. No ano de 1999, o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET-CE instituiu os seus primeiros Cursos Superiores Tecnólogos – CST: Mecatrônica e Telemática, os quais se constituíram em objeto do presente levantamento. Passados vinte anos das reformas, muita coisa mudou, em termos de aparato tecnológico e de relações de trabalho, sem que o tecnólogo logre obter o reconhecimento profissional no mercado de trabalho. A Associação Nacional dos Tecnólogos – ANT e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA lançaram a *Cartilha do tecnólogo* (2010), com o objetivo de obter reconhecimento desses profissionais, bem como lhes conferir identidade. A análise deste artigo corporativo e de outros documentos correlatos como a *Declaração de Bolonha* (1999) e o *Relatório de Jacques Delors* (2010), à luz da teoria do valor de Karl Marx (1985; 1887) e da tendência à qualificação-desqualificante da força de trabalho de Aécio Oliveira (2006) e de Marcelo Marques (2016) constituem a base fundante que irá permitir refletir sobre a estrutura que conforma a identidade coletiva e o caráter do ser tecnólogo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnólogo. Identidade. Caráter. Qualificação-desqualificante.

### ABSTRACT

In 1997, the federal government instituted a reform at the professional education level, aiming at adjusting the curricula of the education institutions that are part of the Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica to the immediate market needs. At that time, it extinguished/ ended the integrated education and implemented three professional education modalities: basic, technical and technological. The latter targeted at attending the workforce demanded by the new flexible automation practices. In 1999, the by then Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET-CE instituted its first Technologist Tertiary education courses – (Cursos Superiores Tecnológicos – CST): Mechatronics and Telematics, both the object of the present analysis. Twenty years after the reform, many things changed in terms of the technological machines and the working relation, without the technologist achieving its professional recognition in the labour market. The Technologist National Associations – ANT and the Engineering, Architecture and Agronomy Federal Council - CONFEA published the “Technologist handbook” aiming at obtain these professionals recognition, as well as confer them an identity. Based on the analysis of this cooperated guide

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Licenciatura e Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Licenciatura e Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

and other documents related to the Bologna Declaration (1999) and the Jacques Delors Reports (2010), supported by Karl Marx's value theory (1985, 1887) and the workforce qualification-disqualification tendency by Aécio Oliveira (2006) and Marcelo Marques (2016), this investigation will reflect on the structure that shapes the collective identity and the character of the technologist subject.

**KEYWORDS:** Technologist , identity, character, Qualification-disqualifying

## APRESENTAÇÃO

Em 1999, a maior parte das antigas Escolas Técnicas Federais – ETF foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET. Essa transformação permitiu que estas instituições pudessem oferecer o ensino superior profissionalizante. Naquele mesmo ano, o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFETCE, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, pôs em funcionamento seus dois primeiros Cursos Superiores Tecnológicos – CST: Mecatrônica e Telemática<sup>3</sup>. O primeiro agregava conhecimentos das áreas de mecânica, eletrônica, eletrotécnica, informática, telemetria, robótica, automação de equipamentos e de processos manufaturados automáticos. O segundo encerrava a aposição de dois campos profissionais: telecomunicações e informática, consubstanciando a designada teleinformática.

Dois anos antes, o governo federal promoveu uma reforma na educação profissional, por meio do Decreto Lei nº 2.208 (BRASIL, 1997), pondo fim ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio<sup>4</sup>. No ensejo, inseriu duas outras modalidades de ensino em nível técnico: uma concomitante e outra sequenciada. A primeira oportunizava ao discente cursar o Ensino Médio e o Ensino Técnico simultaneamente. A segunda lhe facultava seguir o Ensino Técnico após o término do Médio. Essas duas modalidades formativas objetivavam preparar trabalhadores para exercerem suas atividades em plantas fabris fordistas, para executarem ações repetitivas como as encenadas por Charles Chaplin, em *Tempos Modernos* (1936).

O governo instituiu ainda, dois outros níveis de cursos profissionalizantes: o Básico e o Tecnológico. O primeiro não era regulado por qualquer normatização curricular e tinha por meta certificar mão de obra de pequena formação, não importando o nível de aprendizagem precedente. O segundo seria direcionado a aquisição dos novos paradigmas produtivos

---

<sup>3</sup>Mecatrônica e Telemática serviram de objeto de estudos quando Marcelo Santos Marques cursou o Doutorado em Sociologia, junto à Universidade Federal do Ceará – UFC, entre os anos de 2005 e 2009, defendendo a Tese: *Em busca dos egressos do CEFETCE: a qualificação profissional no foco da crítica do sistema do capital*. No ano de 2016, esta Tese foi publicada na forma de livro sob a designação *Crise do capital: educação e qualificação-desqualificante*. Estas formulações iluminam as reflexões ora efetuadas.

<sup>4</sup>Ao instituir o Decreto Lei nº. 5.154/04, o presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) revogou o Decreto Lei nº. 2.208/97, implantando uma nova reforma no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que permitiu o retorno do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, mantendo os três níveis de ensino profissionalizante. Aprofundando a condição flexível do ensino ministrado o Decreto adensou novas modalidades formativas (BRASIL, 2004).

demandados pela automação industrial e o uso da microeletrônica. Ao invés da ação mecânica reprisada que caracterizava o fordismo, o tecnólogo se direcionava a gestão e a supervisão dos complexos automáticos produtivos. Suas competências e habilidades demarcavam adequabilidade, flexibilidade e multifuncionalidade.

Esses três traçados formativos se direcionavam a distintos públicos alvos e apresentavam dispares projetos de qualificação profissional: os Cursos Básicos visavam chancelar trabalhadores sem qualificação formal; o Nível Técnico era focado na ação formativa monolítica típica da indústria de Henri Ford objetivando formar técnicos unidirecionais e; o Ensino Superior Tecnológico era concentrado nos saberes multivalentes e nos exercícios multiusos emanado do Toyotismo, que deveriam ser os objetos de estudos dos Cursos de Tecnologia.

A ideia governamental era tornar a formação profissional amoldável à heterogeneidade produtiva que tipificava, e ainda tipifica os parques fabris brasileiros e formar trabalhadores na medida da demanda empresarial. Por isso, em sua concepção, era fundamental quebrar com a base curricular rígida das antigas Escolas Técnicas Federais dando a ela maior versatilidade e adequabilidade as exigências do mercado. Ao instituir a formação profissional flexível, o Decreto Lei nº 2.208 (BRASIL, 1997) se apresentou uma “aula inaugural” sobre as práticas permanentes de remodelagem formativa.

Consoante o discurso oficial, era necessário atrair Investimentos Externos Diretos – IED e usar este capital estrangeiro para modernizar o parque produtivo brasileiro, investir em tecnociência e conferir diversidade a formação profissional. Com base nessa asserção de caris econômico, tecnológico e educativo, disseminaram-se os Cursos Tecnológicos por todo o Brasil, se espargindo por diferentes áreas de conhecimentos. De acordo com o *Catálogo Nacional de Cursos Superiores*, do Ministério da Educação – MEC, nos dias de hoje há CST em diferentes campos: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança e turismo, hospitalidade e lazer (BRASIL, 2016). Esse levantamento é efetuado ano a ano pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC.

A expansão do ensino tecnológico no Brasil também se efetivou por intermédio da ampliação da oferta de vagas diretas. Segundo a *Cartilha do Tecnólogo* (2010) até o ano de 2002 foram constituídos mais de 800 Cursos Superiores de Tecnologia, com aproximadamente

150 mil estudantes matriculados, sendo as instituições privadas responsáveis pela maior quantidade de cursos ofertados (ANT; CONFEA, 2010b). Não obstante a amplitude das áreas de cobertura dos cursos de tecnologia e da ampliação da quantidade de matrículas efetuadas, esses dados não são suficientes para permitir entender a complexidade desse fenômeno formativo.

Desde a edição do Decreto Lei nº 2.208 (BRASIL, 1997) para cá, vinte anos se passaram. O Brasil tomou para si a “mundialização” (CHESNAIS, 1996, p. 24), financeirizou sua economia, automatizou suas plantas fabris, fortaleceu o setor de serviços, adotou as *commodities* como modelo padrão de exportação e se reprimarizou. Em decorrência desse modelo de desenvolvimento contraditório, verificamos a modernização de suas forças produtivas: meios de produção foram integralizados pela aplicação do *Programmable Logic Controller* – PLC; a telemetria ao possibilitar o acionamento de componentes mecânicos por comandos eletrônicos posicionados alhures conferiu agilidade a produção mercantil; desenvolveram-se as Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC, interconectando o capital, *on line*, 24 horas por dia pelas vias do *ciberespaço*. O *Vale do Silício* foi guindado à condição de sonho de consumo da *intelligentsia* econômica. Em contrapartida, decaímos na vida líquida da modernidade (BAUMAN, 2007).

O conjungir desses saberes técnico-científicos ressignificaram o “mundo do trabalho”, sobretudo nas formas de consumo da força de trabalho. A velha estrutura estandardizada, herdada do fordismo, acompanhada do operário-massa, foi submetida a processos de reengenharia dando lugar a uma produção enxuta e à organização por células e linhas reconfiguráveis, de acordo com a mercadoria produzida. A fusão de áreas de conhecimento propiciou uma nova divisão técnica do trabalho, gerando novos campos profissionais como, por exemplo, ocorreu com as áreas de mecatrônica e de telemática. O esforço desmesurado típico de *Prometeu Acorrentado*, inerente à clássica estrutura fordista, deu lugar ao modelo de um trabalhador “tipo ideal”, que faz uso de ferramentas *hightech*, como *software*, e *WhatsApp* no cotidiano de seu ofício. Essas novas modalidades de consumo das mercadorias pessoais dos trabalhadores constituem o pano de fundo que permite identificar qual seja a identidade e o caráter do profissional tecnólogo.

Esse vendaval de forças produtivas autorreferenciadas, acrescidas de reengenharias operacionais, eleva a composição orgânica do capital em favor do trabalho morto (máquinas automáticas). O ambiente tomado por tecnologias cibernético-informacionais deveria fazer supor que os tecnólogos logo seriam integrados pelo mercado de trabalho na sua condição de

profissionais de nível superior. Afinal, eles encerram o padrão flexo e prurivalente exigido pelo capital em nossa contemporaneidade. Porém, no Brasil não foi isso que se observou na ordem prática. A Petrobrás, enquanto empresa líder do mercado nacional, não os admitem em seus editais para efeito de concurso público e as empresas privadas tão somente ignoram-nos. Se os mecatrônicos são acolhidos pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, os telemáticos sequer dispõem de um órgão regulador de sua profissão.

O Conselho Federal em colaboração com a Associação Nacional dos Tecnólogos – ANT – entidade fundada quando do I Encontro Nacional dos Tecnólogos da Engenharia, realizado no ano de 2006 – crê que os Cursos Tecnológicos foram alvos de preconceitos dos meios acadêmicos universitários, sobretudo das universidades federais (ANT; CONFEA, 2010b). De sua parte, a professora Lucília Machado (2008) credita esse não reconhecimento a “estranhamentos” derivados de “hibridismo”, “mal resolvido”, fruto da incompleta conjunção entre a formação profissional e o ensino superior:

Esses estranhamentos derivam da condição de nascimento desses cursos e da profissão de Tecnólogo: são filhos de diferentes pais ou de condições diversas, ou seja, originários do cruzamento de espécies que a tradição insiste em não confundir ou misturar (educação profissional e ensino superior), trazem as marcas de um hibridismo ainda mal resolvido, que expressa as contradições mais profundas da divisão social do trabalho (MACHADO, 2008, p. 17).

Segundo os signatários da *Cartilha: o caráter e a identidade da profissão* (2010b) somente no ano de 2002 as universidades públicas reconheceram os tecnólogos como profissionais de nível superior passando a recebê-los em seus cursos de Pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* (ANT; CONFEA, 2010b). O reconhecimento de suas chancelas pelas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES não encerrou o conflito que encerra a condição de ser tecnólogo. Faltavam-lhes as “bênçãos” do mercado.

Já se vão quase vinte anos que os ares liberalizantes circundam o Brasil e, a despeito dos esforços, as entidades de representação não conseguiram dar aos tecnólogos uma condição identitária distintiva e desejada. Em um esforço para lhes conferir reconhecimento, essas entidades publicaram a já mencionada *Cartilha do tecnólogo* (2010). Ela se refere à existência de preconceitos, a uma crise de pertencimento social e uma ausência de amor-próprio que alcança aos profissionais tecnólogos. Em contrapartida, sugerem o esclarecimento quanto ao caráter da profissão e quanto a uma identidade que os constituem (ANT; CONFEA, 2010a; 2010b).

A peça corporativa, mais do que o reconhecimento da existência de uma crise de identidade profissional entre os tecnólogos, revela propensões sobre a forma de o capital consumir a força de trabalho no tempo presente. Para verificar de modo claro e preciso a identidade dos tecnólogos, como afiançam os signatários da *Cartilha* (2010), faz-se necessário que se analise como se dá o funcionamento do sistema do capital em sua atualidade, assinalando suas tendências históricas e contradições sociometabólicas. À luz da recuperação de seu traçado histórico e do constructo lógico que o abaliza será possível perceber as disposições apontadas para o consumo da mão de obra no tempo presente. O que por sua vez permitirá perceber a identidade do tecnólogo e refletir sobre seu caráter.

### **MARX, FORMAS DE CONSUMO DAS FORÇAS DE TRABALHO E IDENTIDADES**

A conjugação das forças produtivas emanadas da robótica e da microeletrônica advindas do desenvolvimento científico-tecnológico permite que o capital simultaneamente otimize o tempo da produção e potencialize a operosidade da mão de obra. Tudo se passa como se o *savoir-faire* estivesse concentrado nas mãos de trabalhadores altamente qualificados e as novas forças produtivas automáticas postas a seu serviço. Quem observa a pleora dos meios de produção microeletrônicos e enxerga nas novas relações de trabalho um vínculo autônomo frente às relações de produção multivalentes, põe em relevo a importância dos produtores diretos no trato dos meios de produção reconfiguráveis. Essa visão se reflete na *Cartilha do Tecnólogo* (2010). Em sua óptica, é como se o capital estivesse passando o controle da concepção aos trabalhadores. Não é isso o que efetivamente ocorre.

Os apologistas da modernidade tecnológica não percebem que a adoção de novas tecnologias autorreferenciadas acelera o movimento da contradição central do sistema do capital, restando a base do valor (tempo de trabalho). Contradição esta que tem lugar na redução da ação direta do produtor imediato (trabalho vivo), em favor de procedimentos cristalizados nos sistemas de máquinas, instalações fabris e processos automatizados (trabalho objetivado). Como o tempo de trabalho humano desprendido diretamente para a produção de uma mercadoria corresponde à substância que determina seu valor, à medida que vão sendo integralizados os procedimentos fabris, vai se restringindo a base da valorização, evidenciado como opera a contradição processual que demarca a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX, 1987, vol. 2), tornando patente a impossibilidade de seu sistema se expandir de modo *ad infinitum*.

De sua parte, o transcurso histórico do capital compreende três momentos hegemônicos: cooperação simples, divisão do trabalho e grande indústria (MARX, 1985). Esses

modos de produzir predominantes refletem a passagem do trabalhador de centro da produção para a condição de apêndice. Inicialmente, o capital impôs o controle externo sobre a atividade dos artífices (cooperação simples); depois os sujeitou à manufatura e à fragmentação dos seus afazeres (divisão do trabalho); por fim, os submeteu ao ritmo ditado pelo sistema de máquinas ferramentas (grande indústria). Agora, “El trabajo ya no aparece tanto como recluso en el proceso de producción, sino que más bien el hombre se comporta como supervisor y regulador con respecto al proceso de producción mismo” (MARX, 1987, vol. 2, p. 228).

O capital subsumiu a si o trabalho, a natureza, a ciência e a tecnologia, reduzindo-os a condição de meros fatores produtivos. Nesse processo ele transformou o “mundo da produção” em um espaço de domínio abstrato onde muitas vezes as mercadorias ganham os ares da imaterialidade. O cenário comum prevalecente nas modernas empresas baseadas na tecnologia *hightech* é demarcado pela existência de meios de produção automáticos, que prescindem da presença física e espiritual dos produtores imediatos, redundando no designado “desemprego estrutural”. Restam aos trabalhadores remanescentes atividades supervisórias e de regulação. Suas ações são demarcadas pela polivalência e flexibilidade.

Se o capital ganhou em magnitude científico-tecnológica, os trabalhadores perderam sua magistralidade produtiva em favor dos maquinismos autorreferenciados. De centro da produção da riqueza material, o trabalhador foi reduzido a uma mera condição de apêndice. No tempo presente, com a disseminação de tecnologias da automação essa tendência de perda da virtuosidade se acelerou geometricamente tornando que a presença física e espiritual de produtores imediatos redundante. Em decorrência, os trabalhadores se transformaram em uma mão de obra crescentemente supérflua (MÉSZÁROS, 2002,), já não mais integrável a ordem capitalista<sup>5</sup>.

A recuperação da tendência lógica do sistema sociometabólico prevalente e de sua histórica possibilita verificar a atual tendência quanto ao esgotamento do conteúdo do trabalho do produtor imediato. Aplicada à educação é possível perceber que o capital qualifica aos trabalhadores, desqualificando-os. Os saberes, antes pertencentes aos produtores diretos, são transferidos para máquinas multivalentes, dando expressão ao processo de qualificação-desqualificante da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2006; MARQUES, 2016). Por isso, os tecnólogos estão sujeitos às mesmas disposições que apontam para o esvaziamento da virtuosidade dos trabalhadores em geral.

---

<sup>5</sup> A Foxconn – que, entre vários outros produtos, faz os *iPhones* e *iPads* da Apple – já anunciou que pretende “empregar” 1 milhão de robôs até 2014. Dados preparados pela consultoria Gavekal mostram que o custo unitário de um robô industrial atingiu cerca de US\$ 48 mil no ano passado, uma diferença pequena para os US\$ 44 mil pagos a um funcionário pela gigante de montagem Foxconn durante dois anos. (LANDIM e CRUZ, 2011. Adaptado do Jornal Estado de São Paulo, de 31 de março de 2012).

O título da publicação da *Cartilha do tecnólogo* (2010) trouxe à mente a obra *A Corrosão do Caráter*, de autoria do sociólogo norte-americano Richard Sennett (2005). Seu livro toma como fio condutor os efeitos que o recente avanço científico-tecnológico desencadeou sobre o cotidiano da vida social. Analisa a atual estrutura do trabalho, com ênfase na flexibilidade e na ação em curto prazo, e assinala os seus efeitos sobre a psique dos trabalhadores. No que concerne à análise da condição de ser do tecnólogo, assume condição de relevo o capítulo em que esse autor discorre sobre as transformações no cotidiano do trabalho, no interior de uma padaria de Boston, após a sua informatização, permitindo, por analogia, refletir a identidade tecnólogo.

Sennett visita a padaria quando a produção ainda apresentava uma dimensão artesanal e se baseava no *métier* do padeiro, e passados vinte e cinco anos, discorre sobre as condições de trabalho da mesma panificadora, só que agora ela havia se modernizado, transformando-se em um complexo alimentício, baseado na automação. Agora, o domínio da informática se tornou a pré-condição para a contratação de trabalhadores. Isso, a despeito de prescindirem desse conhecimento no dia a dia de seu ofício.

Os trabalhadores digitam comandos de um programa de um *software* autoprogramado e o forno microeletrônico realiza o serviço autonomamente. Não obstante a ação da tecnologia pode-se perceber o elevado grau de dissociação do trabalhador imediato, quando uma empregada da padaria se vangloriando de seu conhecimento informático assevera: “– [...] ‘padaria, sapataria, gráfica é só dizer’[...]” (SENNETT, 2005, p. 87). A despeito do sentido meritocrático da constituição do discurso, seu texto revela a mais completa indiferença quanto ao conteúdo do trabalho de padeiro e um intenso conflito quanto à identidade de ser panificador.

A alteração do caráter dos trabalhadores e as incertezas quanto as suas identidades profissionais podem, por semelhança, alcançar a outros campos profissionais: são caixas de bancos subordinados aos sistemas contábeis microeletrônicos; são códigos de barras que dispensam o conhecimento matemático; são trabalhadores rurais substituídos por máquinas automáticas do agronegócio; são indústrias produzindo a despeito da mediação dos trabalhadores; são mecatrônicos e telemáticos atuando como suportes de sistemas eletrônicos digitais etc. Em decorrência, o trabalhador tem convivido com a perda de vínculo com seu fazer produtivo e decaído em um processo de reificação quanto ao conteúdo do trabalho.

## TECNÓLOGOS ENTRE A ONTOLOGIA E A PEDAGOGIA DO CAPITAL

Nos dias de hoje, há um debate sociológico sobre quais efeitos que essas tecnologias podem provocar sobre as relações de trabalho e sobre o modo que as forças de trabalho são consumidas. Muitos dos teóricos que debatem o “mundo do trabalho” acreditam que há uma polarização entre trabalhadores decantados como altamente qualificados e àqueles não qualificados. Afirmam que a automação possibilitará a aquisição de saberes complexos por àqueles mais intelectualizados que se dedicam a concepção. Não obstante, quando suas análises se debruçam sobre os trabalhadores que executam atividades de simples realização suas conclusões seguem por trilhas totalmente diversas. Eles remetem-se ao seu embrutecimento. É como se estivéssemos em meio a uma polaridade que intelectualiza uns e estupidifica outros. Nessa perspectiva, os primeiros trabalhadores corresponderiam ao trabalho tornado ato ontológico e os últimos estariam fadados à canga e ao desaparecimento de suas funções a medida do avanço da automação.

Lucília Machado, em *Profissional Tecnólogo e sua Formação* (2008), advoga à tese de que o ensino superior tecnológico encarna uma síntese da justaposição de saberes tecnocientíficos e de proficiências multifuncionais ligadas ao ensino politênico. Para dar luz a sua crença, toma para si a tarefa de refletir sobre a identidade do tecnólogo. Para ela, a curta duração da maioria desses cursos tem contribuído para a sua expansão, mas tem motivado que carreguem consigo estigmas preconceituosos que os fazem serem percebidos como cursos de segunda categoria e de baixo prestígio social. Em resposta, a professora argumenta que estes trabalhadores provenientes dos CST encerram os ideais ontológicos e os princípios formativos gregos de *techne* e *logos* consagrados na *Paidéia*:

O conhecimento tecnológico, embora multifacetado e abrangente, se unifica no seu objeto: os meios técnicos e os modos operatórios de conceber, organizar, gerenciar e executar o trabalho nas mais diversas áreas profissionais ou mesmo de atividades lúdicas e de consumo próprio. Orienta-se, sem dúvida, para fins práticos e resolutórios e tem uma racionalidade intrínseca: a tecnológica, uma correlação entre *techne* (arte) e *logos* (saberes, ciência, filosofia) (MACHADO, 2008, p. 22 e 23).

Limitada a uma leitura trans-histórica, a educadora não se apercebe de que, a despeito do caráter aparente intelectualivo de alguns ramos de trabalho, todos os setores estão sendo tragados pela mesma lógica do valor, que os impele, progressivamente, a preterir a presença do trabalho humano em razão do trabalho pretérito (máquinas). Não alcança as disposições contraditórias que operam sobre o conjunto dos trabalhadores e sobre suas ações formativas. Não compreende que sob o domínio das relações reificadas prevalentes na moderna

sociedade produtora de mercadorias, degrada-se o próprio significado do termo “*qualificação*” (BRAVERMAN, 1987).

A professora não leva em consideração a contradição central do sistema do capital e nem as tendências de consumo da força de trabalho em meio à automação do processo produtivo. Mesmo os trabalhadores que estiverem operando, por meio de sofisticados comandos eletrônicos, ou aqueles estejam realizando suas atividades no “chão de fábrica” fazendo uso de chaves de grifo, todos serão alcançados pelo desenvolvimento progressivo da contradição processual: a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Ela não percebe que a ação cerebral também é passível de separação, tal qual ocorreu com a concepção e a execução, e está sujeita a repetições tautológicas. Sobre a contradição capital - trabalho e seus efeitos sobre o “mundo do trabalho” Marx (1994) afirma que ela atingirá o conjunto dos trabalhadores:

A oposição entre capital e trabalho assalariado desenvolve-se, assim, até sua plena contradição. E no interior desta que o capital aparece como meio não somente de depreciação da capacidade viva de trabalho, mas também como meio de torna-la *supérflua*. Em determinados processos isso ocorre por completo; em outros, esta redução se efetua até que se alcance o *menor número* possível no interior do conjunto da produção. O trabalho necessário coloca-se, então, imediatamente como população *supérflua*, como excedente populacional – aquela massa incapaz de gerar mais-trabalho (1994, p. 106).

Percebe-se, a partir da reflexão marxiana que de modo desigual e combinado todos os trabalhadores serão abarcados pela tendência que valoriza-desvalorizando suas mercadorias pessoais. Por isso, é indiferente se os produtores executam afazeres ligados à concepção ou à execução, cada um a seu modo será alcançado pelo movimento da contradição central do sistema do capital.

Claro está que o *boom* dos Cursos Superiores Tecnológicos no Brasil está umbilicalmente ligado à tendência do sistema do capital em atuar fazendo uso crescente da ciência e da tecnologia em detrimento da presença dos trabalhadores diretos. A automação flexível exige a remodelagem dos trabalhadores de modo a torna-los reconfiguráveis e adequáveis, consoante às necessidades mais diretas do processo de valorização. O tecnólogo pode ser considerado um profissional “máximo genérico”<sup>6</sup>, multifacetado, eclético e modelável. Desse modo, sua formação deve se pautar por estudos horizontais cotejando dispares regiões

---

<sup>6</sup> Quando da pesquisa do Doutorado em Sociologia, realizado na UFC (2006 – 2009) indagou-se a um telemático sobre a questão da identidade desse profissional. Em resposta, ele afirmou que: “- Os cursos de tecnologia, eles deviam assumir o fenômeno como de fato ele é. Criar um Curso com um nome só. Chamar de ‘especialista em Tecnologia da Informação’. Que é um nome, máximo genérico possível. Vamos assumir a verdade. Esse profissional vai ter um nome genérico”. O trabalhador “máximo genérico” eis o sentido de ser do tecnólogo.

de inquérito. A generalidade redundando na completa perda de identidade funcional de quaisquer trabalhadores.

Como expressão real da crise indenitária e da corrosão do caráter, se é plausível encontrar mecatrônicos e telemáticos efetuando atividades complexas de reengenharia integrando plantas fabris, do mesmo modo também é admissível localizá-los realizando trabalhos de baixo domínio cognitivo, como a operação de supervisórios, atividade tão insidiosa<sup>7</sup> como àquelas realizadas pelos clássicos exércitos de operários fabris estandardizados. Em decorrência, aprofunda-se o grau de dissociação existente entre a teoria e prática. Não obstante, encontrá-los exercendo atividades pueris comparadas ao nível de sua certificação não lhes é novidade. Afinal, sob a ótica prevalente, o trabalho deve ocorrer a despeito do conhecimento dos trabalhadores (BRAVERMAN, 1987).

A *Cartilha* (2010), por outro lado, afirma que os tecnólogos estão em sintonia com as novas forças produtivas reprogramáveis demandas pelo mercado. Em sua concepção, suas competências atitudinais e habilidades devem ter a posse de múltiplas valências que lhes permitam o comportamento polivalente requerido pelo capital. Em função dessa adequabilidade mercadológica e da desespecialização formativa, o texto exposto lança mão da ideia de competências em forma de bricolagem: “competências em recortes” (ANT; CONFEA, 2010a, p. 25; 2010b, p. 35).

Com o desejo de conferir identidade aos tecnólogos e lhes propiciar uma expressão de caráter coletivo, o escrito corporativo busca ancorar-se em dois documentos institucionais que têm se constituído em base fundante para as reformas educacionais disseminadas do capital mundial: *Declaração de Bolonha* (2009) e a *Educação um tesouro a descobrir: relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, mais conhecido como *Relatório de Jacques Delors* (2010). Em suas óticas esses dois tratados institucionais correspondem a marcos no processo de organização e desenvolvimento dos Cursos Superiores Tecnológicos:

O Protocolo de Bolonha, associado ao Relatório de Jacques Delors, sinaliza para a educação a ser praticada no século XXI, notadamente em relação à educação superior. Nesse contexto, a educação tecnológica se tornou um importante referencial para os cursos de bacharelados, a partir de um maior equilíbrio entre ciência e tecnologia, de currículos mais flexíveis, dinâmicos e sintonizados com a realidade do mundo do trabalho (ANT; CONFEA, 2010b, p. 18).

---

<sup>7</sup>Para maior detalhamento consultar Marques (2009; 2016).

O *Relatório Jacques Delors* (2010), de responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO aponta *Os Quatro Pilares da Educação*: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (UNESCO, 2010). Eles constituem os preceitos segundo os quais a educação deve dar conta dos aspectos psicossociais de crianças e adolescentes, sem se prenderem tão somente aos elementos cognitivos. Também conferem luz às necessidades de qualificação profissional requeridas pelo capital. Para os autores do documento os conhecimentos clássicos adquiridos pelos trabalhadores no domínio de seu ofício, são agora classificados como arcaicos. A aquisição de um *savoir-faire* acumulado no decurso de toda uma vida profissional perdeu atualidade. Por isso, devem ser substituídas por um sistema de competências e habilidades baseado em posturas procedimentais, como: “incentivo à iniciativa”, “trabalho em equipe”, “trabalho por conta própria”, “empreendedorismo” e “sinergias realistas” (IBIDEM, 2010, p. 29).

Como os maquinismos e instalações estão integrados aos processos produtivos e como eles se tornaram cada vez mais “inteligentes”, não carecem da ação física e espiritual do trabalhador vivo no ato de trabalho sejam eles vinculados ao planejamento, supervisão ou à execução operacional. Como a mecânica autorreferenciada já não mais demanda tantos saberes dos trabalhadores diretos, as noções comportamentais são mais desejadas que a posse conhecimentos formais. O capital valoriza a flexibilidade do trabalhador e a sua condição de “habituação” (BRAVERMAN, 1987, p. 123) às novas relações de produção.

A adequação do ensino às novas demandas reconfiguráveis da produção denota o sentido que toma a pedagogia do capital em nossos dias (OLIVEIRA, 2006; MARQUES, 2016). Os conteúdos perderam o lugar de primazia em nome de competências e habilidades atitudinais. O tecnólogo deve ser formado para a polivalência funcional e para sucessivas remodelagens, conforme as transmutações produtivas levadas a termo pela tecnociência. Esse é o sentido imediatamente interessado que a governança do capital mundial almeja para o ensino superior.

A *Declaração de Bolonha* (1999) representa a peça-chave para que se possam vislumbrar quais as finalidades perquiridas por aqueles que fazem a educação profissional nos dias atuais. Seu texto propõe montar um sistema de educação de terceiro grau unificado em toda a Europa, conformando o designado “Espaço Europeu do Ensino Superior”. Como regra, o documento se remete a necessidade de adequação do ensino de cada país do “Velho Continente” às novas demandas da tecnociência. Para tal, sugere que seus currículos sejam tornados compatíveis entre si, de modo a “incentivar a mobilidade de estudantes” (DECLARAÇÃO DE

BOLONHA, 1999, p. 2), lhes oportunizando cursarem disciplinas em qualquer instituição de ensino superior da Europa. Desse modo, se estabelecerá a competitividade no âmbito do Sistema Europeu do Ensino Superior. A flexibilidade proposta aos discentes também se realizará junto aos docentes. Eles poderão efetuar estudos e pesquisas em todo o território da “Europa do Conhecimento” (IBIDEM, p. 1).

A ordem é tomar para si o ideal da “indispensável flexibilidade dos cursos” (UNESCO, 2010, p. 21), reconfigurar as instituições de ensino e habituar discentes e docentes às novas necessidades de consumo das forças de trabalho pelo capital. Em relação aos últimos a orientação formativa compulsória é apresentada sem subterfúgios: “Sua vida profissional deve ser organizada de tal modo que estejam em condições, até mesmo, sejam **obrigados** a aprimorar sua arte e a se beneficiar de experiências vividas em diversas esferas da vida econômica, social e cultural” (IBIDEM, p. 35. Grifo nosso).

No conjunto, essas medidas assinaladas pelo *Protocolo de Bolonha* (1999) e pelo *Relatório Jacques Delors* (2010) se constituem em elementos estruturantes para a realização de reformas nos diversos sistemas nacionais de ensino de todo o mundo. Aplicadas, elas serão capazes de cominar multe referência e flexibilidade às ações educativas, em consonância ao modelo moldável exigido pelo capital em nossa contemporaneidade. Seguindo as trilhas desses documentos institucionais, a *Cartilha do Tecnólogo* (2010) assevera que os Cursos Superiores Tecnológicos se consubstanciaram em referência para todos os cursos de terceiro grau. Em sua concepção, isso ocorre exatamente devido à presença de matrizes curriculares “ágeis e flexíveis” e a sua adequabilidade as necessidades imediatas do mercado de trabalho:

A natureza dos cursos superiores de tecnologia implica currículos ágeis e flexíveis, capazes de responder positivamente às demandas do mundo do trabalho. Essa concepção de currículos ganha força na medida em que o Protocolo de Bolonha estimula as reformas e orienta para um modelo de educação superior muito próximo daquilo que vem sendo praticado na educação tecnológica desde a década de 1960 (ANT; CONFEA, 2010a, p. 15; 2010b, p. 17).

De sua parte, os tecnólogos são apresentados pelos autores da *Cartilha* (2010) como os profissionais requeridos pelo século XXI e que encarnam o novo *éthos* da adaptabilidade. Agindo assim, eles pretendem conformar o trabalhador genérico requerido pelo capital. Mas, em que consiste a tão decantada flexibilidade do trabalhador? A resposta de Sennett (2005) a essa indagação nos remete à corrosão do vértice que perfaz a estrutura do ser humano:

A palavra “flexibilidade” entrou na língua inglesa no século quinze. Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao

vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. [...] Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. [...] As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas (2005, p. 53).

O “tradicional” bacharel apresenta uma base formativa que lhe possibilita vergar frente aos dissabores da vida e retornar ao ponto original. Já os “modernos” tecnólogos são trabalhadores de formação horizontal, versátil e prurivalente. Nesse sentido, muitas vezes, lhes falta um “prumo” que os possibilite conferir um sentido de permanência a sua atuação profissional, ficando a mercê das vicissitudes do mercado. Eles dispõem de um domínio de várias áreas correlatas entre si, podendo atuar indistintamente em díspares ramos profissionais. Não obstante, nada lhes garante que, frente a um vendaval, retornem ao ponto de origem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade e o caráter do tecnólogo estão marcados pela lógica do tempo presente e do aqui-agora. Cabe ao trabalhador, individualmente, ajustar-se às necessidades imediatas de consumo de sua mercadoria pessoal, dispendo-a consoante as condições ditadas pelo mercado de trabalho. A maleabilidade tornou-se a expressão do caráter de sua profissão tecnológica, revelando a possibilidade desse trabalhador pôr em ação filamentos de conhecimentos, aplicados aos pedaços como “competências em recortes”, de modo a responder mais rapidamente às exigências produtivas.

A conformação de um trabalhador “máximo genérico”, maleável e reconfigurável, para ser consumido na velocidade da automação, compõe a base movediça sobre a qual se assenta a identidade e o caráter do tecnólogo. Formação para a adequabilidade, eis o sentido conflitivo que consubstancia sua constituição indenitária. Sua formação instrumental lhes confere a possibilidade de redesenhar traçados profissionais de modo a trabalhar em díspares ramos produtivos. Só que as condições mutantes não lhes possibilitam conferir um enredo duradouro para suas vidas, estando entregues às variações do mercado. Quanto mais esculpível for sua “causa material” (trabalho genérico), maior será a corrosão de sua “causa formal” (psique/caráter)<sup>8</sup>.

A lógica que impulsionou o desenvolvimento dos meios de produção capitalistas baseou-se no alargamento dos antagonismos que retroalimentam a contradição dialética fundante do sistema do capital (trabalho vivo - trabalho morto). Assim, todo o aparato da acumulação flexível e os decorrentes rearranjos de reengenharia se deram em conformidade às

---

<sup>8</sup> As expressões “causa formal” e “causa material” são aqui utilizadas em analogia a intenção de Aristóteles. Para o filósofo grego, a primeira causalidade diz respeito ao ser e a segunda a composição dos objetos em transformação. Assim, se um homem pega uma pedra de mármore e a esculpe, o artesão compreende a causa formal (essencial) e a pedra tão somente sua causa material (objeto).

suas exigências sociometabólicas. A formatação instantânea de trabalhadores, para atender às demandas imediatas de reprodução mercantil, vai de encontro aos interesses dos produtores diretos. A multifacetada desespecialização dos tecnólogos, que se constituiu no moderno mito da qualificação multivalente, não transformou esses trabalhadores em profissionais mais qualificados. O ensino superior advindo de Bolonha e de Delors está apesado à mesma dialética que retroalimenta o processo de valorização-desvalorização do conjunto da força de trabalho. Como poderiam os tecnólogos em geral e os mecatrônicos e telemáticos em particular, escaparem das mesmas amarras que aprisionam a todos os trabalhadores indistintamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANT; CONFEA. **Cartilha do tecnólogo: o caráter e a identidade da profissão.** Brasília: Confea, 2010a. 30 p. Disponível em: <[http://www.ant.org.br/cartilha\\_tecnologo.pdf](http://www.ant.org.br/cartilha_tecnologo.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2010.

ANT; CONFEA. **Cartilha do tecnólogo: o caráter e a identidade da profissão.** Brasília: Confea, 2010b. 37 p. Disponível em: <[http://www.creaba.org.br/Imagens/FCKimagens/01-2012/cartilha\\_tecnologo\(1\).pdf](http://www.creaba.org.br/Imagens/FCKimagens/01-2012/cartilha_tecnologo(1).pdf)>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília: Ministério da Educação, 2016. 193 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category\\_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Lei nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abr. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Decreto Lei nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação, Brasília, DF, 14 mai. 1997. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Educação Profissional:** “Concepções, Experiências e Propostas”. Anais do Seminário Educação Profissional: “Concepções, Experiências e Propostas”. Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 2003. 214 p.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. 119 p.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 379 p.

CHASNAIS, F. **A mundialização do capital.** 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. Portugal: Bolonha, 1999. 2 p. Disponível em: <[http://media.ehea.info/file/Ministerial\\_conferences/05/3/1999\\_Bologna\\_Declaration\\_Portuguese\\_553053.pdf](http://media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

LANDIM, R.; CRUZ, R. Cada vez mais barato, robô já substitui até trabalhador chinês **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 março de 2012. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cada-vez-mais-barato-robo-ja-substitui-ate-trabalhador-chines,108113e>>. Acesso em: 08 set. 2017.

MACHADO, L. O Profissional Tecnólogo e sua Formação. **Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho – Ano II – Número 3 – 2008.** Marília: Unesp, 2008. 30 p. Disponível em: <[http://www.ant.org.br/cartilha\\_tecnologo.pdf](http://www.ant.org.br/cartilha_tecnologo.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2017.

MARQUES, M. **Capital em crise:** educação e qualificação desqualificante. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. 380 p.

\_\_\_\_\_. **A qualificação profissional no foco da crítica ao sistema do capital:** em busca dos egressos do CEFETCE. 2009. 387 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARX, K. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse).** Vol. 2., Espanha: Editora Siglo Veintiuno, 1987. 493 p.

MARX, K. **Manuscrito de 1861-1863.** Maquinaria e Trabalho Vivo (Os Efeitos da Mecanização Sobre o Trabalhador). In: *Crítica Marxista*, Vol. 1, nº I, 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasileira, 1994. 103-110 p.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. 301 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, 2002. 1102 p.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter:** conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005. 204 p.

OLIVEIRA, A. **Para uma socioeconomia política da transição:** possibilidades e limites da economia solidária. 2006. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências

Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Fortaleza: Tese de Doutorado de Sociologia – UFC, 2006.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. (Relatório de Jacques Delors). 2010. Brasília: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil. 43 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

## **A REFORMA TRABALHISTA E A DISPUTA PELA REGULAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL**

### **LABOR REFORM AND DISPUTE FOR THE REGULATION OF LABOR LAW IN BRAZIL**

Eugenio Eduardo Pimentel Moreira<sup>1</sup>

Antônia de Abreu Sousa<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Este texto apresenta um ensaio teórico que tem como objetivo geral fomentar a discussão epistemológica, jurídica e sociológica acerca da Reforma Trabalhista no Brasil. Os objetivos específicos do estudo estão concentrados em: abordar a epistemologia do Direito do Trabalho, a partir da evolução histórica, dos paradigmas estruturais e de sua relação com a sociedade e explicitar as bases da flexibilização do trabalho trazidas pela Reforma Trabalhista. No campo metodológico adotou-se a pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, valendo-se ainda da pesquisa bibliográfica e documental para o embasamento teórico e exploração do tema. Para a discussão e análise dos dados, foi adotado o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). O referencial teórico se baseou em diferentes autores, que discutem Trabalho, Direito do Trabalho e a Reforma Trabalhista no Brasil, tais como: Antunes (2004, 2018); Belluzzo (2012); Cassar (2018); Delgado (2004); Martins e Rodrigues, 1999); Marx (2004); Ianni (1996), dentre outros. Os resultados sugerem que a reforma trabalhista contribui para uma maior degradação do trabalho no Brasil, na medida em que submete o trabalhador a mais insegurança e amplia a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho e, com efeito, impondo uma precarização estrutural e o desmonte da legislação social protetora do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista.

#### **ABSTRACT**

This text presents a theoretical essay that has as general objective to foment the epistemological, juridical and sociological discussion about the Labor Reform in Brazil. The specific objectives of the study are focused on: addressing the epistemology of Labor Law, based on historical evolution, structural paradigms and their relationship with society and explain the basis of the flexibility of work brought about by the Labor Reform. In the methodological field, the exploratory research of qualitative approach was adopted, using bibliographical and documentary research for the theoretical basis. For the discussion and analysis of the data, the content analysis method was adopted (BARDIN, 2011). The theoretical framework was based on different authors, who discuss Labor, Labor Law and Labor Reform in Brazil, such as: Antunes (2004, 2018); Belluzzo (2012); Cassar (2018); Delgado (2004); Martins and Rodrigues, 1999); Marx (2004); Ianni (1996), among others. The results suggest that the labor

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Direito, pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela UECE e em Direito Processual, pela Faculdade 7 de Setembro (FA7). Mestre e Doutor em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: eugenio.moreira@ifce.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação com ênfase em Financiamento da Educação, pela Universidade Federal do Ceará. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional (NUPEP) e participa do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Programa de pós-graduação em Artes (IFCE) e do Programa em rede nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

reform contributes to a greater degradation of work in Brazil, since it subjects the worker to greater insecurity and increases the freedom of the employer to determine the conditions of hiring, the use of labor and the remuneration of the worker and, in effect, imposing a structural precariousness and the dismantling of social legislation that protects labor.

**KEYWORDS:** Work. Labor Law. Labor Reform.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate acerca da imposição de uma reforma trabalhista não é novo. Desde o governo de Fernando Collor já havia a proposição de tornar menos rígida a legislação, cujas justificativas políticas perpassavam pela a indispensabilidade de flexibilizar as relações de trabalho para combater a crise do desemprego e, com efeito encolher a informalidade (Martins e Rodrigues, 1999).

O projeto desse governo, em linhas gerais, objetivava estancar o processo inflacionário por meio de recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público e da privatização do Estado (Antunes, 2004). Mas esses planos de governo fracassaram e empobreceram ainda mais o país e Collor passa a contar com a desconfiança do empresariado e com uma expressiva insatisfação da população, o que acabou por inviabilizar as tentativas de reformulações da legislação trabalhista.

O Fernando Henrique Cardoso - recém-eleito com uma significativa aceitação da população e com um enorme apoio dos meios de comunicação - após enfrentar uma greve dos petroleiros que abalou o país por 31 dias, entre maio e junho de 1995 - conseguiu reunir os meios necessários para implementar um projeto neoliberal de governo, que também incluiu em sua agenda governamental modificações no Direito do Trabalho.

Apoiando-se numa proposta de “modernização” e diante de um cenário de desemprego acentuado, conseguiu sancionar uma série de medidas pontuais de flexibilização que atingiram os sujeitos da relação de emprego. As principais inovações jurídicas implementadas diziam respeito ao contrato por prazo determinado, contrato parcial, ampliação do período para utilização do contrato temporário, flexibilização da jornada por meio do banco de horas, liberalização do trabalho aos domingos, fim dos mecanismos de indexação do salário mínimo e a introdução de mecanismos privados de solução de conflitos (mediação, arbitragem e Comissão de Conciliação Prévia).

Essa agenda política do Fernando Henrique se consolidou, inclusive através de negociação com grande parte do movimento sindical. Apesar disso, houve três importantes matérias apresentadas que não foram viabilizadas politicamente: (1) a liberalização da

terceirização; (2) a prevalência do negociado sobre o legislado; e, (3) a reforma da organização sindical.

Em 2002, adentrávamos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que, após sua quarta disputa eleitoral, foi eleito Presidente da República. E agora, com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do governo, quais as perspectivas para os trabalhadores?

Para Antunes,

[...]após dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil havia se constituído em um país bastante diverso das décadas anteriores. A eleição de Lula ocorreu quando o *transformismo* já havia sido assimilado e interiorizado pela direção política do PT, [...], ainda que em movimento lento que acabou por convertê-lo em uma espécie de *Partido da Ordem*, cada vez mais moderado e institucionalizado em seus métodos, práticas e ações. (ANTUNES, 2018, p. 275-276).

Em 2002, as circunstâncias eram outras e o neoliberalismo, que se desenvolveu nos anos 1990, havia transformado em boa medida o país, e “o PT já não era mais um partido centralmente voltado para os interesses da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 276). Para ter uma chance efetiva de ganhar as eleições, Lula deveria se mostrar adaptado à nova ordem do mundo financeiro globalizado e, para demonstrar isso, o PT publicou a conhecida “Carta aos brasileiros”, onde procurou tranquilizar o mercado financeiro e, especialmente, ao Fundo Monetário Internacional (Antunes, 2018).

Entretanto, dentro do redesenho de uma nova política, o PT tinha o desafio de representar os anseios populares, dos movimentos sociais e de sua militância política e, ao mesmo tempo, atender à prescrição imposta pelo capital financeiro. Então, o governo Lula instaurou de forma exitosa uma política policlassista conciliadora, preservando os interesses da classe burguesa ao mesmo tempo que promoveu programas sociais voltados para os mais pobres (ANTUNES, 2018).

Foi nesse contexto que houve a iniciativa do governo Lula de realizar uma reforma sindical e trabalhista, entre 2004 e 2005, por meio da constituição do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com participação tripartite, que chegou a encaminhar uma proposta ao Congresso Nacional, mas que não logrou sucesso, pois seu trâmite foi obstado pela forte resistência de diversos setores sindicais e pelas interferências políticas decorrentes das denúncias do esquema de corrupção denominado de “mensalão”.

Todavia, posteriormente, em 2008, parte das medidas pensadas naquele Fórum acabou sendo contemplada pela Lei nº 11.648, de 2008, que legalizou as centrais sindicais brasileiras, estabelecendo os requisitos para que fossem reconhecidas oficialmente. A lei

também alterou a CLT, estabelecendo novos critérios de distribuição do imposto sindical de forma a contemplar as centrais (ANTUNES, 2018).

Em suma, no governo Lula, as questões relacionadas aos direitos trabalhistas individuais não chegaram a ser implementadas, fazendo com que também não houvesse uma reforma trabalhista e sindical geral, mas apenas mudanças pontuais.

Em 1 de janeiro de 2011, Dilma Rousseff assume a Presidência da República. Seu governo foi conturbado pela crise econômica que criava um clima de incertezas e deixava insatisfeitos os setores produtivos que passaram a intensificar a pressão pela alteração das regras formais das relações de trabalho. Essa recessão econômica foi acentuada pelo desemprego e por um rebaixamento de salários, cujo descontentamento permeou todas as classes sociais, levando à eclosão das manifestações populares de 2013<sup>3</sup>. Aqui, o governo do PT mostra sinais de esgotamento.

Diante da crise conjuntural e política, a partir de 2014, a agenda de diminuição da proteção social aos trabalhadores ganhou ainda mais destaque. A presidente Dilma Rousseff, depois de reeleita, passou a apresentar uma política econômica mais ortodoxa e medidas de desconstrução de direitos, como, por exemplo, as medidas provisórias que criaram maiores restrições para os trabalhadores terem acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial<sup>4</sup>, medidas adotadas já dentro de uma política econômica de ajuste fiscal, que afetaram negativamente a sua base de sustentação na sociedade (KREIN, 2018).

Em 2015, as crises econômicas e política se aprofundaram e a agenda da retirada de direitos ganhou ainda mais expressão. Dentre as iniciativas se destacaram a votação do Projeto de Lei nº 4330/2004<sup>5</sup> na Câmara dos Deputados, que regulamentava a terceirização.

Valendo-se do avanço das mobilizações sociais pelo *impeachment* e da crise institucional de confronto entre os Poderes Executivo e Legislativo que se intensificava, foi apresentado à sociedade pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ainda em 2015, um programa ultraliberal intitulado “Uma ponte para o Futuro” que tinha como finalidade ganhar apoio da elite econômica para Michel Temer, e que já previa as privatizações, a redução do gasto social, a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

---

<sup>3</sup> A partir de uma passeata em São Paulo, em 6 de junho de 2013, com aproximadamente 2 mil pessoas, contra o aumento das tarifas no transporte público, passaram a ocorrer uma série de manifestações populares que atingiram seu ponto culminante em 17 de junho, com mais de 70 mil participantes em São Paulo e dezenas de milhares no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Belo Horizonte e em diversas outras capitais do país, que demonstravam um forte descontentamento da população com o governo Dilma.

<sup>4</sup> Media Provisória convertida posteriormente na Lei nº 13.134/2015.

<sup>5</sup> Projeto que promovia a liberalização total da terceirização e que chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados e a entrar em tramitação no Senado Federal como PLC 30/2015, onde ficou engavetado.

A partir de 31 de agosto de 2016, com o *impeachment* de Dilma, iniciou-se o governo de Michel Temer que vinha para seguir à risca a pauta que lhe foi imposta pelos grupos políticos e econômicos dominantes que lhe levaram ao comando da Presidência da República.

A proposta dos diversos setores empresariais para a reforma do Direito do Trabalho era clara: flexibilização das relações trabalhistas e começava, na opinião de muitos pesquisadores e juristas, a se implantar não uma simples reforma, mas um desconstrução de direitos, pois seriam modificados 201 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que mudariam elementos centrais da relação de emprego e das instituições responsáveis pela efetivação das normas, “resultando numa desconstrução sem precedentes na história recente do trabalho no Brasil” (ANTUNES, 2018, p.15).

Além da Reforma Trabalhista, o governo federal e o Congresso brasileiro deram um duro golpe contra os mais pobres ao aprovarem o desmonte dos direitos sociais conquistados pelo povo brasileiro e, em 2017, entrou em curso a implementação de um conjunto de medidas que se traduzem no congelamento do gasto público por vinte anos, nas privatizações e nas concessões à iniciativa privada, na reforma do ensino médio, na política econômica ortodoxa e na tentativa da Reforma da Previdência (KREIN, 2018).

O governo adotou a estratégia de priorizar a Reforma Trabalhista em relação à Previdenciária (que continua em tramitação), pois a primeira, por ser uma iniciativa legislativa infraconstitucional, não precisava de quórum qualificado no Congresso Nacional e sua tramitação seria muito mais célere, se constituindo em um estratagema para Temer ganhar apoio empresarial e do “mercado”, em um cenário no qual o Presidente começava a sofrer um profundo desgaste por conta dos escândalos de corrupção que envolviam seu nome.

Foi na perspectiva de fomentar a discussão epistemológica, jurídica e sociológica acerca da Reforma Trabalhista no Brasil promovida pelo governo Temer, que se realizou o presente estudo, com os objetivos específicos de: abordar a epistemologia do Direito do Trabalho, a partir da evolução histórica, dos paradigmas estruturais e de sua relação com a sociedade e explicitar as bases da flexibilização do trabalho trazidas pela Reforma Trabalhista no Brasil.

No campo metodológico, adotou-se a pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, valendo-se ainda da pesquisa bibliográfica e documental para o embasamento teórico e exploração do tema. Para a discussão e análise dos dados, foi adotado o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Por meio da Análise de Conteúdo, buscou-se identificar os sentidos do que emerge dos dados. A investigação se deu com foco nos dois documentos oficiais

que regulamentam a Reforma Trabalhista: as Leis 13.467/2017 e 13.429/2017. A unidades de análise definida foi a regulação das relações de trabalho, tendo como categorias o Direito do Trabalho e a flexibilização das relações de trabalho.

Obviamente, já há algumas análises acerca da Reforma Trabalhista, mas, no atual momento histórico às voltas das eleições presidenciais de 2018 que recolocam a matéria em pauta face os enormes desafios na geração de trabalho, emprego e renda que o Brasil enfrenta, o presente estudo se justifica e tenciona aprofundar a compreensão, sobretudo, do retrocesso que se deu com as novas regras de desproteção social e precarização das relações de trabalho que essa Reforma impôs de forma arbitrária aos trabalhadores brasileiros.

Esse texto está dividido em quatro partes bem fundamentadas. A primeira parte, que é introdutória, traz resumidamente um balanço das proposições políticas de flexibilizações do Direito do Trabalho, que se deram entre o governo Collor até as medidas impostas por Temer, que culminaram com a Reforma Trabalhista. A segunda trata das questões epistemológicas do Direito do Trabalho, incluindo um retrospecto da evolução histórica e uma análise dos paradigmas estruturais e de sua relação com a sociedade. Na terceira parte, serão analisados os elementos principais da reforma empreendida pela Lei nº 13.467/2017, dando ênfase às novas modalidades de contrato de trabalho incluídas no ordenamento jurídico pátrio, e pela Lei nº 13.429/2017, que liberaliza a terceirização nas atividades permanentes das empresas, revelando as bases da flexibilização do trabalho e da diminuição da proteção social. A quarta refere-se às considerações finais que expõe os entendimentos revelados ao longo das análises, dando conta dos achados deste estudo.

Nessa exposição, não se intenciona esgotar quaisquer discussões acerca da Reforma Trabalhista, mas sim contribuir com aqueles que almejam entender, holisticamente, os reais significados da nova legislação no mundo das relações de trabalho.

## **2. A QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA E A DISPUTA PELA REGULAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO**

A discussão sobre a questão epistemológica do Direito do Trabalho nos parece um ponto de partida fértil para chegarmos a ressignificação desse ramo do direito, diante das atuais demandas sociais postas pela Reforma Trabalhista no Brasil. Mas, para se justificar e discutir a epistemologia do Direito do Trabalho, faz-se necessário, antes, discorrer abreviadamente sobre o trabalho humano.

Iniciemos do ponto de vista histórico e etimológico da palavra trabalho que, no passado, denotava algo desagradável: castigo, sofrimento, tortura, cuja origem é o termo em latim *tripalium*, uma espécie de instrumento de tortura ou canga que pesava sobre os animais. Com o passar dos tempos, o trabalho adquire um sentido positivo. Constata-se essa mudança de sentido na obra do filósofo inglês John Locke (1632-1704), não por acaso, teórico do liberalismo burguês.

Para justificar a propriedade pessoal de algo que no início dos tempos teria sido comum a todos, Locke diz que

[...] cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou. (LOCKE, 1994, p. 98.)

Outros pensadores, porém, criticaram as distorções desse processo de apropriação que se cumpriu em detrimento da maioria. No século XIX, Karl Marx denunciou as contradições da economia política burguesa, que reconhecia no trabalho a origem de todo o valor e de toda riqueza, mas de fato privilegiava a propriedade, e não o trabalhador.

Destacamos a importância que esse filósofo deu às relações de trabalho, como atividade por excelência pela qual cada ser humano se liberta da natureza e se humaniza porque, ao mesmo tempo que produz alguma coisa, também se autoproduz como pessoa. No entanto, foi também Marx quem desenvolveu a teoria da alienação no trabalho e, em particular, do *estranhamento* que – fazendo parte do complexo social da alienação - impede essa realização.

Nas palavras de Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isso na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto, a apropriação como *estranhamento* (Entfremdung), como alienação (Entausserung) (MARX, 2004, p.80).

O *estranhamento*, portanto, se efetiva pela dimensão da negatividade, sentimento de perda e desefetivação, que caracteriza o trabalho assalariado no capitalismo, uma vez que o produto gerado pelo trabalho não pertence ao seu criador (Antunes, 2018). Também, a alienação do trabalhador surge, ao mesmo tempo, como alienação da atividade produtiva quando esta deixa de ser uma manifestação essencial do homem, para ser um “trabalho forçado”, não voluntário, mas determinado pela necessidade externa, de sobrevivência.

Essa dedução de Marx faz despontar um outro momento em que o trabalhador aliena-se também do gênero humano, o que leva a uma quarta dimensão do complexo social do *estranhamento*: a alienação do homem pelo homem, ou seja, nas palavras de Antunes, “o ser se estranha em relação ao próprio ser, ele se separa de seu ser genérico.” (ANTUNES, 2018, p.98).

Nessas especificidades, concluímos que o trabalho alienado é condição de desumanização, pois o produto passa a valer mais do que o próprio trabalhador, que perde o controle desse produto e, por conseguinte, de si mesmo, comprometendo a possibilidade de atuar no mundo de modo autônomo e crítico.

Ao examinarmos, porém, as mudanças do trabalho na sociedade pós-industrial, talvez devêssemos nos perguntar se essas circunstâncias, seja na indústria, seja no setor de serviços, não teriam modificado de modo positivo a relação do trabalhador com seu ofício e com o dono do capital, para superar, ou pelo menos minimizar, a alienação?

No mundo do trabalho contemporâneo, embora persista a esperança em um trabalho não-alienante, que permita a autocriação humana, que supere a dimensão de sofrimento, o que se percebe é muito diverso desse desenho idealizado. Parafraseando Antunes (2018), o mundo do século XXI, mais do que nunca, mantém bilhões de homens e mulheres dependendo de forma quase que exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, vivenciando a corrosão de seus direitos sociais, de suas conquistas históricas e o exaurimento dos níveis de remuneração, em razão de uma lógica do mercado que lhes impõe novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado e flexível.

Assim, sem dúvida, os problemas na sociedade capitalista continuam existindo, pois apesar das riquezas produzidas, grande parte das pessoas que vivem do trabalho ainda não tem acesso aos seus bens fundamentais e precisam, por isso mesmo, de normas protetivas que lhes assegurem melhoras nas condições de trabalho. Nesse sentido, ao tratar do trabalho como atividade humana produtiva feita em favor de terceiros, é que é substancial desvelar o Direito do Trabalho.

### TRÊS CORRENTES PRONUNCIAM-SE ACERCA DESSE RAMO DO DIREITO

A primeira delas é a corrente **subjéitiva**, que prioriza os sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador. Sob essa ótica, destaca-se a fragilidade da condição econômica do empregado na relação jurídica. A segunda tendência é a **objetiva** que realça o conteúdo do Direito do Trabalho, isto é, a lei e não seus destinatários.

Ambas as correntes recebem críticas pois são insuficientes para entender Direito do Trabalho em sua plenitude. Na verdade, não há como separar uma corrente da outra, por isso a corrente majoritária é a chamada **mista**, que engloba as duas categorias acima, valorando tanto os sujeitos da relação de trabalho quanto o conteúdo do Direito do Trabalho. Isso porque o Direito do Trabalho supera a visão individualista e coletiva e perpassa pela visão econômica, política e social. Também não pode ser visto apenas como aquele que cuida da aplicação das regras trabalhistas. O Direito do Trabalho é muito mais amplo, pois possui implicação coletiva, social, com institutos nacionais e internacionais que visam à melhoria da condição social e proteção dos sujeitos da relação de trabalho. Outrossim, relaciona-se com questões econômicas e de globalização da economia, de mercado de trabalho, sociais e políticas.

Na visão de Cassar, o Direito do Trabalho

[...] é um sistema jurídico permeado por institutos, valores, regras e princípios dirigidos aos trabalhadores subordinados e assemelhados, aos empregadores, empresas coligadas, tomadores de serviço, para tutela do contrato mínimo de trabalho, das obrigações decorrentes das relações de trabalho, das medidas que visam à proteção da sociedade trabalhadora, sempre norteadas pelos princípios constitucionais, principalmente o da dignidade da pessoa humana. Também é recheado de normas destinadas aos sindicatos e associações representativas; à atenuação e forma de solução dos conflitos individuais, coletivos e difusos, existentes entre capital e trabalho; à estabilização da economia social e à melhoria da condição social de todos os relacionados. (CASSAR, 2018, p.5)

A principal característica do Direito do Trabalho é a proteção do trabalhador, seja por meio da regulamentação legal das condições mínimas da relação de emprego, seja por meio de medidas sociais adotadas e implantadas pelo governo e sociedade. Também, sob o aspecto coletivo do trabalho, traz como característica a busca pela solução e pacificação dos conflitos coletivos de trabalho, bem como nas formas de representação pelos sindicatos. Tais características conotam o caráter socializante da legislação trabalhista, realçando suas funções tutelar, econômica, pacificadora, política e social, que justificaram seu nascimento no século XIX e sua permanência nos ordenamentos jurídicos nacional e internacional.

A par disso, vale ressaltar que o Direito do Trabalho nasce<sup>6</sup> como reação da classe trabalhadora ao cenário que se apresentou com a Revolução Industrial, com a crescente e incontrolável exploração desumana do trabalho (CASSAR, 2018). Foi a partir daí que surgiram as legislações e constituições em proteger o trabalhador, considerado hipossuficiente na relação de trabalho.

Um dos primeiros defensores de normas regulamentadoras das relações de trabalho foi o industrial Robert Owen que, ao assumir a fábrica de tecidos em *New Lamark*, na Escócia, empreendeu profundas mudanças para a época, como a supressão dos castigos e prêmios; não admissão de menor de 10 anos; jornada de dez horas e meia de trabalho; medidas de higiene no trabalho; caixa de previdência para velhice e assistência médica (CASSAR, 2018). Talvez por isso, mais tarde, Robert Owen passa a ser considerado “o pai do Direito do Trabalho”.

Segundo Cassar (2018), a partir das medidas de Robert Owen, outras medidas protetivas nas relações de trabalho passaram a ser pontualmente tomadas em outros países. Todavia, a legislação trabalhista só passa a ganhar status constitucional em 1917 com a Constituição do México. Esta foi a primeira Constituição mundial a proteger direitos de trabalhadores. Depois dela, tivemos a Constituição de Weimar (1919)<sup>7</sup>. O ano de 1919 foi marcado ainda pela criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do Tratado de Versailles.

No Brasil, em 1824, a Constituição do Império (art. 179, XXV), inspirada nos princípios da Revolução Francesa, assegurou ampla liberdade para o trabalho extinguiu as Corporações de Ofício.

Em 1850, tivemos o primeiro Código Comercial que foi o primeiro a trazer regras de Processo, Direito Civil e Direito do Trabalho. Ao tratar das relações de comércio, fazia menção ao armador e seus tripulantes, tratando também da possibilidade do aviso prévio, da indenização pela rescisão injusta do contrato a termo, da justa causa e da garantia de salário em caso de acidente de trabalho (CASSAR, 2018).

Em 1891, a Constituição assegura o livre exercício de qualquer profissão (art. 72, §24) e garante a liberdade de associação (art. 72, § 8º).

Dando um salto temporal para 1930, destaca-se a criação por Getúlio Vargas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do Decreto nº 19.443/30. “A partir de então, houve uma farta legislação, através de decretos legislativos, tanto sobre previdência

---

<sup>6</sup> O Direito do Trabalho nasce com duas ramificações: Direito Individual do Trabalho e Direito Coletivo. Este último, com a preocupação abstrata e geral de proteção de interesses de categorias e/ou de empresários.

<sup>7</sup> A Constituição do Império Alemão que declarou a Alemanha como uma república democrática parlamentar.

social quanto a respeito das relações de trabalho (individuais e coletivas) até a promulgação da Carta de 1934.” (CASSAR, 2018, p.17).

A Constituição Federal de 1934, segundo Cassar (2018), elaborada sob forte influência da Constituição de Weimar (socialdemocrata) e da Constituição americana (liberal-individualista), foi a primeira a elevar os direitos trabalhistas ao status constitucional dispostos nos arts. 120 a 121, tais como salário mínimo, jornada de oito horas, férias, repouso semanal (não era remunerado), pluralidade sindical, indenização por despedida imotivada, criação da Justiça do Trabalho, ainda não integrante ao Poder Judiciário.

Em 1937, houve o golpe e Getúlio Vargas e o Brasil entra em um regime ditatorial. Com apoio das Forças Armadas nova Constituição foi outorgada, mas acabou por manter os direitos trabalhistas conquistados na constituição anterior e ainda estabeleceu algumas regras ao Direito Coletivo do Trabalho: reconhecimento dos sindicatos; a imposição da contribuição sindical; unicidade sindical; e, previsão para contrato coletivo de trabalho. (CASSAR, 2018).

Ao meio do regime autoritário, em 1943, Getúlio Vargas cria a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, ao sistematizar e consolidar as diversas leis em um único texto, integrou os trabalhadores no círculo dos direitos mínimos e fundamentais. Em 1945, Getúlio é deposto.

A Constituição Federal de 1946 foi considerada democrática e dispôs sobre a participação de empregados nos lucros da empresa, o repouso semanal remunerado, feriados, concedeu estabilidade decenal a todos os trabalhadores, foi reconhecido o direito de greve, houve a inclusão da Justiça do Trabalho no Poder Judiciário, retirando este órgão da esfera do Executivo (CASSAR, 2018).

Em 31 de março de 1964, militares contrários ao governo de João Goulart destituíram o então presidente e assumiram o poder por meio de um golpe. O governo comandado pelas Forças Armadas durou 21 anos e implantou um regime ditatorial. A ditadura restringiu direitos, a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição.

Nessa conjuntura, as normas trabalhistas também sofreram restrições, tais como proibir o direito de greve para o serviço público e atividades essenciais. Entretanto, alguns direitos também foram criados, como, por exemplo, para trabalhadores domésticos (Lei nº 5859/1972) e rurais (Lei nº 5889/1973).

Com a redemocratização do país, em 1988, foi promulgada a Constituição Cidadã que retoma o homem como figura principal a ser protegida, priorizando o coletivo, o social e a

dignidade da pessoa. Em seu art. 7º, arrolou inúmeros direitos aos trabalhadores que visavam à melhoria de suas condições sociais.

Pode-se depreender desse breve retrospecto histórico que, houve, mundialmente, ao longo da história uma intensa evolução da legislação trabalhista, conferindo um caráter público às relações da esfera privada, em que o Estado toma para si a gestão de regras, a princípio, delegadas ao arbítrio dos particulares, buscando assim regular legalmente a relação jurídica travada entre empregados e empregadores, bem como visando compensar a parte economicamente mais fraca dessa relação com novos direitos. A esse respeito, Cassar (2018) entende que

A necessidade de o Estado intervir na relação na relação contratual para proteger a parte hipossuficiente, até então regidas pelas leis de mercado, fio movida pela pressão da sociedade operária, pelas relações internacionais (Declaração Universal dos Direitos do Homem) e Tratado de *Versailles*, OIT) e pela ação da Igreja (Encíclica *Rerum Novarum*). (CASSAR, 2018, p. 21).

Nesse processo histórico, o capitalismo liberal e o mercado de trabalho passam por transformações, onde a globalização, neoliberalismo, privatizações, multinacionais, dentre outros elementos, interferem na estrutura e atribuições do Estado e de sua organização política, em suas relações internacionais e na ordem socioeconômica nacional e mundial. Nessas circunstâncias, as modificações que surgem no processo do trabalho e, com efeito, na economia geram consequências sentidas pelos trabalhadores: crise econômica, crescimento do desemprego, desigualdade social, nações desnacionalizadas, subordinadas aos ditames dos países mais ricos, etc.

Diante das crises, o capital reage questionando o excesso de proteção trabalhista e alguns defendem que tais direitos sejam reduzidos, flexibilizados ou desregulamentados, para possibilitar maior competitividade no mercado.

À vista disso, hoje, o Direito do Trabalho vive uma fase de transição onde se questiona a intervenção estatal em regras privadas. Alguns pretendem total desregulamentação, ou seja, a ausência total da intervenção do Estado nas relações de trabalho, deixando o contrato de trabalho livre e à mercê das regras de mercado.

Outros defendem apenas a flexibilização e/ou redução desses direitos, pois percebem que não se pode pretender o total afastamento do Estado, pois ainda temos em muitos países, como é o caso do Brasil, trabalho escravo ou em condições análogas, exploração do trabalho infantil e vários outros aspectos da legislação trabalhista desrespeitados.

Assim, atualmente, um dos questionamentos que entra em discussão diz respeito aos dilemas do Direito do Trabalho sobre seu objeto e conteúdo. Estaria o Direito do Trabalho a caminho de perder o foco de sua finalidade, isto é, a mediação das relações trabalhistas, individuais e coletivas?

A resposta a essa pergunta parte exatamente do enfrentamento da questão epistemológica que é fundamental do ponto de vista da origem, da necessidade histórica e de sua importância para os problemas relacionados às relações trabalhistas complexas.

Observe-se que, historicamente, em face do desequilíbrio existente na relação travada entre empregado e empregador, a diretriz básica do Direito do Trabalho é equilibrar essa relação desigual e para tanto é necessário proteger do a parte economicamente mais fraca: o trabalhador (CASSAR, 2018). Com esse propósito, consagrou-se *o princípio da proteção ao trabalhador*, que é caracterizado pela intervenção do Estado para impor regras mínimas, inclusive de ordem constitucional, como as que estão preceituadas no art. 7º da Constituição Federal de 1988.

No caso do Brasil, numa época em que as exigências da economia preconizam o triunfo do mercado e impõem a flexibilização das condições de trabalho por meio da Reforma Trabalhista, depreende-se que houve um retrocesso sim de direitos duramente conquistados. Entretanto, esse fato não revogou os princípios protetivos constitucionais e, por conseguinte, não retirará a imprescindibilidade do Direito do Trabalho, pois, a flexibilidade das leis não irá retirar o papel ativo do Estado de intervir na esfera privada para pacificação das relações de trabalho. Segundo Cassar (2018),

Flexibilizar pressupõe manutenção da intervenção estatal nas relações trabalhistas estabelecendo as condições mínimas de trabalho, sem as quais não se pode conceber a vida do trabalhador com dignidade (mínimo existencial), mas autorizando, em determinados casos, exceções ou regras menos rígidas, de forma que possibilite a manutenção da empresa e dos empregos. (CASSAR, 2018, p. 33).

E vale ressaltar que em países em desenvolvimento como o Brasil, muitas vezes, a utilização da força de trabalho ainda se realiza em condições absurdas, denominada por Ianni (1996) de superexploração que ele caracteriza da seguinte forma:

Superexploração: salários ínfimos, longas jornadas de trabalho “legitimadas” pelo instituto das horas extras, aceleração do ritmo de trabalho pela emulação do grupo de trabalho e pela manipulação da velocidade das máquinas e equipamentos produtivos, ausência ou escassez de proteção ao trabalhador em ambientes de trabalho, insegurança social. (IANNI, 1996, p. 174)

Nessas circunstâncias, sempre haverá resistência às manobras do capital, do neoliberalismo e à exploração dos trabalhadores e, desde que estejamos em um Estado

**Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 n° 20, Vol. 01, pp. 54-77 ISSN 1983-5000**

Democrático de Direito, o acesso à Justiça possibilitará que o Direito do Trabalho continue a ser um impulsionador de transformações sociais.

Outrossim, é necessário ressaltar que, apesar da Reforma Trabalhista ter restringido o rol de direitos antes garantidos pela CLT e, ao mesmo tempo, ter limitado a atuação da Justiça do Trabalho, coibindo sua competência na interpretação de normas, edição de súmulas e enunciados de jurisprudência, o embate em torno dessa reforma ainda continua, pois como as modificações são infraconstitucionais, os dispositivos constitucionais não foram modificados, o que está causando controvérsias de interpretação jurídica, inclusive porque o Ministério Público do Trabalho tem defendido a inconstitucionalidade de vários pontos da reforma e que ela está em desacordo com convenções internacionais do trabalho subscrita pelo Brasil. Ou seja, haverá uma disputa jurídica sobre a aplicação das alterações trazidas pela reforma, o que pode provocar contradições nas jurisprudências.

Ademais, as negociações coletivas continuam tendo possibilidades de ditar regras para as relações de emprego, inclusive podendo validar ou contrapor-se a aspectos ou à totalidade do conteúdo da reforma.

Enfim, o propósito é indicar que a reforma traz inovações legais substantivas, mas o embate em torno da regulamentação do trabalho continua. Nesse sentido é que se pretende analisar na próxima seção as implicações que a reforma traz dentro das características das relações de trabalho no Brasil e da tendência recente de flexibilização do trabalho e de diminuição da proteção social, sobretudo, em razão da terceirização e das novas modalidades de contrato de trabalho.

## **A FLEXIBILIZAÇÃO NA REGULAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO**

A reforma trabalhista representa uma transformação substantiva no modelo de regulação do trabalho no Brasil e seus efeitos tendem a ir além das relações de emprego, podendo causar impactos danosos sobre o mercado de trabalho, a economia, a vida pessoal, a familiar e a própria forma de organização da sociedade brasileira.

Isso pois, não obstante a legislação brasileira já dispor de dispositivos legais que flexibilizavam as formas de contratação e de rompimento do pacto laboral sem a necessidade de um justo motivo, a Reforma Trabalhista procurou ampliar a liberdade das empresas para manejar o trabalho de acordo com as suas necessidades, fundamentalmente buscando eliminar eventuais entraves ou obstáculos oriundos das instituições públicas. Assim, ela tem a finalidade

de “legalizar” práticas de flexibilização e de redução de custos e ampliar ainda mais o cardápio de opções de manejo da força de trabalho e intensificar ainda mais a diminuição dos salários, a intensa precarização do trabalho, o que pode incrementar substancialmente o desemprego e o aumento da informalidade.

De forma sintética, pretende-se apresentar os principais os elementos da relação de emprego que reforma modifica e, na sistematização das principais mudanças, inicialmente, destacam-se as novas formas de contratação de mão de obra.

Em primeiro lugar sobressai a liberalização total da terceirização, ao permitir a sua utilização inclusive em atividade-fim e em qualquer setor de atividade. A terceirização é compreendida como um mecanismo jurídico que permite a um sujeito de direito tomar serviços no mercado de trabalho sem responder, diretamente, pela relação empregatícia estabelecida com o respectivo trabalhador. (DELGADO, 2004).

A terceirização não é uma estratégia de gestão recente. Nas últimas décadas, vinha sendo uma tendência nas atividades-meio na indústria, nos serviços, na agricultura e na Administração Pública. Agora, a diferença é que se amplia também para as atividades-fim.

Expandir as hipóteses de terceirização para as atividades principais (atividades-fim) de uma empresa sob argumento de que tal medida visa a modernização, a especialização das atividades produtivas, criação de novos empregos e reduz informalidades é apenas um discurso que dissimula o objetivo principal que é a redução de custos com mão de obra que se dá com a diminuição do valor salarial e de direitos dos terceirizados, pois se sabe que não será mais necessário respeitar o piso normativo dos empregados do tomador de serviços nem a isonomia de benefícios entre eles.

Cassar (2018, p. 501) afirma que “A lei não exige isonomia de tratamento entre trabalhadores terceirizados e os empregados da empresa tomadora de serviços, salvo em se tratando de trabalhador temporário, quanto à remuneração (art. 12, a, Lei nº 6.019/74).”.

A jurista ainda destaca o fato da categoria sindical do empregado terceirizado relacionar-se à atividade desenvolvida por seu empregador. Ou seja, “[...] o trabalhador terceirizado pertencerá à categoria sindical relativa à atividade da empresa prestadora de serviço, da qual é empregado, e não àquela da empresa tomadora, que normalmente é mais favorável.” (CASSAR, 2018, p. 501).

Assim,

“[...] a terceirização aumenta ainda mais a fragmentação, a heterogeneização e a divisão intraclasses trabalhadora, além da concorrência entre os que trabalham no mesmo espaço produtivo. Impõe, dessa forma, uma divisão entre os distintos sindicatos existentes em uma mesma empresa.” (ANTUNES, 2018, p.150).

Atualmente, até a Administração Pública que, em regra, deve prestar serviços públicos sem fins lucrativos, torna-se partícipe (diretamente ou indiretamente) do processo de valorização do capital e de criação ou realização do mais valor, impulsionando a terceirização.

Recentemente, o governo federal editou o Decreto nº 9.507, de 21/9/2018, que regulamenta a terceirização no serviço público federal, abrangendo administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mistas controladas pela União. Até então, só podiam ser objeto de terceirização, em órgãos públicos, as atividades-meio como limpeza, segurança, transportes, informática, recepção, telecomunicações e manutenção de prédios e equipamentos. Mas, no novo decreto, não existe mais de forma expressa quais são os serviços que podem ser terceirizados. Nesse sentido, as novas regras permitem a ampliação da terceirização no serviço público e, conseqüentemente, favorece a iniciativa privada que atua nesse setor de serviços.

Outra modalidade de contrato de trabalho trazida pela Reforma Trabalhista foi o contrato intermitente<sup>8</sup>, que “é aquele que alterna períodos de atividade (trabalho) e inatividade (não trabalho), sendo que estes não são computados nem remunerados” (CASSAR, 2018, p. 511).

A maior característica do contrato intermitente não é apenas a alternância dos períodos de atividade com de inatividade, mas a imprevisibilidade do trabalho. Por isso, é também chamado de “contrato-zero”. Isto significa que o trabalhador será admitido, com a carteira assinada, para não trabalhar, até que haja a necessidade do serviço por parte do empregador (CASSAR, 2018).

Para execução do serviço, basta que o empregador convoque o empregado intermitente, por qualquer meio eficaz, para apresentação de serviços, noticiando a jornada, que não poderá ser superior à legal, sempre com antecedência mínima de três dias corridos (§1º do art. 452-A da CLT). Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de vinte e quatro horas para responder, presumindo o silêncio como recusa, que o não descaracteriza a subordinação inerente ao vínculo de emprego.

De acordo com o § 6º do art.452-A da CLT, ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato da remuneração, das férias proporcionais com acréscimo de um terço, do décimo terceiro proporcional, do repouso semanal remunerado e dos adicionais legais a que fizer jus.

---

<sup>8</sup> A Lei nº 13.467/2017 acrescentou à CLT os arts. 452-A e seguintes e alterou o art. 443 para criar o contrato intermitente.

Apesar das garantias mínimas, essa nova modalidade de contrato gera extrema insegurança ao trabalhador, que não tem nenhuma garantia da quantidade mínima de trabalho por mês ou de quantos meses irá trabalhar no ano. Também não tem o tempo de inatividade computado como tempo de serviço.

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessa modalidade de contrato. À vista disso, Cassar (2018)

A criação de mais uma espécie de contrato de trabalho sob a denominação “contrato intermitente” visa, na verdade, autorizar a jornada móvel variada e o trabalho variável (bico), isto é, a imprevisibilidade da prestação de serviços, ferindo de morte os princípios da segurança jurídica, o da proteção ao trabalhador e o da continuidade da relação de emprego. A alteração da lei para permitir esta espécie de contrato atende principalmente aos interesses dos empresários, e não dos trabalhadores. (CASSAR, 2018, p. 515).

Outra espécie de contrato de trabalho trazida pela Lei nº 13.467/2017 é teletrabalho, disciplinado no Capítulo II-A, na CLT. O art. 75-B da CLT passa a considerar como teletrabalho “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”.

Essa modalidade laborativa, que se utiliza de outros espaços fora da empresa para realizar as atividades, pode trazer vantagens, como economia de tempo em deslocamentos do empregado, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, dentre outros pontos positivos. Todavia, também apresenta aspectos negativos para o trabalhador. Antunes (2018) aponta que esse instituto pode incentivar o trabalho isolado, desprovido do convívio social e coletivo.

Além disso, abre possibilidades para eliminação dos direitos do trabalho como, por exemplo, o não pagamento pelo horário extraordinário de trabalho. Isso, porque, de forma perversa, o legislador incluiu no inciso III do art. 62 da CLT o teletrabalhador, de modo a retirar a proteção à jornada de trabalho, desconsiderando o grande avanço tecnológico que permite atualmente aos empregadores controlar a localização exata do trabalhador, as atividades que estão sendo desempenhadas e os horários de início e fim.

Mais uma opção para os empregadores poderem ajustar a quantidade e os custos do trabalho às suas necessidades diz respeito à possibilidade da contratação do autônomo de forma permanente (art. 442-B da CLT<sup>9</sup>) que legaliza a contratação do trabalhador como pessoa

---

<sup>9</sup> Art. 442-B da CLT. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação. [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

jurídica em substituição ao contrato assalariado, o que pode configurar uma relação de emprego disfarçada.

Para além das formas atípicas de contratação, a nova legislação trabalhista traz outras modificações, tais como: (1) autoriza as empresas a demitirem trabalhadores sem necessidade de homologação por parte de sindicato ou de autoridade do Ministério do Trabalho; (2) possibilita que a rescisão do contrato seja realizada de comum acordo, em que o trabalhador receberá o metade do aviso prévio (se indenizado) e metade da indenização sobre o saldo do FGTS, somente 80% dos valores depositados a título de FGTS e não terá direito ao seguro desemprego; e (3) abre a possibilidade de as partes assinarem um termo de quitação anual de obrigações trabalhistas durante a vigência do contrato, em situação em que não há equilíbrio entre o empregador e aquele que está dependendo do emprego para sobreviver.

Em nossa análise, com essas previsões legais supracitadas, se evidencia que há uma certa facilidade para o empregador contratar e demitir seus empregados com uma redução de custos e sem a participação da entidade sindical, o que deixa o trabalhador em uma condição de maior insegurança, vulnerabilidade e risco, com consequências negativas sobre a vida pessoal, familiar e social.

Houve mudanças também no que se refere à duração de trabalho, destacando-se as medidas de ampliação dos mecanismos de compensação das jornadas por meio do banco de horas e a faculdade de se firmar acordos individuais para realização de serviços extraordinários. Além disso, ficou assegurado o fim da obrigatoriedade da empresa comunicar às autoridades competentes caso precise estender a jornada diária por alguma “necessidade imperiosa”.

Ainda no que se refere à jornada de trabalho, as novas regras trouxeram um conjunto de novidades que ampliam as estratégias de como valer-se do tempo do trabalhador em prol dos interesses empresariais, tais como: (1) as pausas para amamentação serão objeto de livre negociação com o empregador; (2) o parcelamento de férias em até três períodos, nunca inferior a cinco dias, o que também abre possibilidade de o empregador organizar o período das férias de acordo com as suas necessidades no ano; (3) o tempo de deslocamento para exercício da atividade em locais sem transporte público e de difícil acesso (horas *in itinere*) deixa de ser considerado como jornada; (4) considerar como jornada somente o tempo efetivamente trabalhado, desconsiderando as atividades, tais como a vestimenta do uniforme, os exercícios, as atividades de comunicação e aviso etc.; (5) abrir a possibilidade de negociar a redução do intervalo de repouso e alimentação para menos de 1 hora; (6) a não previsão de pagamento de horas extraordinárias no caso de *home office*.

No que diz respeito, especificamente, à redução do intervalo para repouso durante a jornada (intervalo intrajornada), autorizado pelo art. 611-A da CLT (acrescido pela Lei nº 13.467/2017), é de bom alvitre chamar a atenção para a hipótese do mesmo ser inconstitucional, já que afronta o art. 7º, inc. XXII, da Constituição Federal, que estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais “a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”, constituindo inclusive tal dispositivo cláusula pétrea e , portanto, não podendo ser abolidos ou reduzidos nem mesmo por emenda constitucional.

Entretanto, num verdadeiro retrocesso de avanços sociais, o legislador incluiu a hipótese de reduzir o tempo para almoço sem, nem mesmo atentar para os riscos que tal flexibilidade pode trazer para o aumento de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, que podem ser ocasionados por maiores ritmo e intensidade de trabalho sem o devido descanso.

As alterações promovidas na legislação também atingiram à questão inerentes à remuneração. Dentre elas, aparece a possibilidade de ocorrer a redução salarial por meio da negociação coletiva ou ainda por meio de pacto individual<sup>10</sup>, caso o empregado tenha uma remuneração superior a dois tetos previdenciários. Também, a incitação ao emprego da remuneração variável, especialmente com o programa de Participação nos Lucros e Resultados, e com a viabilidade do empregador pagar não exclusivamente o salário em pecúnia, mas remunerando o trabalhador com bens, bônus e serviços.

Outra crítica que se faz à Reforma Trabalhista é que ela permite que pactos laborais (convenções e acordos coletivos de trabalho) possam prevalecer sobre a legislação (prevalência

---

<sup>10</sup> Em relação à negociação individual, para além da admissibilidade de redução salarial, a nova lei acrescenta que, para o empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a 2 vezes o limite máximo do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), é permitido a estipulação das relações contratuais de trabalho com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos relativamente às matérias cuja negociação coletiva admite (art. 444, parágrafo único, CLT), tais como: I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II - banco de horas anual; III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE); V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI - regulamento empresarial; VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X - modalidade de registro de jornada de trabalho; XI - troca do dia de feriado; XII - enquadramento do grau de insalubridade; XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho (MTb) ; XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV - participação nos lucros ou resultados da empresa (art. 611-A da CL T).

o negociado sobre o legislado). Os artigos 611-A<sup>11</sup> e 611-B<sup>12</sup> da CLT, acrescentados pela Lei nº 13.467/2017, apontam, respectivamente, os direitos que podem ser reduzidos ou alterados pela negociação coletiva e os direitos que não podem ser negociados coletivamente, impondo limites a negociação.

A crítica que se faz é que a norma, notoriamente, não teve o objetivo de ampliar direitos, pois isso sempre foi possível. Na verdade, o art. 611-A autoriza a ampla flexibilização,

<sup>11</sup> Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;

II - banco de horas anual;

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;

IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a [Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015](#);

V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;

VI - regulamento empresarial;

VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho;

VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;

IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;

X - modalidade de registro de jornada de trabalho;

XI - troca do dia de feriado;

XII - enquadramento do grau de insalubridade;

XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;

XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;

XV - participação nos lucros ou resultados da empresa.

<sup>12</sup> Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos.

I - normas de identificação profissional, inclusive as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - salário mínimo;

V - valor nominal do décimo terceiro salário;

VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

VII - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

VIII - salário-família;

IX - repouso semanal remunerado;

X - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal;

XI - número de dias de férias devidas ao empregado;

XII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XIII - licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias;

XIV - licença-paternidade nos termos fixados em lei;

XV - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XVI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XVII - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

XVIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;

XIX - aposentadoria;

XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador;

XXI - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

XXII - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência;

XXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXIV - medidas de proteção legal de crianças e adolescentes; [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

XXV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso; [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

XXVI - liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho; [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

XXVII - direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender; [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

XXVIII - definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve; [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

XXIX - tributos e outros créditos de terceiros; [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

XXX - as disposições previstas nos arts. 373-A, 390, 392, 392-A, 394, 394-A, 395, 396 e 400 desta Consolidação.

aumentando o leque de possibilidades de direitos previstos em lei que podem reduzidos ou suprimidos. (CASSAR, 2018).

Observe-se que o *caput* do art. 611-A da CLT coloca em outras palavras que os direitos elencados nos incisos são meramente exemplificativos, portanto, podendo esse rol ser ampliado. À vista disso, depreende-se que a prevalência do negociado sobre o legislado enfraquece o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, transformando-os em direitos disponíveis e de características puramente de direito privado.

Não obstante o presente diagnóstico não abordar todos os dispositivos legais incluídos pela Reforma Trabalhista, o que aqui foi analisado já é suficiente para demonstrar os enormes riscos que essa mudança de paradigma – já vigentes, e com importantes impactos já nos próximos anos – poderá significar para o mundo do trabalho e para a situação social de milhões de assalariados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Num contexto de grande inovação tecnológica, o mundo do trabalho passa por profundas modificações e torna-se, cada vez mais, digital e flexível, o que para alguns pode ser a oportunidade de superar as desigualdades, economizar de horas de trabalho, promover a vida digna, melhorar as condições de trabalho, ampliar a proteção social e repartir melhor os ganhos de produtividade.

Contudo, a lógica do capital não é essa. Numa economia monetária da produção, o processo de concorrência exige dos empresários não apenas manter a empresa, mas os obriga, simultaneamente, à busca permanente da superação das normas de produção existentes, das mudanças organizacionais, Estas últimas dizem respeito particularmente às inovações nas relações de trabalho – hierarquias empresariais e processos motivacionais – na procura incessante de padrões de gestão mais ajustados ao objetivo de suplantar os padrões estabelecidos (BELLUZZO, 2012).

Dentro dessa dinâmica e acompanhando uma tendência mundial, em 2017, o Brasil promoveu a Reforma Trabalhista por meio das leis 13.467 e 13.429, cujas principais características foram restrição aos direitos dos trabalhadores e ampliação da liberdade das empresas na administração do trabalho de acordo com os seus interesses, de modo que as alterações pudessem reduzir o custo das empresas e ampliar a sua liberdade em determinar as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho, bem como a tentativa de enfraquecimento das instituições públicas relacionadas ao trabalho (Justiça do Trabalho,

Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho), como estratégia de redefinição do papel do Estado

Nessas circunstâncias se percebe, entre as muitas propensões, que haverá um avanço das terceirizações e das novas modalidades de contratações, como o uso do trabalho intermitente e teletrabalho, concorrendo cada vez mais para precarização estrutural, submetendo o trabalhador a mais insegurança, na medida em que amplia a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho e, com efeito, redução da proteção social aos assalariados.

Esse cenário parece muito desfavorável, mas, apesar disso, não é inalterável. Depreende-se que o embate em torno da regulação do trabalho continuará e o que o resultado dessa disputa, nos próximos anos, dependerá da resistência da classe trabalhadora, de seus representantes sindicais.

Outrossim, a Reforma Trabalhista, por enquanto, é uma prescrição dentro do ordenamento jurídico pátrio que – a despeito das mudanças estabelecidas à Justiça do Trabalho - ainda depende de uma hermenêutica jurídica e posterior aplicação pelas demais instituições e agentes públicos que o fazem de modo relativamente crítico e, provavelmente, levarão em conta os aspectos epistemológicos que deram origem ao direito do Trabalho, ou seja, priorizar o bem-estar social dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BELLUZZO. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial a União, Brasília**, DF, 9 ago. 1943.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. **Projeto de Lei nº 4330**, de 26 de outubro de 2004. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Disponível em:

<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2008.**

BRASIL. Medida Provisória nº 665, de 30 de dezembro de 2014. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2014.**

BRASIL. Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2015.**

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2017.**

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017.**

BRASIL. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 2018.**

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista Lei 13.467/2017.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho.** 3. Ed. São Paulo: LTr, 2004.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista.** *Tempo soc.*, Abr 2018, vol.30, no.1, p.77-104. ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>. Acesso em: 01/10/2018.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos.** Tradução Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994..

**Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 nº 20, Vol. 01, pp. 54-77 ISSN 1983-5000**

MARTINS, H.S.; RODRIGUES, I. J. **O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90**. *Tempo Social*: 11 (2), 1999.

MARX. Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo, 2004.

PMDB. (2015), **“Uma ponte para o futuro”**. Disponível em <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf-Online.pdf>, consultado em 20/9/2018.

## **A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS RUMOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

### **THE COUNTERREFORM OF SECONDARY EDUCATION AND THE DIRECTIONS OF PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL**

Shilton Roque dos Santos<sup>1</sup>

Marcio Adriano Azevedo<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O artigo analisa o contexto da contrarreforma do Ensino Médio, suas implicações para a Educação Profissional e sua inserção num quadro maior de contrarreformas que marcam um novo circuito histórico para a Educação Profissional no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se utiliza das categorias teóricas de hegemonia de Gramsci (1991), bem como do conceito de politecnia de Saviani (1989), da compreensão de Escola Politécnica de Pystrak (2005) e de formação humana integrada de Moura, Lima Filho e Silva (2015), para analisar a Contrarreforma do Ensino Médio paralelamente à reforma trabalhista e a Emenda constitucional de congelamento dos Gastos Públicos e suas implicações para a sociedade brasileira, em especial seus reflexos para a Educação Profissional. Conclui-se que apesar da contrarreforma do Ensino Médio estar alinhada com as demais reformas empreendidas pelo Estado brasileiro e que esta aprofunda um quadro histórico de dualidade na educação brasileira, esse processo, por ser político, por trazer em seu cerne os prolegômenos do pensamento hegemônico com as contradições da lógica capitalista corresponde a um espaço para lutas, resistência e mobilização da sociedade por seus direitos inalienáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Médio; Educação Profissional; Reformas; Mediotec.

#### **ABSTRACT**

The article analyzes the context of the counterreform of secondary education, its implications in professional formation and its insert in the bigger picture of counter reforms that marks a new historical route for Professional Education in Brazil. It is a bibliographical and documentary research that uses Gramsci's theoretical categories of hegemony (1991), as well as Saviani's concept of polytechnics (1989), understanding of the Polytechnic School of Pystrak (2005), and the integrated human formation from Moura, Lima Filho and Silva (2015), to analyze Secondary School Counterreform in paralell to the labor reform and the constitutional amendment for freezing public expenditure and its implications to brazilian society, specially its reflexes to the Professional Education. Regardless of the counterreform of Secondary Education being in line with the other reforms engaged by the brazilian state, that deepens a

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011), Especialista em Direito Administrativo (2012). Advogado inscrito na OAB/RN sob o número de ordem 10.269. Atualmente é assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e é pesquisador em Avaliação Política, Educação Profissional e Assistência Estudantil.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Sociologia da Educação pela Universidade do Minho/Portugal. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. Mestrado em Educação pela UFRN. Especialista em Processos Educacionais pela UFRN e graduado em Pedagogia pela UFRN. É professor no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional pelo IFRN

picture of duality in Brazilian education, this process, by being political, bringing into its core the prolegomena of hegemonic thinking with the contradictions of the capitalist logic corresponds to a space for fighting, resistance and social mobilization for its inalienable rights.

**KEYWORDS:** Secondary School; Professional education; Reforms; Mediotec.

## **APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO**

Este artigo é resultado dos debates realizados na mesa-redonda: Reforma Educacional no contexto de perda de direitos e precarização da Educação, que foi parte do 10º Seminário Nacional de Educação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) ocorrido em dezembro de 2017, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Sendo assim, sua organização reflete a preocupação do maior sindicato dos profissionais da educação profissional pública em nosso país acerca das reformas empreendidas pelo governo federal a partir de 2016.

O momento político em que vivemos no Brasil exige organização e uma leitura adequada da realidade histórica. A delicadeza de tal momento reside em um quadro onde o atual ocupante da cadeira de presidente da República apresenta menos de 3% de aprovação pública, não tendo sido eleito para esse cargo, e mesmo assim junto a um dos congressos mais conservadores da história do país<sup>3</sup> tem implementado políticas de retirada de direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, tem feito uma das maiores privatizações dos bens públicos e ao mesmo tempo congelou o gasto público tudo isso à revelia do debate político com a população.

A educação é uma das áreas atingidas pelas contrarreformas, e justamente àquela que é constitucionalmente garantida como direito de todo brasileiro, a educação básica, em especial o Ensino Médio, etapa que ainda é um desafio histórico para o país realizar a sua oferta adequada. Esta etapa final da educação básica foi toda transformada por meio de uma Medida Provisória, ou seja, um instrumento que apesar de legal, apresenta um fluxo de aprovação enviesado, pois entra em vigor com sua edição, e só em seguida é debatido no Congresso Nacional. Tal estratégia possibilita que essas mudanças não sejam discutidas de forma adequada pela sociedade, o que parece ser o objetivo desta ação deletéria direcionada à educação dos jovens.

---

3 Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o atual Congresso eleito é o mais conservador desde a Ditadura Militar, segundo o seu estudo "Radiografia do Novo Congresso". Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014>> Acesso em 06 dez. 2017.

Uma das formas em que o Ensino Médio é ofertado em nosso país é em à integrada a Educação Profissional, sendo esta uma possibilidade de inserção de identidade a esta etapa do ensino, que em seu atual momento parece simbolizar apenas uma passagem entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Ademais, diante da história do Ensino Médio e da Educação Profissional, bem como do contexto histórico e social do nosso país nesse momento, pode-se afirmar que o Ensino Médio Integrado ainda é um privilégio para poucos, mas, possibilita a inserção dos filhos da classe trabalhadora a uma educação com qualidade referenciada, basta vermos os resultados como o último Exame Nacional do Ensino Médio, onde os Institutos Federais tiveram as maiores notas em 14 estados da federação, apesar dos cortes de orçamento e investimento realizados pelo governo Temer<sup>4</sup>.

A Contrarreforma do Ensino Médio, em ligação com outras medidas do atual governo Michel Temer, apresenta sérias implicações para a Educação Profissional e são essas medidas o alvo de discussão no presente artigo. Discussão esta que terá como base metodológica a pesquisa documental e bibliográfica, e como lente para ver a realidade que rodeia nosso objeto o materialismo-histórico-dialético (MARX, 2008; LUKACS, 2003) que como metodologia valoriza a perspectiva histórica do desenvolvimento da sociedade e assume a condição desta ser cindida em classes que em meio às contradições entre estas são consideradas como motor da história. Para isso utiliza-se as categorias teóricas de hegemonia de Gramsci (1991), bem como o conceito de politecnicidade de Saviani (1989), a compreensão de Escola Politécnica de Pystrak (2005) e de formação humana integrada de Moura, Lima Filho e Silva (2015). Assim, no sentido formulado por Luxemburgo (2010) sobre reforma e contrarreforma em uma observação contextual do espaço político busca-se dissecar as Contrarreformas do Ensino Médio permeadas pela reforma trabalhista e a Emenda constitucional de congelamento dos Gastos Públicos e suas implicações para a sociedade brasileira, em especial seus reflexos para a Educação Profissional.

## **REFORMA OU CONTRARREFORMA - ROSA LUXEMBURGO**

Antes da discussão central do nosso trabalho é importante explicar a nossa opção pelo uso do termo contrarreforma, diante do uso comum da expressão reforma para às políticas de retrocesso social que estão sendo formuladas, aprovadas e implementadas pelo governo Temer no Brasil a partir de 2016.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>> Acesso em 31 jan. 2018.

A expressão Reforma ganhou destaque com o debate entre os Socialistas ao final do Século XIX, num período marcado pelo que chamamos de Revisionismo, que é opção teórica e prática de partidos e militantes por abandonar às tarefas revolucionárias como estratégia a superação do capitalismo e adotarem concepções de adequação a ordem econômico-social vigente como forma de atuação política e transformação social.

Esse debate ganhou centralidade na obra de Rosa Luxemburgo (2010), Reforma ou Revolução na qual a autora se contrapõe às teses de uma das lideranças centrais da Social Democracia Alemã, um dos maiores partidos socialistas daquele período do qual Rosa era parte integrante.

A tese de Bernstein<sup>5</sup> indicava que graças a vitalidade do capitalismo, que não apresentava sinais de crise, e a possibilidade de conquistas de direitos e melhores condições de vida por parte dos trabalhadores naquele momento histórico a partir das reformas sociais, seria um erro apostar na transformação social via revolução. Então, a via da transformação seria pressionar o poder por reformas sociais possíveis dentro da própria ordem capitalista, com a disputa política dentro das próprias instituições do Estado, que faz parte dessa ordem capitalista.

Luxemburgo (2010) se contrapõe a tal concepção, indicando que as reformas sociais apesar de serem essenciais para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora não podem se constituir como um fim em si mesmas. Para ela a condição de explorados só passaria para a de emancipação humana com a transformação da nossa sociedade. Essa é a tese sobre a qual ela constrói as argumentações ao longo de sua obra, explicando porque não é possível fazer essa transformação completa dentro da ordem capitalista. Portanto, seria importante ter no horizonte da luta a revolução para tal.

Nesse sentido, resgato aqui o conceito de Reforma de Luxemburgo como sendo algo de interesse dos trabalhadores, algo que lhes traga benefício, ainda assim, não sendo o seu desejo final, que é de revolução, transformação. Logo, diante das argumentações traçadas por Luxemburgo e compreendendo que as transformações sociais no contexto brasileiro desse momento conforme o que vêm sendo proposto pelo governo Temer, são políticas de supressão de direitos, de agudização das contradições e condições de vida daqueles que vivem do trabalho em nossa sociedade, portanto, o que o governo brasileiro denomina de reformas, denominaremos de contrarreformas, por suprimir direitos já conquistados e por não permitir a emancipação social dos cidadãos que vivem do trabalho.

---

<sup>5</sup> Outro grande ator político da Social Democracia Alemã, responsável pelo discurso revisionista e reformista, que foi base para as críticas e construção da obra da Rosa Luxemburgo, Reforma ou Revolução (2010).

## O BRASIL DAS CONTRARREFORMAS E DO GOLPE

A Contrarreforma do Ensino Médio não é uma política isolada e não tem início a partir da edição da Medida Provisória nº 746/2016, ela é parte de uma ação sistêmica na construção de um quadro muito mais amplo e agudo de retrocesso social e ampliação das desigualdades. Para entendermos os objetivos desta política é necessário entender o que a circunda e qual a motivação dos seus formuladores.

Esta ação é parte de uma série de grandes mudanças estruturais que vêm sendo apresentadas em nosso país por meio de um governo ilegítimo que chegou ao poder através de um golpe político-jurídico-midiático, com apoio das camadas que mais se beneficiam com o quadro de desigualdades sociais do país<sup>6</sup>.

Esse governo assumiu o poder após 14 anos de um circuito histórico marcado pela ocupação da cadeira da presidência pelo Partido dos Trabalhadores e pelo campo popular, marcado por um modelo neodesenvolvimentista. Com esse partido ocorreram avanços em diversas políticas sociais, mas as contradições inerentes ao sistema capitalista também possibilitaram a ampliação dos lucros e do poder das camadas mais ricas, que não tinham interesse na redução das desigualdades. Contraditoriamente, também são essas camadas da sociedade brasileira que exigiram a retirada do governo legitimamente eleito, para implantar com mais velocidade e vigor políticas públicas que os beneficiariam em detrimento de uma maior espoliação das camadas que vivem do trabalho no Brasil.

Tal projeto político, graças a construção de uma imagem de corrupção e de incompetência administrativa, a partir da imprensa hegemônica e do financiamento de novas organizações políticas com discurso pautado no apartidarismo, apoliticidade e combate à corrupção<sup>7</sup>, faz emergir a função da ignorância e com essa engendraram um processo de *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff. Esse processo cumpriu todas as suas formalidades, porém com uma base material discutível - por isso, considerado como golpe - o que se tornará marca do governo que cumprirá o mandato presidencial até as próximas eleições – legalidade sem legitimidade (MANCE, 2018).

A vitória parlamentar do *impeachment* inicia um novo ciclo político em nosso país, por um lado uma aliança entre Congresso e Presidência, que aprovam e tramitam na maior brevidade possível e com grande maioria de votos, medidas de retrocesso social como a Emenda

---

<sup>6</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o 1% da população com os maiores rendimentos, tem rendimento médio 38,4% maior que os 50% da população com os menores rendimentos, tendo também o índice de Gini alcançado o valor de 0,525 em 2016 (IBGE, 2017).

<sup>7</sup> Apesar de muitos dos que mobilizaram estes grupos a se manifestarem nas ruas eram indiciados e condenados em diversos processos de corrupção.

Constitucional 95 que congela o gasto público por 20 anos, a Contrarreforma Trabalhista que suprime direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores e amplia a possibilidade de exploração e empobrecimento destes e de enriquecimento da classe empresarial, tentava aprovar ainda em 2017. Há também uma Contrarreforma da Previdência que dificultaria a recepção por parte da população em receber os benefícios desta - financiados por essa mesma população - e nossa Reforma do Ensino Médio, que como iremos demonstrar em seguida, aponta para uma adequação da nossa educação às exigências do Banco Mundial, sinalizando para uma privatização da educação e para uma redução da qualidade da oferta educacional às camadas mais populares.

Assim, se por um lado às camadas populares irão pagar o pato<sup>8</sup> com as novas medidas políticas implantadas, por outro a classe empresarial é extremamente beneficiada com essas políticas, e com outras como por exemplo a Medida Provisória do Refinanciamento de Dívidas<sup>9</sup> e a Medida Provisória que garante isenção fiscal por 25 anos às multinacionais petrolíferas<sup>10</sup>, o que literalmente mostra como o fluxo das riquezas se dará nesse ciclo político.

Todas essas ações, diante da sua impopularidade seriam um risco para qualquer governo em nosso frágil modelo democrático, pois, teria repercussões em eleições futuras, mas não é problema algum para um governo que não foi eleito, que não passou pelo crivo das urnas, configurando, então, a relação essencial que existe entre estas Contrarreformas e o processo de *impeachment* como golpe que se inicia nesse ciclo.

Todavia, tais ações têm como um elemento de contradição a resistência dos setores populares atingidos por estas. Essa resistência da população vem ocupando às ruas desde o *impeachment* e quando são anunciadas as medidas, com destaque para a grande Greve Geral ocorrida em 24 de abril contra a aprovação da Reforma Trabalhista e da Previdência. Essa movimentou milhões de pessoas no país inteiro em grandes atos e parou a produção de forma significativa para a economia, de modo a ser comparada com a Greve Geral de 1917. Ocorreram também ocupações realizadas por estudantes secundaristas e essas atingiram milhares de escolas em todo país reivindicando a revogação da Medida Provisória nº 746/2017 (Contrarreforma do Ensino Médio) e pela discussão de forma ampla com a sociedade sobre o Ensino Médio que eles, sujeitos dessa Educação, querem. Contudo, é necessário afirmar que a

8 Durante as manifestações em favor do *Impeachment*, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo construíram um grande boneco de um pato sob a simbologia de que eles, grandes empresários, não pagariam o preço da crise financeira que repercutia no país.

9 Medida Provisória nº 783/2017, segundo estimativa do jornal El País governo abrirá mão de mais de 500 milhões de reais ao empresariado brasileiro. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/15/politica/1502754070\\_555329.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/15/politica/1502754070_555329.html)> Acesso em 06 dez. 2017.

10 Medida Provisória 795/2017, que segundo estimativa de especialistas consultados pela Revista Época, pode gerar uma isenção fiscal de mais de 1 trilhão de reais, o que seria mais que o dobro do anunciado pelo governo como economia nos gastos públicos com a Reforma da Previdência Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/12/mp-795-1-trilhao-de-motivos-para-ser-contra.html>> Acesso em 06 dez. 2017.

imprensa hegemônica pouco destaque deu a esses movimentos e quando o deu foi de forma pejorativa.

Apesar de toda a resistência e desse quadro de mobilização o governo tem aprovado todas as medidas, contra estudantes e trabalhadores, sem considerar a voz das ruas, ouvindo apenas àqueles que tem o maior interesse na aprovação destas, a classe que vive do trabalho alheio e do capital financeiro.

A educação é sempre um elemento central de ataque das políticas de retrocesso social diante do espaço que a escola ocupa ao que Gramsci (1981) chama de sociedade civil, graça às suas possibilidades de conquista de contra hegemonia através do convencimento. Portanto, mudar a escola brasileira tem uma importância central para os planos de quem compõe a atual hegemonia no Estado brasileiro, pois ela tanto pode ser um espaço de emancipação dos sujeitos que vivem do trabalho - contra essa situação de desigualdades, como pode ser um instrumento de conformação e de manutenção destas (KUENZER, 2010).

Sendo assim, é neste quadro de retrocesso social que vem ocorrendo por meio de manobras do Estado brasileiro, que as políticas são formuladas e aprovadas por um governo não eleito, mas que em aliança com um congresso conservador e patrocinado pelas camadas mais ricas deste país, mesmo reprovadas pela maioria da população e implementadas a revelia dos sujeitos alvos dessas ações estatais, que a Contrarreforma do Ensino Médio foi aprovada e vem sendo implementada em todo território nacional.

## **ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS DUALIDADES: ENTRE FARSAS E TRAGÉDIAS**

A educação em nosso país tem uma marca histórica que é a dualidade. Por um lado nós temos uma educação ofertada para os filhos das camadas mais ricas da sociedade, sendo uma educação que irá preparar estes jovens para serem dirigentes dessa sociedade, por outro lado temos uma educação ofertada aos filhos daqueles que vivem do trabalho que será uma educação voltada para que estes continuem a sustentar o atual modelo social mantendo-se nas camadas de mais baixo poder aquisitivo (MOURA, 2010).

Essa dualidade por sua vez apresenta outras, sendo uma destas a separação entre a teoria e prática, que tem como base a divisão social do trabalho - em trabalhos intelectuais e trabalhos manuais. Assim, a educação dos filhos das classes dirigentes será uma de base profundamente teórica para exercer esses trabalhos intelectuais, com maiores salários, melhores perspectivas, preparando-os para à direção da sociedade, ou seja em cargos públicos de alto nível, enquanto aos filhos das camadas populares será ofertada uma educação restrita para que

estes exerçam os trabalhos manuais, mais desgastantes, com os menores salários e sem às perspectivas de intervenção na direção da sociedade, bem como com as piores condições de trabalho.

Como já mencionamos, o Ensino Médio é tido em nosso tempo histórico como uma etapa de preparação para o Ensino Superior, carecendo, então, de uma identidade própria (MOURA, 2010). Assim, dado o quadro de dualidades apresentado e a limitação brasileira de acesso ao Ensino Superior, o ensino médio, será etapa de passagem apenas para aqueles que tiveram melhores condições materiais, restando à maioria da população ter esta etapa como encerramento da vida escolar e dos estudos<sup>11</sup>, quando conseguem concluí-la.

Para superar essa carência de identidade e essas dualidades históricas há uma alternativa em construção, um Ensino Médio Integrado à formação profissional que pretende à formação humana integral, educar para o trabalho e para à vida com vistas a emancipação dos sujeitos. Essa proposta tem como inspiração à Escola Unitária de Gramsci (1981), as concepções de Politecnia de Saviani (1989), e as propostas de Escola Politécnica no período de transição social quando os pedagogos soviéticos, como Pistrak (2005), se dedicaram a ver as possibilidades de uma formação que não apartasse o trabalho da vida.

O Ensino Médio Integrado pretende na mesma oferta educacional, durante o mesmo curso, e nos limites da Lei de Diretrizes e Base da Educação do Brasil, Lei nº 9.394/1996, garantir a formação básica exigida pelo ensino médio. Nesta as disciplinas propedêuticas seriam acrescidas de disciplinas de formação técnica e profissional, onde os estudantes receberiam ao final dessa etapa de transição -, a habilitação profissional. Essa modalidade apresenta diversas limitações no que tange seu horizonte, assim como, os pedagogos russos reconheciam em 1929 a importância de superar a separação das colunas de disciplinas teóricas e práticas, a perspectiva da Politecnia quer a superação da separação entre disciplinas propedêuticas e técnicas, porém, a ausência de condições objetivas para essa superação não é impedimento para a construção de uma etapa transitória que não perde de vista esse horizonte (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Essa alternativa está longe de ser majoritária em nossa Educação, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2018 corresponde a apenas a 5% (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018). A grande maioria dos nossos jovens está sendo educada naquele ensino

---

11 Segundo o anuário da Educação Básica 2017, apenas 6,9% dos estudantes oriundos da população mais pobre do país tem acesso ao Ensino Superior, e a taxa líquida de matrícula deste, no geral, é de apenas 18%. Optamos por utilizar esses dados do Anuário de 2017 pois no ano seguinte houve alteração na forma de cálculo, consideração a população mais pobre como sendo um quartil da população brasileira, não permitindo a comparação adequada. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario\\_brasileiro\\_da\\_educacao\\_basica\\_2017\\_com\\_marcaadores.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2017_com_marcaadores.pdf)> Acesso em 06 dez. 2017.

médio que carece de identidade, de interesse, considerando-se que a maioria dessa oferta se dá em Escolas Públicas em sua boa parte carente também de estrutura e condições adequadas de funcionamento. O que faz da mudança do Ensino Médio uma pauta da sociedade já há bastante tempo.

Aproveitando-se, dessa reconhecida necessidade de mudança no Ensino Médio, e diante de um cenário de baixos índices em avaliações de larga escala dos organismos multilaterais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), e daquelas construídas como base nas recomendações destes, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o governo Temer acelera a Contrarreforma do Ensino Médio que estamos a discutir nesse trabalho.

As avaliações de larga escala vêm se constituindo ao longo das últimas décadas, nesse período de hegemonia do pensamento neoliberal, como instrumento muito mais de justificativa de construção de políticas de austeridade e de contrarreformas, do que enquanto instrumento de avaliação educacional, esse uso é característico do que Afonso (2013) chama de Estado-Avaliador.

Nesse sentido, o Estado-Avaliador preocupar-se-á muito mais com os índices das avaliações de larga escala da educação, do que com o processo educacional em si. Nesse diapasão, a Contrarreforma do Ensino Médio aponta para isto ao ter como Base a Construção de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que apesar de ainda não definida já sugere a priorização de disciplinas que são o foco dessas avaliações, o próprio texto do Ministério da Educação no site do “Novo Ensino Médio” já aponta essa contradição ao dizer que o objetivo da Base Comum é “[...] promover a elevação da qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória.”(BRASIL, 2017), ou seja, a elevação da qualidade da educação no país que envolve estrutura, formação docente, concepções de educação, e mais tantos fatores, é resumida a uma base de disciplinas que irão colaborar com a mudança dos índices nas avaliações de larga escala.<sup>12</sup>

Ao aumentar o peso das disciplinas que repercutem nesses testes temos como consequência a redução do tempo para as disciplinas que colaboram com a construção de um pensamento crítico. A Base Comum<sup>13</sup> hoje seria responsável por metade da carga horária do

---

<sup>12</sup> Apesar da problemática, é importante ressaltar que o Ensino Médio Integrado, ofertado na Rede Federal de Ensino, tem obtido notas no PISA similares a países como Coreia do Sul e Canadá, simulando sua nota com de um país, teria ficado a frente de países como Coreia do Sul, Estados Unidos e Alemanha (IFB, 2016). Dessa forma, é importante notar que já temos um Ensino Médio no Brasil que pode servir de modelo e ser expedindo. Importante lembrar que essa oferta na Rede Federal não tem foco ou preocupação com as notas das avaliações em larga escala, mas sim aquele horizonte politécnico já citado.

<sup>13</sup> A Base Comum, conforme a legislação, será definida a partir do Conselho Nacional de Educação, sendo este composto por vários atores interessados e formuladores da Reforma do Ensino Médio, como por exemplo o Movimento Todos Pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Confederação Nacional da Indústria, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e reitores e investidores de grandes grupos

Ensino Médio, 1200 horas, a outra metade da formação seria a partir dos chamados itinerários formativos, que serão combinações de conteúdos dos quais os alunos escolherão de acordo com seu interesse e afinidade, e é nessa liberdade de escolha que se pauta a propaganda ideológica do governo.

Tratamos essa questão como propaganda ideológica, pois o texto da Contrarreforma não garante a oferta de todos os itinerários pela mesma escola, e diante das limitações de recursos e de estrutura física/material/humana das escolas públicas, o cenário aponta para que ao invés da liberdade de escolha, os sujeitos dessa reforma, como bem descreveu Motta e Frigotto (2017), estudantes de escolas públicas das camadas populares de nosso país, farão uma escolha compulsória conforme o itinerário que sua escola puder ofertar.

Essa medida reforça a dualidade característica de nossa educação, pois, as escolas privadas terão maiores condições, tanto para ofertar todos os itinerários, quanto para compensar a ausência de conteúdos ocasionados pela restrição da Base Comum, segundo Ramos, em entrevista:

Uma Escola de elite pode tranquilamente optar por oferecer todos os itinerários e fazer arranjos que permitam o aprofundamento da formação geral, até porque essas escolas não têm problemas de espaço físico e nem falta de professor. São as escolas dos sistemas públicos que vão fazer efetivamente a redução. Então, você tem reiterada e legalizada uma dualidade por dentro do sistema de ensino (REVISTA POLI, 2017, p.8).

É importante lembrar que, essa perspectiva dos problemas de estrutura de nossa educação pública nos permitem concluir que geram dificuldades de oferta dos diversos itinerários e é reforçada por outra ação deste governo que foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela o gasto público com a área social, dentro desta está a educação, por 20 anos. Assim, teremos um quadro agudizado de maior precarização das nossas escolas públicas, o que aprofundará mais ainda esse fosso de dualidades que limita e delimita cada vez mais a qualidade social da nossa escola pública. Por isso, faz sentido a afirmação do governo em sua página do Novo Ensino Médio ao afirmar que sua ação para melhoria da qualidade na educação será criar a Base Comum - para melhorar os índices na avaliação de larga escala – e só.

Um dos itinerários formativos que constam do rol da Lei nº 13.415, de 2017, que é a conversão da Medida Provisória que institui a Contrarreforma em Lei, é a formação técnica. Porém, ao revogar o Parágrafo 2º e alterar o 3º do art.36 da LDB, essa formação técnica segue em rumo diverso daquele percorrido pelo Ensino Médio Integrado. Nesse sentido, no primeiro

---

privados do mercado da educação. É importante destacar que durante o governo Temer ocorreu a revogação de mandatos de Conselheiros o que foi alvo de muitos protestos.

caso tínhamos garantido que essa formação se daria respeitando a carga-horária mínima da formação geral, as 2.400 horas, ou seja, tínhamos uma ampliação do tempo de formação. Com essa supressão e o novo modelo de Base Comum mais o itinerário, toda a formação se dará nessas 2.400 horas, logo, com redução da formação geral. No segundo caso, o parágrafo terceiro garantiria a equivalência entre esta formação técnica e as demais formações de nível médio, podendo com a conclusão deste, o estudante ingressar no Ensino Superior.

Somadas as questões da redução do tempo de formação geral para os estudantes que optarem pelo itinerário da formação técnica, com a projeção da impossibilidade desses alunos não poderem optar pelos diversos itinerários em função das possibilidades de nossas escolas públicas, e ainda assim quando puderem não ter acesso aos conteúdos dos demais itinerários, Ramos (JÚNIA, 2017) e Motta e Frigotto (2017), afirmam que essa Contrarreforma do Ensino Médio nos coloca no patamar de dois modelos anteriores, o dos anos de 1960 e o dos anos 1970.

A semelhança ao modelo dos anos 1960, alvo de várias críticas pela ausência de equivalência entre as modalidades de ensino, em nosso caso ocorre quando os estudantes não terão caminhos formativos diferentes com os itinerários, já o segundo modelo, com sua educação profissional compulsória sem a devida estrutura para as escolas terão como resultados apenas um: a redução da carga-horária da formação geral.

A Educação Profissional, sob essa perspectiva, poderá reforçar ainda mais o Ensino Médio enquanto limite da formação educacional das classes populares, pois, àqueles estudantes que optarem por este itinerário não terão acesso adequado aos conteúdos dos vestibulares, o que de certa maneira restringirá mais ainda o acesso dos sujeitos ao Ensino Superior. Isso nos lembra mais um episódio da nossa história de luta pela educação, quando no período que antecedeu o modelo dos anos 1970 e a população brasileira estava reivindicando acesso às universidades, e como resposta o governo editou o Ensino Médio com formação técnica compulsória. Assim, a História parece se repetir não mais como farsa, mas sim como tragédia (MARX, 2008a).

Outro aspecto muito importante que mostra como, na perspectiva da Educação Profissional, esta Contrarreforma segue o caminho da precarização e os rumos contrários aos da Politecnia e da formação humana integral é a possibilidade de contratação de professores, exclusivamente para as disciplinas do itinerário formação técnica, profissionais sem a condição mínima exigida para lecionar em nosso país que é o Ensino Superior, o que a lei chama de profissionais de notório saber.

Se por anos o debate sobre a formação docente nos marcos da Educação Profissional tem sido uma questão de muitas alternativas e divergências, sobre as possibilidades e as formas de realização desta, seja por uma graduação específica, por inserção na formação inicial, por especializações por área técnica específica, formação continuada, o governo resolve o problema da dor de cabeça cortando a cabeça. Assim, não há preocupação com a vida. Tal medida reflete uma grande desvalorização da profissão de professor e com a formação humana dos sujeitos jovens que são os alvos principais do ensino médio.

Essa possibilidade somada à nova legislação trabalhista, aprovada no mesmo contexto de contrarreformas em que foi imposta a do Ensino Médio, que possibilita o contrato de jornada intermitente, onde o trabalhador é cadastrado em um banco na empresa, convocado por demanda e recebe apenas pelas horas trabalhadas, sem pagamento de repouso ou afins, o professor não receberá salário pelas horas de planejamento e atividades extraclasse, precarizando ainda mais a educação em nosso país, preparando sujeitos também para trabalhos precarizados.

Tal projeção já é uma realidade, por exemplo no ensino superior, onde a Faculdade Estácio de Sá, logo após a vigência da nova legislação trabalhista demitiu 1.200 professores para reinseri-los nesse novo modelo<sup>14</sup>.

Essa situação, em um quadro de desemprego estrutural (MESZAROS, 2011) onde mais de 12% dos brasileiros encerrarão 2017 desempregados (IBGE, 2017a). Isso, faz com que os trabalhadores se sujeitem à essas novas jornadas de trabalho mais desgastantes, ainda mais sob a perspectiva de maior competitividade, pois com o notório saber, mais profissionais estarão habilitados à docência na Educação Profissional, repercutindo na formação que será ofertada para nossa juventude.

A Contrarreforma do Ensino Médio só terá vigência oficial no ano subsequente à aprovação da BNCC, que conforme a presidência do Conselho Nacional de Educação indica<sup>15</sup>, seria no início de 2018. Logo, o novo modelo será implementado a partir de 2019. Todavia, na Educação Profissional o MedioTec, que é a vertente do Programa de Governo para Educação Profissional que mais recebeu recursos nos últimos 5 anos – mais de 19 bilhões de reais até 2015 (BRASIL, 2017), pela via do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), está possibilitando um adiantamento às medidas da Contrarreforma, seus

---

**14 Estácio de Sá demite 1,2 mil professores após reforma trabalhista. Disponível em:**

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940980-estacio-de-sa-demite-12-mil-professores-apos-reforma-trabalhista.shtml>> Acesso em 06 dez 2017.

**15 Diretrizes para currículo do ensino médio serão concluídas só no ano que vem. Disponível em:** <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-11/diretrizes-para-curriculo-do-ensino-medio-serao-concluidas-so-no-ano-que>> Acesso em 06 dez 2017.

objetivos e reflexos, por esse motivo trataremos desse assunto de modo específico no tópico a seguir.

## **MÉDIOTEC ENQUANTO CATALISADOR DA CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

O Pronatec, até 2016, vinha se configurando como a principal política de Educação Profissional do governo brasileiro. Isso pode ser confirmado tanto pelos dados supracitados, dos valores investidos, quanto pela própria propaganda política do governo impedido de continuar, como também pelo número de matrículas, que segundo o site do Programa, até 2015 tínhamos mais de 9 milhões de matrículas.

Apesar dessa centralidade, ele é considerado tanto pelos pesquisadores que defendem a Educação Profissional sob a perspectiva de uma formação humana integral, quanto por boa parte dos sindicatos dos trabalhadores da educação profissional como um retrocesso nas políticas de Educação Profissional do governo que o implantou. Tais críticas tem como fundamento o foco em cursos de curta duração, que impossibilitam uma formação humana de qualidade para a classe que vive do trabalho no Brasil e que precisa dessa para sua emancipação. Essa é classe merecedora de ações do Estado e pela quantidade de recursos públicos que são diretamente investidos na esfera privada através desse programa<sup>16</sup> não é para ela que os recursos se dirigem. Nesse direcionamento dado pelo Estado o que se ver configurado é a privatização dos bens públicos, pois além dos recursos o governo permite que as Instituições ofertantes imprimam sobre o processo educativo suas concepções de educação pela contratação de empresas privadas para dirigir os rumos das escolas.

O Pronatec, a partir da sua formatação, demonstra ter como fundamento a teoria do capital humano (SCHULTZ, 1973). Esta afirma ser necessário investir na formação das pessoas considerando-as como recursos e que essa ação trará retorno na produção o que em nosso presente quadro de desemprego estrutural e hegemonia do pensamento neoliberal, torna-se o fundamento da tese da empregabilidade, nesse sentido:

[...] a defesa da qualificação como forma de superar o desemprego, apresenta uma outra função importante para a tese da requalificação, dentro da irradiação da ideologia neoliberal, qual seja, a transferência da responsabilidade do emprego para o trabalhador, que passa a agora a ter que manter-se constantemente qualificado e se requalificar para manter sua condição de empregabilidade e assim garantir trabalho. (SANTOS, 2018, p. 51)

16 Segundo Melo (2015) até 2014 mais de 73% dos recursos do Pronatec foram destinados às esferas privadas.

Essa composição de teses que fundamentam o Pronatec além de mirar a formação, exclusivamente, para a perspectiva do mercado, sem considerar: as necessidades históricas das camadas populares brasileiras, a importância de um letramento social desses trabalhadores para sua intervenção e um mundo trabalho marcado pela desigualdade de classes, está desconexa com o projeto de desenvolvimento do país. Posto que se não a postos de trabalho que melhore o atual quadro de desemprego, o Pronatec serve apenas para aumentar a competitividade entre os trabalhadores em busca dos mesmos postos de empregos, saindo como vitoriosos apenas os empresários do mercado da educação. Afirmação essa comprovada tanto por recente pesquisa do IBGE (2014) que afirma que as pessoas oriundas do Pronatec não têm melhorado suas condições de emprego, quanto pelos números citados de repasse para instituições privadas.

Sob essa perspectiva, Lima (2017) afirma que o Pronatec em seu desenvolvimento e concepção vai de uma formação para o mercado para necessariamente um mercado da formação. Para nós o Pronatec é o que diz Santos:

[...] em sua essência [...] após a retirada da fumaça do discurso ideológico e eleitoral, este Programa se apresenta como uma forma de irradiar o pensamento hegemônico, haja vista a reprodução dos discursos da empregabilidade, da requalificação da força de trabalho e da teoria do capital humano. Sendo este Programa também uma forma destes grupos hegemônicos ocuparem mais trincheiras, mais instituições e ampliarem a força daquelas que já exercem sua hegemonia, avançando sobre as dos grupos contra-hegemônicos, graças à re/delimitação entre esfera pública e privada, causada pelo PRONATEC e suas possibilidades de acúmulo de capital via fundo público. (SANTOS, 2018, p. 66).

Com a recém mencionada mudança de governo, advinda do Golpe político de 2016, e a política de redução de gastos com os investimentos sociais com saúde e educação, o Pronatec vem perdendo significados mas ganhando outros. O foco do governo passa a ser formatar o Pronatec para se adequar a sua nova proposta de Ensino Médio. Nesse sentido, editam o MedioTec, que conforme o próprio governo é uma ação estratégica do Pronatec. Esse segundo o portal do MEC o “MedioTec oferece 107.465 vagas em 131 cursos técnicos gratuitos a alunos da rede pública de ensino” apenas para o segundo semestre de 2017<sup>17</sup>, o que corresponderia a um investimento de aproximadamente 700 milhões.

Essa nova forma de Pronatec serviria de catalisador da Contrarreforma do Ensino Médio, que por questões legais só pode ser implantada um ano após a decisão da BNCC, o que seria no mínimo em 2019. Assim, ela adianta a Reforma em diversos aspectos, o primeiro na questão da concepção de Educação Profissional para o nível médio. Pois segue o caminho

---

17 “Em 2017, Pronatec ofertará quase 10 vezes mais vagas em cursos técnicos a alunos do ensino médio.” Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-T/209-564834057/52191-estao-abertas-as-inscricoes-para-cursos-tecnicos-gratuitos>> Acesso em 06 dez 2017.

contrário à possibilidade de integração do Ensino Médio à Educação Profissional, numa perspectiva de superar a separação entre disciplinas propedêuticas e disciplinas técnicas, pois tem como base a concomitância, marca da Reforma no período do governo Fernando Henrique Cardoso (anos 1990) com o Decreto nº 2.208/1997, que impedia essa integração.

O atual modelo de Ensino Médio Integrado põe em cheque os fundamentos da atual contrarreforma e coloca estes em nível de ideologia, pois, apesar de não ter como foco a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio, as Escolas Públicas Federais, que são as maiores e principais ofertantes do Ensino Médio Integrado tiveram excelentes resultados, que por sinal foram suprimidos propositalmente pelo governo do *ranking* para evitar tais discussões, sendo inserida somente após denúncias e manifestações.<sup>18</sup> Dessa forma, tais escolas que tem um maior aporte de recursos que as demais que ofertam o Ensino Médio de forma pública, demonstram que o problema não é a oferta pública, mas sim a ausência de investimento por parte do Estado brasileiro na educação básica e notadamente na última etapa.

O segundo aspecto em que ele adianta a Contrarreforma é na perspectiva da privatização do itinerário formativo da formação profissional, pois, com a Emenda que congela os gastos com Educação por 20 anos, não será possível - sem o investimento adequado - construir laboratórios e adquirir estrutura para ofertar esses novos conteúdos. Sendo assim, o governo, assim como já vinha fazendo no Pronatec, irá privatizar parte da oferta educacional pública, encaminhando os jovens para instituições privadas que irão receber recursos públicos para ofertar educação sob a perspectiva e concepção dessas, ou seja, as do mercado. Mas, onde está esse mercado?<sup>19</sup>

O Medio-tec trata de avançar com as concepções de educação e trabalho do Pronatec rumo ao Ensino Médio. Nesse sentido, Frigotto em entrevista à Revista Poli chama esse movimento de “pronatequização do ensino médio” (JÚNIA, 2017, p. 7).

É importante destacar também que o foco da oferta deste Programa tem sido os cursos de Educação a Distância<sup>20</sup>, pois bem, se as disciplinas técnicas que tem maior apelo à atividade prática serão ofertadas à distância, a reformatação do Pronatec pelo governo terá como característica uma maior precarização da Educação Profissional.

18 Inep admite equívoco e diz que divulgará nota do Enem dos institutos federais. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/inep-admite-equivoco-e-diz-que-divulgara-nota-do-enem-dos-institutos>> Acesso em 06 dez 2017.

<sup>19</sup> A síntese dos indicadores do IBGE em 2017, aqui já referenciada, apresenta um forte aumento da desocupação (11,3%), da ocupação por conta própria dos trabalhadores (24,7%), dos trabalhadores sem carteira assinada (18,5%) e da taxa de subutilização do trabalho (20,8%). Em 2016, do total de pessoas desocupadas, mais da metade (54,9%) eram jovens de 16 a 29 anos de idade.

<sup>20</sup> Em Consulta à distribuição das vagas do estado com mais vagas, Minas Gerais, constatamos que neste de um total de 19.803, apenas 816 são para cursos presenciais, sendo todas estas em instituições privadas, esse padrão segue nos demais estados. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mediotec/mediotec-nos-estados>> Acesso em 06 dez 2017.

Dessa forma, consideramos o Medio-tec como catalisador da Contrarreforma do Ensino Médio, adiantando seus efeitos na Educação Profissional, retomando princípios de outra Contrarreforma do Ensino Médio, desta vez, aquela dos anos 1990, ao aproximar-se da perspectiva da concomitância e afastar-se, ainda mais, da integração e de uma perspectiva politécnica de formação humana integral.

### **SÍNTESES, TAREFAS E NOVAS CONTRADIÇÕES**

As contrarreformas que são marcas do governo que inicia esse novo tempo histórico com o golpe político-jurídico e midiático de 2016, no Brasil, não são processos iniciados nesse governo necessariamente. Mas, foram com ele acelerados como reação às diversas reformas realizadas no período antecedente. Há uma estreita relação entre aquelas contrarreformas e o processo de *impeachment* que é o centro desse processo, pois a amplitude do retrocesso social e da retirada de direitos que ocorrerá caso todas essas sejam aprovadas e implementadas, não poderia ser realizada por nenhum governo eleito diante da impopularidade de tais ações, apesar da fragilidade de nossa democracia.

Essas contrarreformas vêm para atender as demandas do capital, na Educação Profissional, atendendo às novas demandas de qualificação, para garantir processos de proletarização passiva (OFFE, 1984), diante do desemprego estrutural via ampliação o mercado educacional.

A combinação entre a redução dos gastos com educação pública nos próximos vinte anos, aprovada pela Emenda 95, com o cenário de ampliação da espoliação dos trabalhadores com a Contrarreforma trabalhista e com a Reforma do Ensino Médio, apontam para uma redução na qualidade social (DOURADO; OLIVEIRA; 2007)) da oferta pública. Oferta essa, na qual se insere - a maioria da população brasileira em sua vertente de privatização e no campo da Educação Profissional na estrita adequação às demandas do mercado – seja ele de trabalho ou do mercado educacional. Tudo isso projeta um quadro de ampliação das desigualdades sociais e das dualidades como marca históricas da Educação Profissional do nosso país.

Todavia, esse processo não segue sem as impressões digitais dos movimentos sociais, sem a resistência do Movimento Estudantil, sem Greves e Mobilizações dos Trabalhadores em Educação e seus sindicatos. Nessa disputa por hegemonia, em que a educação, a escola, o elemento de vida destes atores – estudantes e trabalhadores se encontram, são importantes espaços de disputa em nossa sociedade moderna.

Após anos de reformas sociais, de pouca ousadia em avançar com os projetos de uma educação emancipatória para que os filhos das camadas populares pudessem disputar a

direção da sociedade e sem avançar para disputar um projeto de educação que reflita o acúmulo do debate sobre Politecnicidade, Formação Humana Integral, Escola Unitária e Omnilateralidade, o campo contra-hegemônico dos trabalhadores e pesquisadores em Educação Profissional do Brasil, encontra nesse momento um espaço propício para mostrar as contradições, ousando lembrar que acima da luta por Reformas existe uma luta por Revolução, e/ou contra a barbárie.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo. Mudanças no Estado Avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53 2013.

BRASIL. **Novo Ensino Médio Dúvidas**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BRASIL. Consulta ao **E-sic de protocolo 23480014302201761** realizado pela CGU na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2017b.

**Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. **Educação e qualificação profissional**: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100061.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2017. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Trimestral - PNAD Contínua. 2017a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/2217-np-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?&t=resultados>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

IFB. **Rede Federal é destaque na principal avaliação da educação básica do mundo**. [Disponibilizado em 2016, na internet] 2016. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/reitori/12838-rede-federal-e-destaque-na-principal-avaliacao-da-educacao-basica-do-mundo>> Acesso em: 11 ago. 2017.

JÚNIA, Raquel. Mediotec: a mesma qualificação para a mesma classe social. **POLI**: saúde educação trabalho. Rio de Janeiro, n. 51, p. 6 -11, mai./jun. 2017.

KUENZER, Acácia. As Políticas de Educação Profissional. Uma reflexão necessária. In: MOLL, Jaqueline (Org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre, 2010. p. 58 – 79.

LUKACS, George. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANCE, Euclides. **O Golpe** – Brics, Dólar e Petróleo / Euclides Mance. Passo Fundo: IFIBE, 2018.

MARX, Karl . **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a.

MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de. **O Pronatec e o Processo de Expansão e Privatização DA Educação Profissional no Brasil**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas v. 38, n. 139, p. 355-372. 2017.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e educação Profissional dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline (Org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre, 2010. p. 58 – 79.

\_\_\_\_; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, MÔNICA RIBEIRO. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Rev. Bras. Educ.** vol.20, n.63, p. 1057-1080. 2015.

OFFE, CLAUS. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PISTRAK, Moisey M. **Ensaio sobre a Escola Politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Shilton Roque dos. **Avaliação participativa de resultados sociais do PRONATEC Campo**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: FioCruz, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Trad. de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. 2018. São Paulo: Moderna, 2018.

## **COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO NACIONAL SOBRE O CONCEITO E SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

### **ORGANIZATIONAL COMMITMENT: A NATIONAL STUDY ON THE CONCEPT AND ITS DEVELOPMENT PROCESS**

Mário Lázaro Camargo<sup>1</sup>

Edward Goulart Júnior<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Os estudos sobre comprometimento organizacional tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de 1980. O presente artigo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura nacional para identificar e analisar os principais tópicos de pesquisas realizadas sobre o tema, de modo que fosse possível, a partir dos resultados obtidos, pensar nas principais lacunas existentes sobre o conceito, considerando que tal procedimento serviria como ação de reconhecimento do campo, de seu desenvolvimento e, provavelmente, o ponto de partida para pesquisas posteriores. Foram encontrados 51 artigos nas bases de dados SciELO e BVS, sendo que 8 artigos eram indexados nas duas bases de dados. Desse material, foram analisados 28 artigos sendo que 4 foram excluídos por relatarem pesquisas realizadas em Portugal e 18 por não apresentarem escopo compatível. As informações analisadas foram: ano de publicação; tipo de pesquisa realizada; instrumentos utilizados; o tipo de comprometimento investigado; e variáveis consequentes e antecedentes. Ao final da análise foi possível, para além de reconhecer a importância do tema para os processos de gestão de pessoas e, portanto, para o trabalho dos profissionais da área nas organizações, identificar que o mesmo ainda se encontra carente de pesquisas para se desenvolver e se consolidar como ferramenta de diagnóstico e gestão.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comprometimento organizacional; Psicologia do trabalho; Psicologia organizacional.

#### **ABSTRACT**

Studies on organizational commitment have become more frequent in Brazil from 1980 onwards. The objective of this article was to hold a national literature review to identify and analyze the main topics of research done on the subject, in order to from the results obtained, to think about the main gaps in the concept, considering that such a procedure would serve as an action to recognize the field, its development and probably the starting point for further research. 51 articles were retrieved in the SciELO and BVS databases, and eight articles were indexed in the two databases. Among this material, 28 articles were analyzed, and 4 were excluded because they report researches held in Portugal and 18 because they did not present compatible scope. Analyzed data were: year of publication; type of research; used tools; type of commitment investigated; and consequent and antecedent variables. At the end of the analysis it was possible, besides recognizing the importance of the theme for the processes of people management and for the work of the professionals of the area in the organizations, to identify that it is still lacking in researches to develop and consolidate itself as a diagnostic and management tool.

<sup>1</sup> Professor assistente doutor do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp. Doutor em Psicologia (USP), Mestre em Psicologia e Sociedade (Unesp). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-Unesp "Psicologia Organizacional e do Trabalho".

<sup>2</sup> Professor assistente doutor do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp. Doutor em Psicologia (PUC-Campinas). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq-Unesp "Psicologia Organizacional e do Trabalho".

**KEYWORDS:** Organizational commitment; Work psychology; Organizational psychology.

## **INTRODUÇÃO**

Os estudos sobre comprometimento organizacional tornaram-se mais frequentes a partir da década de 1970 e, no Brasil, no final da década de 1980. Isso se deu, provavelmente, pelo acelerado ritmo das mudanças nas organizações, envolvendo questões macro, como política e economia, até questões micro como estrutura, modelos de gestão, busca incessante pela produtividade e excelência e a crescente presença da tecnologia nos modos de produção das organizações de trabalho. Esse cenário acentua a necessidade do comprometimento das pessoas envolvidas na dinâmica do trabalho, visando o atendimento positivo das novas demandas que se apresentam.

Segundo Aguiar et al. (2014), com a existência de ambientes cada vez mais competitivos e mutáveis houve a necessidade da criação de novos formatos organizacionais, o que gerou também novas demandas e expectativas diante dos trabalhadores que têm que lidar com maiores exigências, a saber: maior número de horas trabalhadas no dia/semana, realização de trabalhos fora do ambiente organizacional (*home office*), maior produtividade, atuação de alta performance em diferentes áreas da organização e mercado, qualificação profissional em constante atualização, um segundo idioma, etc.

Com isso, percebeu-se que a importância das pessoas para as organizações estava diretamente vinculada com a qualidade e a sobrevivência das mesmas no mercado de trabalho (RIBEIRO; BASTOS, 2010; BOTELHO; PAIVA, 2011; GENARI; FACCIN; MACKE, 2013; PEIXOTO et al., 2015). Em contrapartida, a instabilidade resultante das mudanças nas relações de trabalho, aliada a valorização da autonomia da carreira individual trouxeram mais dificuldades à articulação entre interesses do trabalhador e da organização e a fragilidade do vínculo entre essas duas partes (MAGALHÃES, 2013). Diante dessa conjuntura, surge o crescente interesse por estudos na área do comprometimento organizacional.

Nesse aspecto, vários trabalhos foram realizados na área da Administração de Empresas e da Psicologia Organizacional e do Trabalho visando compreender e analisar o conceito de comprometimento organizacional, bem como suas implicações para as organizações e trabalhadores (OLIVEIRA; ROWE, 2018; OLIVEIRA; COSTA; BOUZADA; SALLES, 2018; LIZOTE; VERDINELLI; NASCIMENTO, 2017; BALSAN et al., 2017; PINHO, BASTOS, ROWE, 2015; BASSAN et al., 2015). Passou-se, então, a buscar uma maior compreensão dos elementos componentes do vínculo entre trabalhador e organização, onde o comprometimento com o trabalho ganha papel de destaque. O estudo da relação homem-

trabalho-organização começa a se complexificar na medida em que se consideram as regras subjetivas do vínculo do homem com seu trabalho, com a organização onde o trabalho acontece, para além do atendimento exclusivo das necessidades primárias de ambos, ou seja, a sobrevivência do trabalhador e da organização. Com isso, é necessário perceber os indivíduos de uma organização de forma multidimensional, a fim de compreender melhor sua relação com o trabalho e as variáveis envolvidas nesse processo (BOTELHO; PAIVA, 2011).

Dessa forma, o comprometimento emerge demonstrando seu valor para o contexto organizacional e passa a ocupar um lugar crítico nas estratégias de gestão de pessoas (SCHIRRMESTER; FRANÇA, 2012), uma vez que somente o conhecimento acerca das tecnologias envolvidas num dado ramo de negócio e/ou atividades profissionais não se mostram mais suficientes.

Para que seja possível pensar na sobrevivência de uma organização de trabalho se faz necessária a criação de meios que possibilitem seu manejo diante das turbulentas alterações mercadológicas e, para isso, a presença de equipes de trabalho com pessoas comprometidas e motivadas passa a ser um diferencial estratégico (RIBEIRO; BASTOS, 2010). Contudo, deve-se destacar o fato de que há um processo de retroalimentação que estabelece interdependência entre comprometimento do trabalhador com a organização e qualidade de vida no trabalho, ou seja, um conjunto de ações protagonizadas pela organização para garantir o bem-estar dos trabalhadores, a prevenção do adoecimento e a promoção da saúde (CAMARGO, 2017).

O comprometimento, conforme Ribeiro e Bastos (2010), implica no processo de consolidação e vitalidade da organização, não sendo possível de se replicar a outra, ainda que do mesmo porte ou com atividade fim semelhante, posto que é atributo único, exclusivo, de uma dada equipe inserida num dado contexto organizacional e social.

No entanto, há uma multiplicidade conceitual quando tratamos do constructo comprometimento organizacional (BASSAN et al., 2015). Dessa forma, muitas teorias surgem para tentar compreender esse processo, bem como seus consequentes e antecedentes. Há destaque para alguns estudos pioneiros na área como o de Mowday, Porter e Steers (1982) que propuseram diferentes definições e enfoques relacionados com a temática do comprometimento organizacional como: a vontade que o sujeito tem ao desenvolver suas atividades bem como a lealdade com o sistema social; o relacionamento do sujeito com o todo; o modo pelo qual as metas da organização e do indivíduo se tornam integradas e ligação entre a identidade do indivíduo e da organização por meio da resolução em sua atividade de trabalho, entre outros (BOTELHO; PAIVA, 2010).

Outro estudo também muito difundido foi realizado pelos autores Meyer e Allen (1991). De acordo com seus levantamentos, o comprometimento organizacional foi definido como uma força que conecta o sujeito por meio de atitudes de relevância para um objetivo, sendo classificado a partir de três dimensões (modelo tridimensional): afetiva, calculativa/instrumental e normativa.

O comprometimento organizacional de base afetiva é conceituado como um envolvimento no qual ocorre uma alta identificação com os objetivos e valores da organização. Nesse sentido, é algo que transpassa uma lealdade passiva, uma vez que há uma relação ativa na qual o sujeito deseja atuar para oferecer algo de si para o desenvolvimento e bem-estar da organização. Estudo realizado por Balssan et al. (2017) revelou, dentre outros resultados importantes, que o trabalhador comprometido afetivamente com a organização apresenta maior impacto positivo sobre o desenvolvimento de sua atividade laboral. Os mesmos autores explicam ainda que este fato justifica a relevância de práticas de gestão de pessoas que fomentem o comprometimento de seus trabalhadores. Como exemplo, citam que o aprendizado adquirido via programas de treinamento é melhor transferido às atividades de trabalho por pessoas mais comprometidas afetivamente com a organização.

O comprometimento de base instrumental é aquele associado ao balanço dos altos custos de deixar a organização (prováveis perdas) que o trabalhador vivenciará. Já o comprometimento de base normativa baseia-se em um sentimento de obrigatoriedade em permanecer na organização. No entanto, é válido ressaltar que apesar da criação de categorias para o comprometimento as mesmas devem ser vistas como componentes do comprometimento e não tipos separados do mesmo constructo (BOTELHO; PAIVA, 2010; RIBEIRO; BASTOS, 2011). Essa compreensão do conceito predomina nas investigações empíricas sobre o comprometimento organizacional, em concordância com a afirmação da multidimensionalidade do constructo (BASTOS; COSTA, 2000 *apud* BOTELHO; PAIVA, 2010).

No entanto, críticas são tecidas a esse modelo teórico, uma vez que os estudos apontaram para algumas inconsistências, como a correlação das bases afetivas e normativas que, em pesquisas recentes, apresentam um índice elevado de justaposição. Com isso, muitos autores passaram a questionar a independência das escalas de mensuração das dimensões do comprometimento, propondo a possibilidade de união dessas duas bases antes consideradas distintas. Nesse sentido, pesquisas tem indicado para a necessidade de maior estudo sobre os fatores normativos de comprometimento para que seja possível validar seu desenvolvimento e poder preditivo de comportamento (RODRIGUES; BASTOS, 2010; RIBEIRO; BASTOS, 2011; AGUIAR et al., 2014; PEIXOTO et al., 2015). Além disso, a base de continuação (ou

instrumental) apresenta um comportamento antagônico em relação às outras duas dimensões (COHEN, 2007 *apud* CARVALHO et al., 2011). Diante de tais fragilidades, novos conceitos surgem para tentar suprir essa lacuna, dois deles se destacam: entrincheiramento organizacional e consentimento organizacional.

O conceito de entrincheiramento organizacional é proposto por Rodrigues (2009) como "a tendência do indivíduo a permanecer devido a possíveis perdas de investimentos e a custos associados à sua saída e devido a percepção de poucas alternativas fora daquela organização" (p. 75), assim o sujeito fica na organização por pensar que há escassas alternativas fora daquele contexto, além da possível perda de quesitos como estabilidade, remuneração e benefícios. Vale aqui pontuar que, por parte do trabalhador, a decisão de permanecer vinculado à organização, via comportamento de entrincheiramento, implica na aceitação conflitiva das condições de trabalho, cultura organizacional e políticas de gestão vigentes, ou seja, é uma escolha que, em essência, leva em conta o menor dano imediato, e não o contrário, uma escolha com foco na mudança e no desenvolvimento.

Tal constructo possui três dimensões: ajustamento à posição social (APS), arranjos burocráticos impessoais (ABI) e limitação de alternativas (LA) (RODRIGUES, 2009). A dimensão APS é referente aos investimentos do indivíduo e da organização que surgem como indispensáveis para um desempenho adequado das funções e adaptação do comportamento do trabalhador. Posteriormente, é apontada a segunda dimensão referente ao envolvimento e estabilidade dos ganhos financeiros que seriam perdidos na saída do trabalhador da empresa. Por fim, a dimensão LA indica que o trabalhador não consegue visualizar outras oportunidades de trabalho fora da organização.

Assim, o entrincheiramento é um tipo de vínculo desfavorável para o trabalhador e para a organização (MAGALHÃES; MACAMBIRA, 2013). Além disso, é possível notar a sobreposição desse conceito com a dimensão instrumental de comprometimento (CARVALHO et al., 2011; MOSCON; BASTOS; SOUZA, 2012).

Já o conceito de consentimento é uma redefinição conceitual da base normativa de Meyer e Allen (MAGALHÃES; MACAMBIRA, 2013), posto que é considerado uma noção de adesão e obediência às atitudes que a organização espera do trabalhador, nesse sentido, é vínculo passivo (PEIXOTO et al., 2015). O consentimento organizacional, proposto por Silva (2009), é bidimensional, composto pelos fatores obediência cega e aceitação íntima. Para Magalhães e Macambira (2013), analisando o conceito de Silva (2009), na obediência cega não há uma adesão (às normas) reflexiva e autêntica, e na aceitação íntima ocorre uma mudança

genuína em crenças e pensamentos, sendo o trabalhador capaz de defender as normas organizacionais.

Consultando artigos produzidos entre 2010 e 2015 na esfera nacional e publicados nas bases de dados SciELO – Scientific Electronic Library Online e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, foi possível reconhecer outros conceitos convergentes com o constructo comprometimento organizacional, a saber: qualidade de vida no trabalho (CARVALHO-FREITAS et al., 2013), justiça organizacional (RIBEIRO; BASTOS, 2011), políticas de benefícios, recompensas e remuneração (BASTOS; MENEZES, 2013; OLIVEIRA et al., 2014), comprometimento com a carreira (MAGALHÃES, 2013; ROWE; BASTOS; PINHO, 2013), bem estar no trabalho (TRALDI; DEMO, 2012), entrincheiramento (RODRIGUES; BASTOS, 2011; ROWE; BASTOS; PINHO, 2013) e consentimento organizacional (PEIXOTO et al., 2015), percepção de suporte organizacional (COSTA; BASTOS, 2013), contrato psicológico (BASTOS et al., 2014) e cidadania organizacional (AGUIAR et al., 2014).

No geral, os artigos consultados apontam para pesquisas empíricas quantitativas e qualitativas com o uso de instrumentos validados (escalas de mensuração ou estudos de caso) para o reconhecimento do comprometimento organizacional. Assim, o presente artigo tem como objetivo, a partir de revisão narrativa de literatura, identificar e analisar os principais tópicos de pesquisa realizadas no Brasil envolvendo o tema comprometimento organizacional para que seja possível pensar nas principais lacunas existentes sobre o conceito, considerando que tal procedimento servirá como ação de reconhecimento do campo e, provavelmente, ponto de partida para pesquisas posteriores. Este estudo objetiva ainda, apresentar uma contribuição à área da Gestão de Pessoas ou Administração de Recursos Humanos atuantes nas organizações de trabalho e compostas tanto por Administradores de Empresas e Psicólogos – mais comumente, quanto, por vezes, também por Assistentes Sociais, Economistas, Engenheiros de Produção, Técnicos de Segurança no Trabalho, etc., de modo que o conceito “comprometimento organizacional” possa ser melhor compreendido, difundido e tornado objeto de mais estudos e pesquisas nos diferentes contextos organizacionais brasileiros.

## **MÉTODO**

### ***Seleção de fontes***

A recuperação de dados foi realizada por meio da base de dados Biblioteca Virtual em Saúde e Psicologia (BVS-Psi) que direciona o acesso para às bases de dados Portal Nacional BVS Brasil em Saúde e SciELO - *Scientific Electronic Library Online*. Após essa pesquisa, a recuperação de dados também foi realizada diretamente na base de dados SciELO, para

averiguação de artigos que pudessem não ter sido indexados na pesquisa realizada por meio da BVS-Psi.

### ***Procedimento***

Para a recuperação dos artigos foi utilizado o descritor “comprometimento organizacional” em qualquer campo indexado. Para ter acesso ao cenário mais atual da produção científica do construto no Brasil foi delimitado o período de tempo de 2010 a 2015. Foram recuperados 51 artigos nas duas bases de dados, sendo que 8 eram indexados em ambas. Desses, foram analisados 26 artigos sendo que: 4 foram excluídos, pois relatavam pesquisas realizadas em Portugal; 18 por não apresentarem escopo compatível com o tema desejado. Além disso, é válido ressaltar que 3 utilizaram o comprometimento com a carreira como variável.

As informações analisadas foram: ano de publicação; áreas das revistas nas quais os artigos foram publicados; tipo de pesquisa; instrumentos utilizados; se houve diferenciação entre os sexos, idade do público pesquisado; o tipo de comprometimento investigado; e variáveis consequentes e antecedentes.

As análises priorizaram o foco quantitativo, sendo utilizadas informações e citações retiradas dos artigos para exemplificação.

### ***Resultados e discussões***

A primeira variável investigada foi o ano de publicação. Observamos que de 2010 a 2014 houve uma frequência constante no número de artigos publicados, variando de 4 (2013 e 2014) a 6 (2010). Já em 2015 houve uma queda, apresentando apenas 1 artigo publicado. O total de 26 artigos em 5 anos é relativamente alto, com base no número encontrado por Aguiar et al. (2014). Na Tabela 1 apresentamos a relação dos periódicos (revistas) onde os artigos que consideramos para análise neste estudo foram publicados:

Tabela 1: Periódicos onde os artigos foram publicados.

Revista	Número de artigos publicados
Psicologia, Organizações e Trabalho	5
Psico – USF	3
Psicologia: Teoria e Pesquisa	3
Revista de Psicologia	2
Avaliação Psicológica	2
Estudos de Psicologia	2
Arquivos Brasileiros de Psicologia	1
Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	1
Interação em Psicologia	1
Mudanças – Psicologia da Saúde	1
Psico	1
Psicologia: Reflexão e Crítica	1
Psicologia: Ciência e Profissão	1
Psicologia: Teoria e Prática	1
Trabalho, Educação e Saúde	1

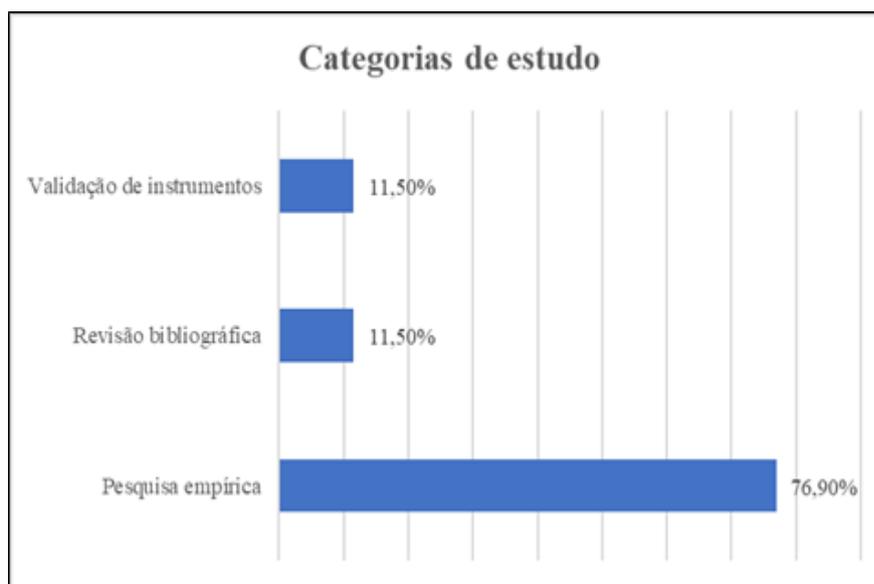
Fonte: *in loco*.

Em relação às revistas científicas apresentadas, os artigos sobre comprometimento organizacional foram encontrados em 15 diferentes periódicos. Há uma concentração em 3 delas (42,3%): Psicologia, Organizações e Trabalho, Psico-USF e Psicologia: Teoria e Pesquisa.

A revista Psicologia, Organizações e Trabalho tem como foco publicar estudos e pesquisas com temas relacionados ao comportamento humano no trabalho e os processos organizacionais que o envolvem, e é mantida pela SBPOT – Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho; a Psico-USF está ligada ao programa de pós-graduação da Universidade São Francisco, que é voltado para a área de avaliação psicológica, área que tem estreita ligação com a Psicologia Organizacional e do Trabalho; já o periódico Psicologia: Teoria e Pesquisa possui caráter generalista e está vinculado à UnB – Universidade de Brasília, que também tem ligação com a primeira revista citada. Tais fatores, provavelmente, podem explicar a razão da concentração do tema aqui estudado.

Sobre os tipos de trabalhos encontrados, houve grande concentração em pesquisas empíricas (76,9%), seguido por revisão bibliográfica (11,5%) e validação de instrumentos (11,5%), como se observa no Gráfico 1:

Gráfico 1: Categorias de estudo.



Fonte: elaborado pelo autor

Entre as pesquisas empíricas, destaca-se a coleta de dados por meio de escalas aliadas a questionários (80%). Aparece, ainda, a metodologia de estudo de caso (15%) e um trabalho utilizando grupos focais.

O método estudo de caso consiste em estudar um fenômeno dentro de um contexto específico (SCHIRMEISTER; LIMONGI-FRANÇA, 2012). Esse modelo de estudo sofre muitos preconceitos, sendo recusado por vários periódicos, devido a discussões em relação aos limites da generalização dos resultados (LEAL; AGUILLERA; MELO-SILVA, 2011). O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que se apoia na interação entre seus participantes que apresentam informações a partir de pontos fornecidos pelo pesquisador (MORGAN, 1988 apud RIBEIRO; TOLFO, 2011).

Ambas as metodologias implicam em populações menores sendo investigadas e em um determinado contexto, além de demandarem mais tempo para coleta de dados, tais características podem explicar porque os pesquisadores priorizam outros meios de coleta de dados.

Entre as pesquisas empíricas, apenas 3 (15%) se propuseram a apresentar resultados específicos para cada sexo. Porém, apenas um deles teve como foco pesquisar as especificidades de gênero.

Apoiados por estudos anteriores, Magalhães e Macambira (2013) tiveram o objetivo de estudar a relação entre estilos interpessoais, vínculos com a organização e a diferença entre os gêneros. Foram encontradas diferenças de estilos interpessoais entre homens e mulheres

relativos ao entrincheiramento organizacional, comprometimento organizacional afetivo e consentimento organizacional.

A Tabela 2 apresenta os instrumentos que foram utilizados nas pesquisas para avaliar o comprometimento.

Tabela 2: Instrumentos utilizados para avaliar comportamento organizacional.

Nome do instrumento	Quantidade
Construído pelo próprio autor do artigo	5
Escala de Comprometimento Afetivo ECOA (SIQUEIRA, 1992)	4
Sem instrumento (revisão)	3
Escala de Comprometimento Continuação ECOC (SIQUEIRA, 1992)	3
Escala de Comprometimento Normativo ECON (SIQUEIRA, 1992)	3
EICCO (MENEZES; BASTOS, 2010)	3
Medeiros (2003)	3
OCQ (MOWDAY, 1982)	2
ACS (MEYER; ALLEN; SMITH, 1993)	2
AFET (OCQ +ACS)	2
Questionário de Comprometimento Organizacional (sem especificação)	1
Instrumento sobre Entincheiramento	1
Escala Tridimensional de Meyer e Allen (1997)	1
Painel Longitudinal	1
EEC	1
Não indica	1
Grupos Focais	1
Escala de Consentimento Organizacional (E.C.O)	1

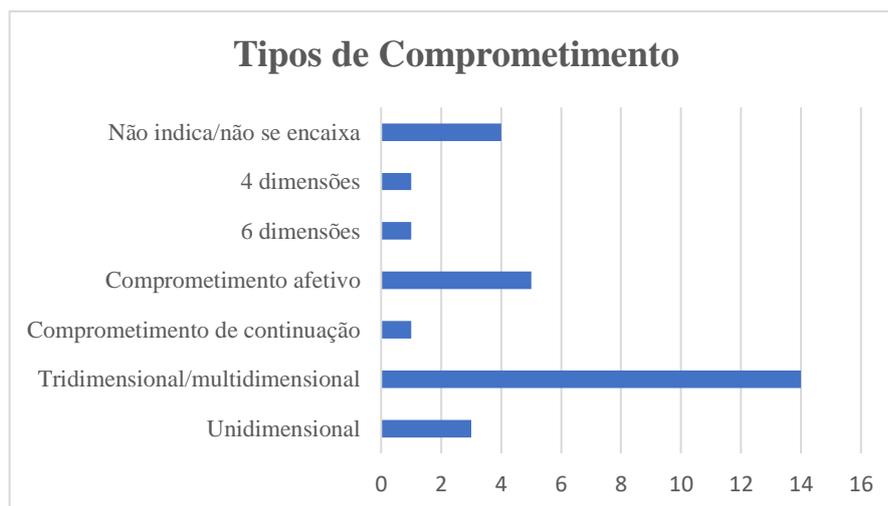
Fonte: *in loco*.

Observa-se que os instrumentos mais utilizados foram: a Escala de Comprometimento Afetivo - ECOA (SIQUEIRA, 1992), seguido pelas escalas ECOC (SIQUEIRA, 1992), ECON (SIQUEIRA, 1992), EICCO (MENEZES; BASTOS, 2010) e de Medeiros (2003), que construiu seu próprio instrumento.

Um ponto que vale destacar é que em 5 pesquisas (14,7%) o instrumento utilizado é do próprio autor, o que pode indicar a carência de instrumentos validados para estudos na área do comprometimento organizacional.

Outra questão interessante encontrada na análise dos artigos é a multiplicidade do constructo comprometimento. Ao todo foram encontrados 6 “tipos” de comprometimento organizacional estudados, como pode ser visto no Gráfico 2:

Gráfico 2: Tipos de comprometimento.



Fonte: *in loco*.

Entretanto, observa-se que ainda há predominância do comprometimento tridimensional de Meyer e Allen (1991), que abrange o comprometimento afetivo, normativo e instrumental/calculativo, apesar das inúmeras críticas que sofre (FILHO; MOURÃO, 2011; CARVALHO et al., 2011; MAGALHÃES; MACAMBIRA, 2013; AGUIAR et al., 2014;). Em seguida, há o estudo apenas do componente afetivo do comprometimento, tendência apontada por Aguiar et al. (2014). Destaca-se também que em 2 estudos o comprometimento afetivo faz parte do constructo bem-estar no trabalho (BET).

Na maioria das pesquisas empíricas encontradas (70%), o comprometimento aparece como variável consequente. Em 15% delas, ele é apontado como variável antecedente e nas outras pesquisas restantes (15%) ocupam ambas as posições, ou seja, o comprometimento é categorizado como variável consequente e antecedente. Entende-se variável antecedente como aquela que elicia, estimula ou reforça algum comportamento nos indivíduos e, em contrapartida, as variáveis consequentes são aquelas que resultam das ações dos indivíduos e podem ter efeitos de manutenção (reforçador) ou extinção (punição) de determinado comportamento (ANDERY; SÉRIO; MICHELETTO, 2009).

Em relação às variáveis com as quais o comprometimento se relaciona, há uma grande diversidade. No quadro 3 estão listadas todas as variáveis e indicado se foram estudadas como consequente ou antecedente do comprometimento:

Quadro 1: Comprometimento como variável consequente ou antecedente.

Variável	Posição
Valores Pessoais	Antecedente
Clima Social	Antecedente
Bases de Poder	Antecedente
Conflitos de Relacionamento	Antecedente
Conflitos de Tarefa	Antecedente
Longevidade no trabalho	Antecedente
Dimensões da Organização Positiva	Antecedente
Estilos Interpessoais	Antecedente
Vínculos Contratuais	Antecedente
Centralidade do Trabalho	Antecedente
Desenvolvimento de Carreira	Antecedente
Empregabilidade	Antecedente
Treinamento e Desenvolvimento	Antecedente
Segurança no emprego	Antecedente
Remuneração e Benefícios	Antecedente
Avaliação da Empresa	Antecedente
Interesses Ocupacionais	Antecedente
Presença de Deficiência	Antecedente
Características Sociodemográficas (escolaridade, idade, sexo...)	Antecedente
Intenção de Permanecer na Organização	Consequente
Comportamento Pró-ativo	Consequente
Impacto no Treinamento	Consequente
Práticas Intra-empresendedoras	Consequente
Qualidade de Vida no Trabalho	Consequente
Conflito Trabalho – Família	Consequente
Intenções de Afastamento da Organização	Consequente
Intenções de Dedicção à Organização	Consequente
Intenções de Sacrifício pela Organização	Consequente

Fonte: *in loco*.

Verifica-se que há predominância do estudo de variáveis antecedentes ao comprometimento, o que corrobora com o apontado por Magalhães e Macambira (2013).

Analisando qualitativamente os artigos encontrados, destacamos duas lacunas identificadas: a falta de concordância entre os autores em relação à dimensionalidade do constructo comprometimento organizacional e o distanciamento da interface entre teoria e prática da Psicologia Organizacional e do Trabalho e áreas afins em relação ao tema.

Em relação à primeira dificuldade, como mostrado no tópico acima, houve seis diferentes “tipos” de comprometimento sendo estudados. Ainda que haja prevalência do comprometimento tridimensional de Meyer e Allen (1991), a existência de tantos constructos sendo estudados no tema pode dificultar a compreensão da aplicabilidade dos resultados encontrados. Outros trabalhos não identificaram qual visão do constructo que eles estavam utilizando, considerando a multiplicidade do conceito já explicitada aqui, isso pode ser

considerado como uma falha metodológica, prejudicando e dificultando a compreensão e aplicabilidade dos resultados.

Sendo assim, a falta de unicidade do conceito pode prejudicar o profissional que busca nesses estudos informações de base para sua atuação, pois como ele pode atuar sobre um fenômeno se não compreendê-lo? Com isso, a busca por artigos adequadamente estruturados torna-se principal fonte de estudo para a criação de estratégias funcionais e condizentes com a realidade da organização na qual se atua, contudo, vale ressaltar que nossos achados apontam para a ausência de uma conceituação que possa ser considerada próxima do universal e, portanto, consolidada na literatura.

Assim, é importante que os pesquisadores se debruçam sobre o estudo do constructo comprometimento organizacional a fim de conceituá-lo o mais precisamente possível, considerando que ele é um comportamento humano e, portanto, passível de mudança, para que, depois, pesquisas sobre seus antecedentes e consequentes se tornem o foco dos estudos.

Apenas um dos trabalhos analisados citava diretamente as práticas de gestão de pessoas (treinamento), o que demonstra a segunda lacuna apresentada anteriormente, ou seja, a falta de pesquisas que foquem seus objetivos em políticas e práticas e atuações no setor de gestão de pessoas em relação ao comprometimento organizacional buscando uma relação de práxis cada vez mais intrínseca, sempre alinhadas com componentes teóricos bem construídos.

Visto que a área de gestão de pessoas é um ponto estratégico dentro de uma organização, uma vez que os trabalhadores apresentam-se como diferencial para o êxito da mesma dentro do contexto mercadológico, é importante que esse setor atue a partir de componentes teóricos sólidos, favorecendo que seus profissionais aprimorem suas ações. Importante ressaltar que os profissionais da área de gestão de pessoas possuem papel estratégico e primordial na garantia de benefícios para a organização e para os trabalhadores e tal objetivo só obterá sucesso se suas ações forem pautadas por estudos bem realizados metodologicamente, sendo assim, capazes de oferecer dados fidedignos e base teórica adequada para a atuação profissional.

Logo, é de suma importância que pesquisas posteriores possam se aproximar das práticas do setor, considerando as realidades que se apresentam para que seja possível construir saberes e instrumentos que possam, de fato, orientar e embasar as políticas e práticas de gestão de pessoas que são planejadas em cada contexto organizacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar e compreender o comportamento humano dentro dos contextos de trabalho configura-se como um grande desafio, por envolver características subjetivas individuais e complexas interações humanas e, dentro desse escopo, encontra-se a compreensão do comprometimento organizacional. Entender como esse fenômeno ocorre e quais as situações e condições envolvidas, apresenta-se também como um grande desafio para os estudiosos do comportamento humano no trabalho, em especial, aqueles profissionais que se dedicam aos subsistemas da administração de recursos humanos ou, mais modernamente, gestão de pessoas. Esse entendimento torna-se ainda mais difícil quando a explicação e compreensão do conceito ainda encontra-se em processo de construção, e, portanto, não havendo consenso sobre o mesmo.

De acordo com as análises realizadas frente aos textos encontrados, é possível considerar que o estudo sobre o comprometimento organizacional mantém sua importância dentro do campo de estudos da Psicologia Organizacional e do Trabalho, bem como da Administração de Empresas, e tende a crescer devido às características atuais do mundo do trabalho, que demandam trabalhadores cada vez mais comprometidos apesar da fragilidade das relações trabalhador-organização-trabalho e valorização de carreiras autônomas e de projetos empreendedores.

Uma das constatações ao estudar o comprometimento organizacional é a falta de consenso dos autores sobre o conceito. A falta de consenso pode dificultar a compreensão sobre o fenômeno, e assim sendo, pode também dificultar ações estratégicas dentro das organizações na busca do comprometimento do trabalhador com seu trabalho.

Apesar de existir predominância do modelo tridimensional proposto por Meyer e Allen (1991), os pesquisadores ficam limitados por suas lacunas, resultante da existência de inúmeros estudos, não necessariamente congruentes. Nesse contexto, surgem novos conceitos que visam sobrepor os limites do modelo tridimensional e tornar os estudos mais precisos; concomitante ao retorno do estudo do comprometimento como conceito unidimensional.

Algumas consequências da existência de trabalhadores comprometidos são conhecidas, como, por exemplo, a atribuição de significado mais positivo ao trabalho, o estabelecimento de interações pessoais mais saudáveis, a diminuição do absenteísmo e rotatividade, entre outras, e talvez por isso, as pesquisas se voltem mais para os antecedentes do comprometimento, ou seja, os fatores que motivam comportamentos comprometidos dentro do ambiente de trabalho. Porém, existem importantes lacunas nesse campo de estudo, ou seja, há necessidade de mais estudos sobre os fatores (internos e externos) que levam um indivíduo

a emitir e manter o comportamento comprometido e sobre as políticas e práticas de gestão de pessoas que favoreçam ou promovam o comprometimento dentro dos contextos de trabalho. Não menos relevante, evidencia-se também a necessidade de mais estudos sobre as consequências do comprometimento, tanto para os resultados organizacionais e relações de trabalho, como para os próprios trabalhadores.

Devido às dificuldades ainda encontradas no estudo do comprometimento organizacional, como sua conceituação e a importância de sua compreensão para o mundo corporativo, o tema deve permanecer constantemente estudado nas pesquisas, especialmente das áreas do Comportamento Organizacional, da Administração de Recursos Humanos ou Gestão de Pessoas, da Administração de Empresas e da Psicologia Organizacional e do Trabalho, em relação multiprofissional e interdisciplinar. Porém, torna-se importante atentar-se para que o conceito seja cada vez mais unificado, e, conseqüentemente, universalizado, evitando erros metodológicos e de aplicabilidade dos dados encontrados e, para que a teoria se aproxime ainda mais da prática, a fim de embasar ações dos profissionais da área de Gestão de Pessoas e auxiliá-los a ter uma atuação mais efetiva dentro das organizações de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, C. V. N. et al. Um estudo das relações entre conflito trabalho-família, comprometimento organizacional e entrincheiramento organizacional. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, v. 14, n. 3, p. 283-291, set. 2014. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572014000300004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000300004&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 02 out. 2018.

ANDERY, M. A.; SÉRIO, T. M. A. P.; MICHELETTO, N. **Comportamento e Causalidade**.

Laboratório de Psicologia Experimental, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. São Paulo: PUC. 2009. Disponível em:

<[http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/psicologia-experimental/comportamento\\_causalidade\\_2009.pdf](http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/psicologia-experimental/comportamento_causalidade_2009.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2018.

BASTOS, A. V. B.; MENEZES, I. G. Intenção de permanência na organização: um constituinte ou conseqüente do comprometimento organizacional?. **Rev. Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 15, n. 3, p. 299-307, dez. 2010. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000300010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000300010&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 02 out. 2018.  
<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300010>.

BALSAN, L. A. G. et al. A Influência do Comprometimento, do Entincheiramento e do Suporte à Transferência de Treinamento sobre o Impacto do Treinamento no Trabalho. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 6, p. 976-989, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/13316>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BALSAN, L. A. G. et al. Comprometimento e Entrincheiramento Organizacional: Explorando as Relações entre os Construtos. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. 2, p. 235-248, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/9942>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BOTELHO, R. D.; PAIVA, K. C. M. Comprometimento organizacional: um estudo no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1249-1283, out. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000500002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000500002>.

CAMARGO, M. L. Presenteísmo: denúncia do mal-estar nos contextos organizacionais de trabalho e de riscos à saúde do trabalhador. **R. Laborativa**, v. 6, n. 1 (especial), p. 125-146, abr. 2017. Disponível em: <<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1601>>. Acesso em: 03 out. 2018.

CARVALHO, P. et al. Comprometimento afetivo, de continuação e entrincheiramento organizacional: estabelecendo limites conceituais e empíricos. **Psicol. Teor. Prat.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 127-141, ago. 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872011000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.

CARVALHO-FREITAS, M. N. et al. Comprometimento organizacional e qualidade de vida no trabalho para pessoas com e sem deficiência. **Psico-USF**, Itatiba, v. 18, n. 1, p. 109-120, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712013000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000100012>.

COSTA, F. M.; BASTOS, A. V. B. Transformações em organizações de fruticultura irrigada e a dinâmica do comprometimento organizacional. **REAd. Rev. Eletrôn. Adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 675-708, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112013000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112013000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112013000300006>.

GENARI, D.; FACCIN, K.; MACKE, J. Mensuração do comprometimento organizacional em redes de indústrias vitivinícolas brasileiras. **REAd. Rev. Eletrôn. Adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 351-383, ago. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112013000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112013000200004>.

LEAL, M. S; AGUILLERA, F.; MELO-SILVA, L. L. Revista psicologia: organizações e trabalho - uma década de sua produção científica em análise. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 6-20, dez. 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572011000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A.; NASCIMENTO, S. Relação do Comprometimento Organizacional e da Satisfação no Trabalho de Funcionários Públicos Municipais. **Revista de**

**Administração Pública**, v. 51, n. 6, p. 947-967, 2017. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122017000600947&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122017000600947&script=sci_abstract)>.  
Acesso em: 03 out. 2018.

MAGALHÃES, M. O.; MACAMBIRA, M. O. Estilos interpessoais e vínculos com a organização: diferenças de gênero. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 44, n. 1, p. 99-102, 2013. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10660>>. Acesso em: 03 out. 2018.

MARTINS, G. S. F.; MOURÃO, L. A Relação entre Comprometimento Organizacional e Impacto do Treinamento no Trabalho. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 66-74, dez. 2011. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/22248>>. Acesso em: 03 out. 2018.

MENEZES, I. G.; BASTOS, A. V. B. Construção, desenvolvimento e validação da escala de intenções comportamentais de comprometimento organizacional (EICCO). **Aval. Psicol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 119-127, 2010. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712010000100013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000100013&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 03 out. 2018.

MENEZES, I. G.; BASTOS, A. V. B. Comprometimento organizacional atitudinal: um estudo empírico sobre a dimensionalidade do construto. **Estud. Psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 463-474, dez. 2011. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2011000400007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000400007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400007>.

MEYER, J. P.; ALLEN, N. J. A three-component conceptualization of organizational commitment. **Human Resource Management Review**, v. 1, n. 1, p. 61-89, 1991. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/105348229190011Z>>.  
[https://doi.org/10.1016/1053-4822\(91\)90011-Z](https://doi.org/10.1016/1053-4822(91)90011-Z).

MOSCON, D. B.; BASTOS, A. V. B.; SOUZA, J. J. É possível integrar, em um mesmo conceito, os vínculos afetivo e instrumental?: o olhar de gestores sobre o comprometimento com a organização. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 19, n. 61, p. 357-373, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302012000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302012000200010>.

OLIVEIRA, M. J. L. et al. Comprometimento organizacional e regime de remuneração: estudo em uma carreira pública de auditoria fiscal. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 72-101, out. 2014. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712014000500004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000500004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n5p72-101>.

OLIVEIRA, P. N.; ROWE, D. E. O. Organizational Commitment in the Public Sector: Review and Research Agenda. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.

12, n. 2, p. 43-54, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/pca/article/view/11355>>. Acesso em: 03 out. 2018.

OLIVEIRA, G. A.; COSTA, I. S. A.; BOUZADA, M. A. C.; SALLES, D. M. R. Commitment: A Study of Public and Outsourced Servers Organizational of a Brazilian Public University. **Reuna**, v. 23, n. 2, p. 60-76, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51157/comprometimento-organizacional--estudo-com-servidores-publicos-e-terceirizados-de-uma-ifes/i/pt-br>>. Acesso em: 03 out. 2018.

PEIXOTO, A. L. A. et al . Comprometimento e consentimento organizacional: um estudo da validade discriminante dos construtos. **Psico-USF**, Itatiba, v. 20, n. 1, p. 51-61, abr. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712015000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712015000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200105>.

PINHO, A. P. M.; BASTOS, A. V. B.; ROWE, D. E. O. Diferentes Vínculos Indivíduo-Organização: Explorando Seus Significados entre Gestores. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3ª E. Especial, p. 288-304, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84042634004>>. Acesso em: 03 out. 2018.

RIBEIRO, A. D. S.; TOLFO, S. R. Estagiários, vínculos e comprometimento com as organizações concedentes de estágio. **Arq. Bras. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 15-25, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672011000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.

RIBEIRO, J. A.; BASTOS, A. V. B. Comprometimento e justiça organizacional: um estudo de suas relações com recompensas assimétricas. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 4-21, mar.2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.

RODRIGUES, A. C. A. **Do comprometimento de continuação ao entrincheiramento organizacional**: o percurso de validação da escala e análise da sobreposição entre os construtos. 210 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Salvador, BA, Brasil, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Mario%20Camargo/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Ana+Carolina+Rodrigues.pdf](file:///C:/Users/Mario%20Camargo/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana+Carolina+Rodrigues.pdf)>.

RODRIGUES, A. C. A.; BASTOS, A. V. B. Problemas conceituais e empíricos na pesquisa sobre comprometimento organizacional: uma análise crítica do modelo tridimensional de J. Meyer e N. Allen. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 129-144, dez. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572010000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572010000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.

ROWE, D. E. O.; BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M. Múltiplos comprometimentos com o trabalho e suas influências no desempenho: um estudo entre professores do ensino superior no Brasil. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 501-521, set. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-)

92302013000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302013000300008>.

SCHIRRMEISTER, R.; LIMONGI-FRANCA, A. C. A qualidade de vida no trabalho: relações com o comprometimento organizacional nas equipes multicontratuais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 283-298, dez.2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572012000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.

TRALDI, M. T. F.; DEMO, G. Comprometimento, bem-estar e satisfação dos professores de administração de uma universidade federal. **REAd. Rev. Eletrôn. Adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 290-316, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112012000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112012000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112012000200001>.

## REVALUATION OF MINIMUM WAGES IN MEXICO AND ITS FINANCIAL IMPACT ON ORGANIZATIONS AND PRIMARILY ON SMES

## REVALORIZACIÓN DE LOS SALARIOS MÍNIMOS EN MÉXICO Y SU IMPACTE FINANCIERO EN LAS ORGANIZACIONES Y PRIMORDIALMENTE A LAS PYMES

José G. Vargas-Hernández, M.B.A; Phd. <sup>1</sup>

Dr. Rafael Casas Cárdenaz <sup>2</sup>

Rebeca Almanza Jiménez <sup>3</sup>

### ABSTRACT

The development of this work is aimed at emphasizing the devaluation suffered by the general minimum wage in Mexico, highlighting the need for its revaluation as a response to the economic marginalization of vulnerable sectors and regions with greater lag in the country, as well as a to stop the deterioration of the wage-earners' living standards mainly, taking into account the demands of nations with respect to the new Agreement between the United States, Mexico and Canada (USMCA). However, its recovery must be planned through a gradual process that allows the progressive adaptation with respect to its economic impact. For this, a qualitative and quantitative analysis was carried out, describing its deterioration, the loss of purchasing power, proposing a restitution scheme in a period of six years to avoid affecting financially organizations and SMEs mainly.

**KEYWORDS:** National index of consumer prices; inflation; purchasing power; SMEs and minimum wage.

### RESUMEN

El desarrollo del presente trabajo está dirigido a enfatizar la desvalorización que ha sufrido el salario mínimo general en México, resaltando la necesidad de su revalorización como una respuesta a la marginación económica de sectores vulnerables y regiones con mayor rezago en el país, así como una forma de frenar el deterioro del nivel de vida de los asalariados principalmente, atendiendo de igual forma las exigencias de naciones respecto al nuevo Acuerdo Estados Unidos, México y Canadá (USMCA). Sin embargo, su recuperación debe ser planeada mediante un proceso gradual, que permita la adaptación progresiva respecto a su impacto económico. Para ello se realizó un análisis cualitativo y cuantitativo, describiendo su deterioro, la pérdida del poder adquisitivo, proponiendo un esquema de restitución en un periodo de seis años para evitar que afecte financieramente a las organizaciones y a las pymes principalmente.

**PALABRAS CLAVE:** Índice nacional de precios al consumidor; inflación; poder adquisitivo; pymes y salario mínimo.

<sup>1</sup>Universidad de Guadalajara, CUCEA. Email: [josevargas@cucea.udg.mx](mailto:josevargas@cucea.udg.mx)

<sup>2</sup>Instituto Tecnológico de Lázaro Cárdenas Lázaro Cárdenas, Michoacán México. Email: [cacrcpc@hotmail.com](mailto:cacrcpc@hotmail.com)

<sup>3</sup>Instituto tecnológico de Lázaro Cárdenas Lázaro Cárdenas, Michoacán México. Email: [rebeca\\_aj@hotmail.com](mailto:rebeca_aj@hotmail.com)

## **INTRODUCTION**

In recent years, the issue of the minimum wage has been the subject of discussion in Mexico, by different sectors of the political, journalistic, business organizations, among others. Currently with the process of signing the new Agreement United States, Mexico and Canada (USMCA), is a central theme that was discussed, derived from the abysmal difference with these countries. The reality is that for Mexicans it has represented the gradual loss of purchasing power, affecting mainly vulnerable sectors, such as the countryside and marginalized areas in federal entities, which in accordance with the data for 2016 of (CONEVAL), National Council of Evaluation of the Social Development Policy (2017), Chiapas concentrates a poverty rate of 77.10% of its population, Oaxaca 70.4%, Guerrero 64.4%, Puebla 59.4%, Michoacán 55.3% and Veracruz 62.2%, these being the highest impact.

The general minimum wage in effect for 2018 in Mexico is 88.36 pesos for a workday of 8 daytime hours, equivalent to 4.63 dollars, of the United States of America at the exchange rate of 19.06 pesos, published in the Official Gazette of the Federation of August 30 of the current year. The above has aroused controversy on the subject, reflecting the deterioration of the population's standard of living, generating different positions, without presenting a coherent plan for the recovery of purchasing power, which does not imply a financial impact on organizations, primarily in small and medium-sized companies, where appropriate, give rise to an inflationary effect.

Therefore, the appreciation of minimum wages in Mexico cannot be postponed. According to figures from CONEVAL (2017), there are 53.4 million people in the poverty level and 9.4 in extreme poverty. This research is aimed at the general, in order to demonstrate its devaluation. However, the proposed recovery must be planned, structured and applied gradually, so that there is a benefit to the working class and the productive sector has a process of adaptation, mainly that these changes allow a period of maturity of the business sector, including SMEs, a sector vulnerable to changes that impact their economic results.

## **BACKGROUND**

Minimum wages in Mexico are regulated in article 123 of the political constitution of the United Mexican States, section VI, which in its second paragraph says that the general minimum wages must be sufficient to satisfy the normal needs of a head of family, in the material, social and cultural order, and to provide the compulsory education of the children. The minimum professional salaries will be set considering, in addition, the conditions of the

different economic activities. It also establishes that they are set by a national commission composed of representatives of workers, employers and the government, which may be assisted by special advisory committees that it deems essential for the best performance of its functions.

The deterioration of the purchasing power from the seventies was aggravated, because to determine its increase has been considered as a benchmark inflationary indicator during the year. However, in some of them the price index far exceeded minimum wages established, causing a detriment in its value, such is the case of the periods of 1995 and 1988, in which the burden of the crisis was transferred to the workers who obtained this remuneration or a small amount higher than this, being the way that a reduction in remuneration has gradually accumulated. Then, the effect is shown in these periods, through the application of the national consumer price index (NCPI) and the general minimum wage (SMG).

Table 1: Inflationary effect and detriment of the general minimum wage

Inflationary effect				detriment of the general minimum wage				
Period	NCPI		Inflationary Effect	Period	SMG		percentage increase	Loss vs Inflation
NCPI December 1995	43.471	-1	51.97%	SMG 1995	\$ 20.15		31.96%	20.01%
NCPI December 1994	28.605			SMG 1994	\$ 15.27			

Source: Own elaboration with data taken from the official newspaper of the federation (2011) and <https://www.gob.mx/conasami>

It was taken as an example from December 1994 to the same month of 1995, to measure the relative to a period of twelve months and as observed the inflation presented in this period was 51.97%, a very high figure, while the general minimum wage was only increases 31.96%, which represents a 20.01% lower. The indexes published in the official newspaper of the federation corresponding to these months were considered. This effect was given in different periods, in some with greater or lesser impact, as an example the year of 1988 is presented with a loss superior to the previous case.

Table 2: Inflationary effect and detriment of the general minimum wage

Inflationary effect				detriment of the general minimum wage				
Period	NCPI		Inflationary Effect	Period	SMG		percentage increase	Loss vs Inflation
NCPI December 1988	11.963	-1	51.66%	SMG 1988	\$ 7.765	-1	20.02%	31.65%
NCPI December 1987	7.888			SMG 1987	\$ 6.47			

Source: Own elaboration with data taken from the official newspaper of the federation (2011) and <https://www.gob.mx/conasami>.

In this period, the inflationary effect is 51.66%, very similar to the previous case. However, the increase to the minimum wage is 20.02% in relation to the previous one, which

causes a percentage loss of 31.65% compared to the indicator of increase in prices. In this way, the loss of purchasing power was experienced, mainly impacting on the lowest salaries, derived from the link between minimum wage increases and other remunerations above these. In the resolution of mathematical operations equally, the unit is subtracted to determine the effect by the passage of time, separating the value taken as the basis for its measurement.

It is absurd to think that the minimum wages currently in force, both general and professional, are sufficient to cover the basic needs of a family, related to housing, food, education, clothing and health as established in the Political Constitution of the United Mexican States. This problem in some way directly affects the migration of workers to the United States, the concentration of the population in large cities, the abandonment of the countryside, as well as school drop-out which in turn are the cause of other social problems in an environment with high rates of poverty and marginalization.

### ***Approach and delimitation of the problem***

The present research work is aimed at highlighting the loss of the purchasing power of the general minimum wage over the last four decades, which urgently requires their recovery as already mentioned, through an orderly process to avoid financially drastic impact to organizations, specifically to SMEs. Likewise, to stop the deterioration of the standard of living of the most vulnerable sectors in the country such as the countryside, indigenous communities, domestic work, regions of greater marginalization, as well as to increase competitiveness in this area with the countries of the North, with the that Mexico has concluded trade agreements. The question that arises as a result of this problem is whether a gradual revaluation of the general minimum wage in an orderly and structured way, will avoid a financial impact that affects the business sector and specifically SMEs.

### ***Research objective***

Analyze the devaluation of the general minimum wage in Mexico, to propose an orderly and structured gradual revaluation scheme, avoiding a high financial impact in organizations, mainly in SMEs, but also to restore the purchasing power to workers.

### ***Justification***

In Mexico, by Constitutional provision in article 123 section VI, currently in effect, the minimum wages that workers must enjoy will be general or professional, and are established

by a national commission composed of representatives of workers, employers and government. It may be assisted by special commissions of an advisory nature that it deems indispensable for the best performance of its functions. However, its detriment over the last four decades has affected vulnerable sectors, aggravating the poverty indicators in the areas with the greatest marginalization in the country and the purchasing power of the working class has generally deteriorated. On the other hand, worryingly, it is observed that, comparing with other Latin American nations, the penultimate place is occupied as shown graphically in the following image.

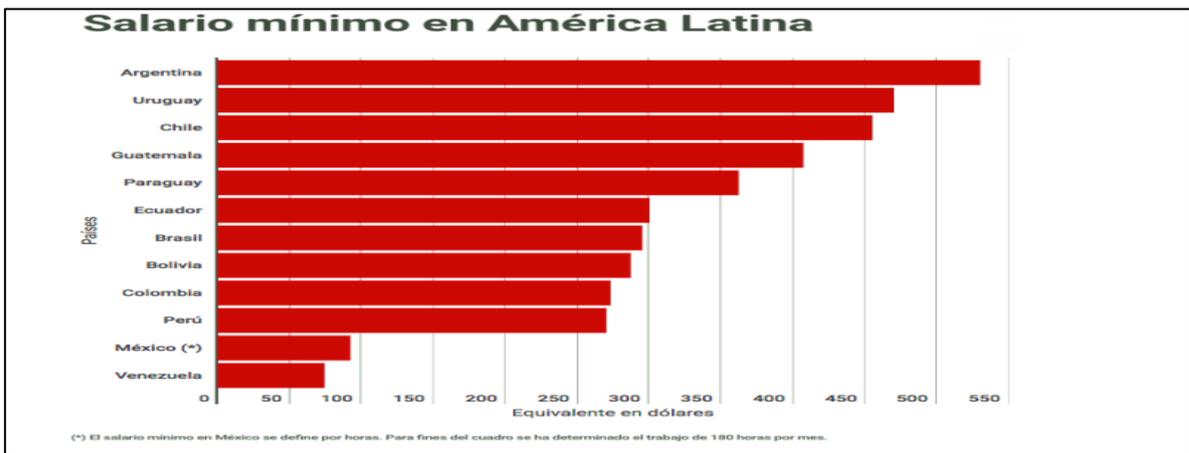


Figure 1: Minimum wage in Latin America (Monthly).  
Source: EXPANSIÓN in Alianza con CNN (2018)

Argentina and Uruguay are the ones with the highest pay, at the end of the graph is Venezuela, followed by Mexico, which currently has a minimum wage of 88.36 pesos per day, well below the next country, which is Peru. It is understood the reason why the United States of America and Canada, insisted on this issue in the negotiations of the free trade agreement just concluded. In states such as Chiapas, Oaxaca and Guerrero the results are alarming, the level of marginalization creates a worrying gap in relation to others, even though there is a distribution that reflects poverty indicators. In the following image, an ignored economic reality is presented and demands its immediate attention, in the different states.

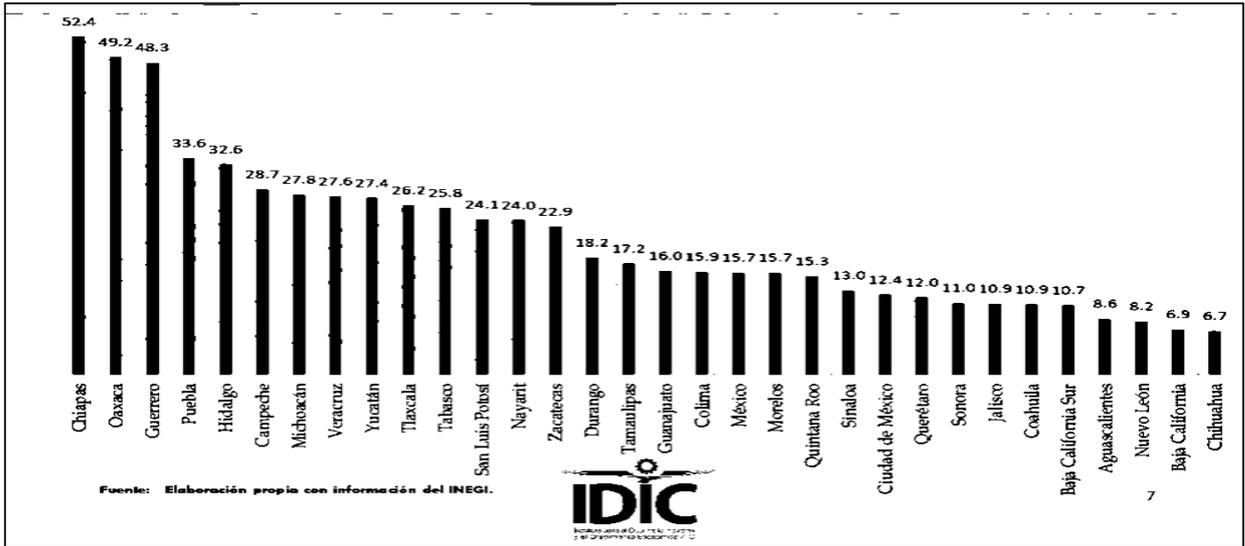


Figure 2: Percentage of the employed population that does not receive income and with incomes of up to 1 minimum wage.

Source: Institute for Industrial Development and Economic Growth A.C. (2017).

The state of Chiapas has a population that does not receive income and up to a minimum wage of 52.4%, Oaxaca with 49.2%, Guerrero with 48.3%, which are considered to have a higher rate of poverty and marginalization. In all of them it is common the emergence of social problems, in the face of government backwardness and indifference. Puebla and Hidalgo have an indicator above 30%, Campeche, Michoacán, Veracruz, Yucatán Tlaxcala, Tabasco, San Luis Potosi, Nayarit and Zacatecas show figures above 20%, mainly improving the areas where industrial development has flourished. Lacking sufficient resources will cause school dropout, it will also impact on the migration of workers to the United States of America, as well as to centers of economic growth in the country, leaving remote populations and the countryside, which causes agglomeration in the main cities of the country. country.

**THEORETICAL FOUNDATIONS**

*National consumer price index.*

The measure of inflation that is most used in the United States according to Samuelson & Nordhaus (2007), is the consumer price index, also called IPC, which they define as a measure of the average change, with respect to time, of the prices they pay urban consumers by a market basket of consumer goods and services. The market basket includes the prices of food, clothing, shelter, fuel, transportation, medical care, tuition and other goods and services purchased for everyday life. Prices of 364 separate classes of goods and services are collected in 23,000 establishments in 87 areas of that country.

According to the National Institute of Statistics and Geography (INEGI, 2013), the national consumer price index measures the average change in the prices of a fixed basket of goods and services purchased, which is representative of the expenditure on goods and services for the consumption of urban homes in the country over time. According to the Bank of Mexico (nd) the National Consumer Price Index (NCPI) is an economic indicator that is used recurrently, whose purpose is to measure over time the price variation of a fixed basket of goods and services representative of household consumption.

The national price index allows measuring the variation that is originating in the value of goods and services, as a result of the increase in prices, in Mexico it is calculated by the National Institute of Statistics and Geography (INEGI), for which it quotes at least 1,000 products in 30 cities with more than 20,000 inhabitants of 20 states. However, it is an estimated average, for this reason it does not reflect 100% of reality. Also, taking into account that the monetary authorities establish the inflationary goal, a situation that allows manipulation by not considering goods with greater mobility in prices such as gasoline and other oil products, because according to information García (2018) Premium gasoline in December 2012 to August 2018 increased by 80.7%, the magna 76.8% and diesel 81.4%, while the price index officially determined during the same period increased only 24.72%.

The previous increases to fuels and the price index give rise to the comment that the official inflation issued by the INEGI does not reflect the reality, because when fuels increase, the price of goods and services increases directly, as a consequence of the change in the cost of production in the industry and transport services.

### ***Inflation***

Due to the economic importance of the country, it is very important to mention that for the Bank of Mexico (sf.), Inflation is the sustained and generalized increase in the prices of goods and services of an economy over time. The increase of a single good or service is not considered as inflation. If all the prices of the economy increase only once, this is not inflation either. Inflation is a generalized and continuous increase in the general level of prices of goods and services in the economy. Inflation is usually calculated as the percentage change in the consumer price index (CPI), which measures the average prices of the main consumer items (Gutierrez & Zurita, 2006).

For his part Samuelson & Nordhaus (2007), mentions that inflation occurs when the general level of prices rises. It also states that inflation shows different levels of severity.

The usual thing is to classify them into three categories: low inflation, galloping inflation and hyperinflation, the first with single-digit rates, the second ranges between two and three digits and the third is highlighted by the disastrous increase in prices.

The above definitions agree that inflation consists of the generalized increase in prices, which causes products mainly of the basic basket to increase their value, causing a deterioration in the standard of living in sectors whose salaries are equal to the minimum or little more, because they do not increase in the same proportion as said goods. In Mexico in recent years, a control has been maintained in this indicator at one-digit levels. However, in previous periods, specifically the decade of the eighties, the figures were alarming, prompting that in 1992 the elimination was decreed of three zeroes to the weight, entering into force this provision in 1993. Said measure aimed at stabilizing the economy, given the high value of goods and services, which to acquire a large amount of money was needed.

### ***Purchasing power***

Purchasing power is the value of a currency expressed in terms of the quantity of goods or services that a unit of money can buy. Purchasing power is important because, other things being equal, inflation decreases the amount of goods or services that could be purchased (Céspedes, 2017). The purchasing power is the availability of resources that a person has to satisfy their material needs. In other words, the purchasing power is associated with the income of the subject to specify the purchase of goods or the contracting of services. Therefore, it is the availability of resources that a person has to satisfy their material needs (Pérez & Gardey, 2015).

The purchasing power of families, determinant of poverty levels, depends on the evolution of prices. Up to now, the Bank of Mexico has made important efforts to avoid further pressure, but it is evident that the dynamics expected for the coming months anticipate an impact on the real wages of workers, especially since prices continue to rise (González, 2017).

The aforementioned authors associate purchasing power with the ability of a person or family to meet their needs through the purchase of goods and services, is directly linked to their income. However, over time inflation has exceeded percentage of this availability, affecting their standard of living by reducing wages, in the same way contributing to higher marginalization and poverty rates.

### ***SMEs***

Companies are a source of income for workers, suppliers, government and businessmen, promote the economic development of society, contribute to the sustainability of public services, represent a means for personal fulfillment or satisfaction, and foster the capacity and development of skills, as well as investment and capital formation (Münch, 2006). The Ministry of Economy (2010), in Mexico, defines small businesses as those businesses dedicated to trade, which has between 11 and 30 workers or generate annual sales of more than 4 million and up to 100 million pesos. It also says that they are independent entities, created to be profitable, whose objective is to dedicate themselves to the production, transformation and / or provision of services to satisfy certain needs and desires existing in society.

The medium enterprises according to the economy secretariat (2010), are the businesses dedicated to trade that have from 31 to 100 workers, and generate annual sales that go from 100 million and can exceed up to 250 million pesos. In addition, it points out that they are economic units with the opportunity to develop their competitiveness based on the improvement of their organization and processes, as well as improving their business skills. Pyme is the acronym for small and medium enterprises. It is a commercial, industrial or other company that has a small number of workers and that registers moderate income (Pérez & Gardey, 2009).

The above definitions start in principle with the conceptualization of the company, highlighting its role as a source of income for workers, first, then suppliers and finally the government. The minimum wage is the central theme of the present investigation, a means of subsistence that must cover the basic needs of wage earners. Subsequently, the SME is described, the authors agreeing to describe them considering the number of workers and the amount of their income, without taking into account their administrative and therefore competitive limitations, which makes them vulnerable to drastic changes in the environment.

### ***Minimum Wage***

In Mexico, in accordance with article 90 of the federal labor law (2015), minimum wage is the minimum amount that the worker must receive in cash for the services provided in a work day. It also mentions that it should be sufficient to satisfy the normal needs of a head of family in the material, social and cultural order, and to provide for the compulsory education of the children.

The minimum wage includes a benchmark of the irreducible economic amount that, by legal mandate, every person who performs personal and subordinate work must daily receive, in order to satisfy their basic needs and those of their family, in the material, social and cultural order, and to provide compulsory education for their children, as established in article 123 of the Constitution, section A, section VI (National Human Rights Commission, 2018). The minimum wage has been defined as the minimum amount of remuneration that an employer is obliged to pay its employees for the work they have done during a given period, an amount that cannot be reduced by virtue of a collective agreement or an individual agreement (International Labor Organization, nd).

The literature consulted agrees that the minimum wage is the lowest amount that a worker must receive by legal disposition, enough to cover the primary needs of a family, a situation that in Mexico has gradually moved away from reality, its deterioration has reached very worrisome levels, due to its impact mainly in some states of the republic already mentioned, where the level of marginalization and impoverishment is increasing every year, also generating social problems, such as food, education, justice among others.

### ***The Unit of Measurement and Update (UMA)***

In accordance with the official newspaper of the federation of December 30, 2016, UMA is the Measurement and Update Unit that is used as the unit of account, index, base, measure or reference to determine the amount of payment of obligations and assumptions provided in the federal laws, the federal entities and the City of Mexico, as well as in the legal dispositions that emanate from said laws.

The Unit of Measurement and Update (UMA) is an approved economic reference and used since January 27, 2016. It was introduced to replace the scheme times the minimum salary (VSM), with which the payment of obligations as fines was calculated, the credits of the INFONAVIT and even the personal deductions. It was created with the aim that an increase in the minimum wage of the workers did not have such a marked inflationary impact, since increasing it not only increased salaries, but also fiscal obligations (Álvarez, 2018).

This economic reference as described in the literature consulted, comes to benefit in the payment of obligations, including those of a fiscal nature. However, it affects workers in the limit of the base salary of contribution. Therefore, in the determination of pensions and their subsequent increase. In the same way, it can impact on some benefits that according to the contract are linked to it.

## **METHODOLOGY**

The methodology used for the development of this research was based on a qualitative and quantitative analysis, based on electronic, literary and scientific sources, as well as governmental and journalistic statistical information, obtaining the information considered relevant to solve the problems raised in the present work. It is considered a descriptive study because it provides valuable information regarding the loss of value of the minimum wage in Mexico, as well as its impact derived from an unscheduled adjustment.

The quantifiable treatment in this research is present when analyzing the variations and effects that have affected the minimum wage, by using economic indicators, as mentioned by Hernández, Fernández & Baptista (2014). The quantitative approach uses data collection to test hypotheses based on numerical measurement and statistical analysis, in order to establish patterns of behavior and test theories. To determine the impact, the data was taken from the year 1970 to date, updating the historical values with the national consumer price index, using the base December 2010, for practical reasons, as from July 2018 a new one is implemented. The foregoing in order to make a comparison with the current amounts and define the loss of purchasing power.

## **ANALYSIS OF RESULTS**

In the background of this research, it was analyzed how the inflationary effect in the years taken as an example, exceeds the percentage increase of the minimum wage, causing a loss in purchasing power, since prices have increased above the increases in this retribution. Over the years, this differential has contributed to the impoverishment of the most vulnerable groups, such as day laborers in the countryside, indigenous communities, workers in rural areas and populations far from areas of development, accentuating more in states such as Chiapas, Oaxaca and Guerrero, in which the situation is worrisome. To illustrate in a reliable manner, the impact of the six-year period from 1982 to 1988 is determined (See table 3).

In this period being President of Mexico Mr. Miguel de la Madrid Hurtado, the inflationary effect is 3,709.87% compared to the percentage increase in salary, of 2,033.24%, generates a differential of 1,676.63%, producing a very strong impact on the power purchasing of employees in general, because the increase to a certain extent serves as a reference for others with higher salaries.

Table 3: Inflationary effect and detriment of the general minimum wage

Inflationary effect			detriment of the general minimum wage					
Period	NCPI		Inflationary Effect	Period	SMG		percentage increase	Loss vs Inflation
NCPI December 1988	11.963	-1	3709.87%	SMG 1988	\$ 7.765	-1	2033.24%	1676.63%
NCPI December 1982	0.314			SMG 1987	\$ 0.364			

Source: Own elaboration with data taken from the official newspaper of the federation (2011) and [http://insyde.org.mx/wp-content/uploads/2013/08/salario\\_minimo\\_en\\_mexico.pdf](http://insyde.org.mx/wp-content/uploads/2013/08/salario_minimo_en_mexico.pdf)

The disparity between the previous percentage figures, proves the decrease in the purchasing power and the level of life of the workers, who finally have gradually loaded the weight of national economic disorders and those generated in the international arena. In the resolution of the mathematical operations equally, the unit is subtracted to determine the effect only by the passage of time, separating the value taken as the basis for its measurement (see table 4).

Table 4: Inflationary effect

Inflationary effect		
Period	NCPI	Update factor
NCPI December 2017	130.813	8056.73
NCPI January 1970	0.016236489142	

Source: Own elaboration with data taken from the Official Gazette of the Federation (2011)

In the previous table, the update factor is determined by the national consumer price index expressed according to the base of the second half of December 2010, which was set at 100, published in the official newspaper of the federation (Diario Oficial de la Federación, 2011), corresponding the period from January 1970 to the last month of 2017. The result of the previous operation reflects an inflationary impact for the period of time of 8,056.73, this indicator shows the effect due to the time taken for the calculation, applying the official information, that could be different from the real, for this it would be necessary to develop a new investigation (See table 5).

Table 5: Minimum wage update to December 2017

Minimum wage update from 1970 to december 2017	
SMG year 1970	0.032
(*) Update factor	8056.73
(=) Salary updated to december 2017	257.82

Source: Own elaboration

When applying to the general minimum wage corresponding to 1970 the update factor determined according to the previous table, the value is obtained considering the effect derived from the passage of time, resulting in an amount of \$ 257.82, two hundred and fifty-seven pesos 82 cents, much higher to the \$ 88.36 eighty-eight pesos 36 cents in force for this year of 2018. The above produces a devaluation of \$ 169.46, one hundred and sixty-nine pesos with 46 cents, deterioration that generates a decrease in the standard of living of workers and the disproportionate increase of the levels of poverty in the aforementioned areas, which in turn are the source of other problems of a social nature. Therefore, it is urgent to establish a gradual recovery mechanism, which allows organizations and mainly SMEs, to have a period of maturity, to avoid financial problems.

The difference for the devaluation of 169.46, it is advisable to distribute in the following 6 years of government proportionally, considering the inflationary effect with the purpose of not losing value. In recent years, Mexico has maintained this indicator in one digit and the distribution of the projected adjustment proposed is shown in the following table 6.

Table 6: Distribution of the adjustment for the devaluation of the updated minimum wage.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Difference due to devaluation of the general minimum wage</b>	<b>169.46</b>	<b>181.32</b>	<b>194.01</b>	<b>207.60</b>	<b>222.13</b>	<b>237.68</b>	<b>254.31</b>
<b>Estimated annual inflation</b>	<b>7%</b>						
<b>Annual inflationary effect</b>	<b>11.86</b>	<b>12.69</b>	<b>13.58</b>	<b>14.53</b>	<b>15.55</b>	<b>16.64</b>	<b>17.80</b>
<b>Difference mor inflationary effect</b>	<b>181.32</b>	<b>194.01</b>	<b>207.60</b>	<b>222.13</b>	<b>237.68</b>	<b>254.31</b>	<b>272.12</b>

Source: Own elaboration

In the previous table, the determined difference is updated for each year considering an estimated annual inflation of 7%, since when distributed proportionally in the following federal government period, it would retain its value. At the time the real indicator would be applied, in this way the minimum wage would maintain its value. It begins in 2018, because it is the base year to determine the one that will remain valid for the following period. Next, the [Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 n° 20, Vol. 01, pp. 115-134 ISSN 1983-5000](#)

percentage to be increased to the general minimum wage determined each year, to compensate the accumulated loss is shown. That is, the amount per adjustment that must be added to the amount established by the national minimum wage commission.

Table 7: Increase per year to the minimum wage, from the proposed adjustment.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Difference mor inflationary effect</b>	<b>194.01</b>	<b>207.6</b>	<b>222.13</b>	<b>237.68</b>	<b>254.31</b>	<b>272.12</b>
<b>Previous year increase</b>		<b>32.34</b>	<b>39.99</b>	<b>43.69</b>	<b>46.89</b>	<b>50.20</b>
<b>Basis of calculation</b>	<b>194.01</b>	<b>239.94</b>	<b>262.12</b>	<b>281.37</b>	<b>301.20</b>	<b>322.32</b>
<b>Percent to increase per year</b>	<b>16.67%</b>	<b>16.67%</b>	<b>16.67%</b>	<b>16.67%</b>	<b>16.67%</b>	<b>16.67%</b>
<b>Amount to increase the minimum wage per year</b>	<b>32.34</b>	<b>39.99</b>	<b>43.69</b>	<b>46.89</b>	<b>50.20</b>	<b>53.72</b>

Source: Own elaboration.

This table reflects the amount that, in addition to the established minimum wage, would be increased to gradually pay the accumulated devaluation in the reference period, starting from the current increase for the year 2019. This in turn taking into account the estimated inflation considered for this case, it would maintain the following behavior.

Table 8: Increase per year to the minimum wage estimated according to inflation.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>General minimum wage</b>	<b>88.36</b>	<b>94.55</b>	<b>101.16</b>	<b>108.24</b>	<b>115.82</b>	<b>123.93</b>	<b>132.60</b>
<b>Estimated inflation</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>
<b>Increase for the following year</b>	<b>6.19</b>	<b>6.62</b>	<b>7.08</b>	<b>7.58</b>	<b>8.11</b>	<b>8.68</b>	<b>9.28</b>
<b>General minimum salary the following</b>	<b>94.55</b>	<b>101.16</b>	<b>108.24</b>	<b>115.82</b>	<b>123.93</b>	<b>132.60</b>	<b>141.89</b>

Source: Own elaboration.

The calculations begin in 2018, as mentioned above, since it is the basis for determining the general minimum wage that will be in effect for the following year. 7% of estimated inflation is applied in each of the years. In this way, its value is maintained at least coincident with the official data, which does not precisely prove that it is the real one. Finally, the following table summarizes how the projected minimum wage would be, considering the annual increase due to inflation, plus the adjustment per year derived from the accumulated devaluation.

Table 9: Minimum estimated salary plus the proposed adjustment.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>General minimum wage</b>	<b>94.55</b>	<b>101.16</b>	<b>108.24</b>	<b>115.82</b>	<b>123.93</b>	<b>132.60</b>
<b>Adjustment for annual depreciation</b>	<b>32.34</b>	<b>39.99</b>	<b>43.69</b>	<b>46.89</b>	<b>50.20</b>	<b>53.72</b>
<b>Adjustment for devaluation previous years</b>	<b>0.00</b>	<b>32.34</b>	<b>72.33</b>	<b>116.02</b>	<b>162.91</b>	<b>213.11</b>
<b>General minimum salary with adjustment to be paid</b>	<b>126.89</b>	<b>173.49</b>	<b>224.26</b>	<b>278.73</b>	<b>337.04</b>	<b>399.43</b>

Source: Own elaboration

The above calculations consider the increase in the minimum wage taking into account the estimated inflationary effect each year, as well as the adjustment for devaluation, applied in the six-year government period, in order to recover the accumulated loss in the analysis time of the present work, achieving in this way compensating in part the purchasing power of the remunerations in general, as well as improving the quality of life in the areas of greatest poverty. This allows organizations and mainly SMEs to have a period of gradual increase to avoid financial problems by drastically raising their labor costs and taxes on salaries such as worker - employer contributions to the Mexican Social Security Institute, tax on outlays for remuneration to personal work, provided under the direction and dependence of an employer, and contributions to the national housing fund for workers.

The following table shows a calculation of the monetary effect, considering the minimum wage in force for this year 2018, integrating with the minimum benefits established in the federal labor law in this example, for the payment of employer's fees as the legislation indicates, of the social security (IMSS), the institute of the national fund for housing for workers (INFONAVIT), and the tax on outlays for remuneration to personal work, provided under the direction and dependence of an employer (payroll tax). It is necessary to mention that the unit of measurement and updating (UMA) was approved on January 27, 2016. Currently, it has a value of 80.60 established by INEGI, it is mentioned for being used in the determination of the contributions to the IMSS in the examples presented below.

Table 10: Cost for employers' social security contributions and the payroll tax of a minimum wage

	Employer quotas for salaries up to 3 UMA				
	Salary daily fee	Salary base contribution	% of employer fees	Monthly base salary	Monthly employer fees
Employer contribution to the IMSS	\$ 88.36	\$ 92.35	30.550%	\$2,862.85	\$ 874.60
Employer contribution to INFONAVIT	\$ 88.36	\$ 92.35	5.0%	\$2,862.85	\$ 143.14
Payroll tax	\$ 88.36	\$ 92.35	2.0%	\$2,862.85	\$ 57.26
					\$ 1,075.00

Source: Own elaboration

As already mentioned for the payment of the IMSS quotas, the payment for daily quota must be integrated with the benefits received by the worker, to which amount the established percentages are applied. For a general minimum salary, the taxes on salaries paid by the company, amount to \$ 1,075.00, per month. It is clear that the fees to INFONAVIT, retirement insurance and unemployment in old age and old age, are covered on a bimonthly basis, but for clarity they were calculated for a period of 31 days. The payroll tax is state-owned and the percentage corresponds to Michoacán. Therefore, in other states it may coincide or be different. The effect of these contributions for the remuneration updated from January 1970 to December 2018 is shown below.

Table 11: Cost for employer social security contributions and payroll tax considering the minimum

	Employer quotas for salaries greater than 3 UMA				
	Salary daily fee	Salary base contribution	% of employer fees	Monthly base salary	Monthly employer fees
Employer contribution to the IMSS	\$ 257.82	\$ 269.47	31.650%	\$8,353.57	\$ 2,643.90
Employer contribution to INFONAVIT	\$ 257.82	\$ 269.47	5.0%	\$8,353.57	\$ 417.68
Payroll tax	\$ 257.82	\$ 269.47	2.0%	\$8,353.57	\$ 167.07
					\$ 3,228.65

Source: Own elaboration

In employer quotas for the Mexican Institute of Social Security (IMSS), there is a percentage increase, derived from the base salary of the contribution exceeding the equivalent of 3 UMA, whose current value as mentioned is \$ 80.60, in accordance with the established in the current social insurance law. When considering the salary updated to December 2017, the

taxes to the remuneration are raised from \$ 1,075.00 to \$ 3,228.65, a two hundred percent more, which implies an increase whose impact can generate financial problems mainly of liquidity in the organizations mainly in the SMEs, have disadvantages in its administration, derived from an unplanned change.

In addition to the increase in taxes on salaries, payroll in the same way will have a substantial increase, depending on the remuneration that has been established, as some organizations handle amounts a little above the established minimums, a situation that will be reflected in the expenses of operation and consequently in the economic results, in the payment of taxes, in the distribution of the profits to workers and in the growth and investment programs, derived from the strategic plans. With regard to SMEs derived from their low average life, it can represent a problem in terms of staying in the market.

Finally, the devaluation of the minimum wage due to increases less than inflation, not only causes injury to the weekly or biweekly perception of the worker, but also transfers to retirement, severance and old age insurance contributions, of the IMSS employer fees reflected in the previous calculations, negatively impacting the pensions when quoting with a low retribution, together with the above the determination of these through the UMA. Similarly affects the contributions to INFONAVIT, reducing the possibility of qualifying for a loan, if necessary have a smaller contribution by the employer.

## **CONCLUSION**

This research work shows the process of devaluation of the minimum wage in the period taken as a sample from January 1970 to December 2017, as well as the states with the highest poverty rates, largely due to the gradual loss of power purchasing, result of inflationary indicators superior to the salary increase established. It is also observed that Mexico occupies the penultimate place within the Latin American countries with the worst compensation for this concept and with respect to the United States and Canada, trading partners, there is a huge difference.

Therefore, it is concluded that it is urgent to revalue the minimum wage, benefiting workers who perceive it and in some way those who are slightly above it, to restore purchasing power, also improving the standard of living of those who live in areas with a high rate of marginalization. Among them, day laborers in the countryside, casual workers, domestic workers, especially starting a recovery phase, avoiding the continuation of the punishment of the entry of the most vulnerable sectors and the middle class, as in recent years the increase in

salaries is linked to this, resulting in a collateral effect. Similarly, the implementation of the UMA in the pension system, comes to shrink their amounts considerably in retirement, to be left with a lower value.

The revaluation of the minimum wage is proposed gradually, during the period of the incoming government, that is, beginning in 2019, proportionally increasing the sixth part of the accumulated devaluation. It is not recommended immediately, so that the organizations and mainly SMEs, have a period of adaptation with respect to the impact on their costs for salaries, as well as in taxes on salaries, whose increase as shown in the results of this research, rise considerably. The proposed mechanism is based on the application of inflation rates published previously by the Mexican bank (Banco de México), currently by INEGI, which may maintain biases, since the increase in gasoline during the current six-year period, as mentioned, has led to a generalized gradual increase of prices, leaving the published official data in doubt.

The most relevant findings of this research refer to the need to plan a process of revaluation of the minimum wage considering the effects of not establishing an adaptation period. In the same way, the increase established each year must be proportional to inflation, even that the procedure for determining this is certified by an independent body that guarantees its certainty. In addition to the above, the negative impact on workers' pensions is analyzed, as well as its link with the UMA, which has a negative effect. As for the benefits related to retirement insurance, unemployment in advanced age and old age, provided by the IMSS, are diminished as well as contributions to INFONAVIT, when a low compensation is perceived, putting the worker at a disadvantage with respect to his pension and possibility of obtaining loans for housing.

## **BIBLIOGRAPHIC REFERENCES**

Álvarez. J (2018). **El Contribuyente**. Obtenido de

<https://www.elcontribuyente.mx/2017/03/que-es-la-uma-y-para-que-sirve/>

Banco de México. **Índice Nacional de Precios al Consumidor**. Obtenido de

<http://www.anterior.banxico.org.mx/divulgacion/politica-monetaria-e-inflacion/politica-monetaria-inflacion.html#Definiciondeinflacion>

Cárdenas, M. E. Peralta, C., & Cárdenas, M. (2008). **Salario mínimo en México**. Obtenido de [http://insyde.org.mx/wp-content/uploads/2013/08/salario\\_minimo\\_en\\_mexico.pdf](http://insyde.org.mx/wp-content/uploads/2013/08/salario_minimo_en_mexico.pdf)

Céspedes, E. (23 de noviembre de 2017). **ABC Finanzas.com** Obtenido de

<http://www.abcfinanzas.com/finanzas-personales/conceptos-basicos-financieros/que-es-el-poder-adquisitivo>

Comisión Nacional de derechos Humanos, C. (2018). **CNDH México**. Obtenido de <http://www.cndh.org.mx>

Comisión Nacional de los Salarios Mínimos (22 de mayo de 2018). **Tabla de salarios mínimos 1992- 2018**. Obtenido de <https://www.gob.mx/conasami/documentos/tabla-de-salarios-minimos-generales-y-profesionales-por-areas-geograficas?idiom=es>

Consejo Nacional de Evaluación de la Política de desarrollo Social. CONEVAL (2017). **Medición de la Pobreza**. Obtenido de <https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/Informacion-MCS-2015.aspx>.

Diario Oficial de la Federación (30 agosto de 2018). **Banco de México**. [http://www.dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5536390&fecha=30/08/2018](http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5536390&fecha=30/08/2018)

EXPANSIÓN en alianza con CNN (2018). **Salario mínimo en América Latina**. Obtenido de <https://expansion.mx/economia/2018/01/09/estos-son-los-mejores-y-peores-salarios-minimos-en-latinoamerica>.

García, K. (11 de septiembre de 2018). **Gasolina se ha encarecido 77% en lo que va del sexenio**. Obtenido de <https://www.eleconomista.com.mx/empresas/Gasolina-se-ha-encarecido-77-en-lo-que-va-del-sexenio-20180911-0012.html>

Diario Oficial de la Federación (30 de diciembre de 2016). **Ley para Determinar el Valor de la Unidad de Medida y Actualización**. Obtenido de [http://dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5468187&fecha=30/12/2016](http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5468187&fecha=30/12/2016)

González, S. (24 de abril de 2017). Se deteriora el poder adquisitivo de los mexicanos este año: **Ceesd. Economía**, pág. 18.

Gutiérrez, O., & Zurita, A. (2006). **Redalyc.org**. Obtenido de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=425942413004>

Hernández, R., Fernández, C., & Baptista, M. d. (2014). **Metodología de la Investigación**. México: Mc Graw Hill.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía INEGI (24 de abril de 2013). **Índice de precios**. Obtenido de [http://www.beta.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/precios/inpc/doc/documento\\_metodologico\\_inpc.pdf](http://www.beta.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/precios/inpc/doc/documento_metodologico_inpc.pdf)

Instituto para el desarrollo Industrial y el Crecimiento Económico A. C. IDIC (2017). **Porcentaje de población ocupada que no recibe ingresos y con ingresos de hasta 1 salario mínimo**. Obtenido de <http://www.idic.mx>

Ley Federal del trabajo (2015). **Salario mínimo**. Cámara de Diputados del H. congreso de la Unión. México

México, B. d. (s.f.). **Política monetaria e inflación**. Obtenido de <http://www.anterior.banxico.org.mx/portal-inflacion/inflacion.html>

Mexico, B. d. (23 de Febrero de 2011). **Diario Oficial de la Federación**. Obtenido de [http://dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5179141&fecha=23/02/2011](http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5179141&fecha=23/02/2011)

Munch, L. (2006). **Fundamentos de Administración**. México: Trillas.

Organización Internacional del Trabajo, O. (s.f.). **OIT**. Obtenido de <http://www.ilo.org>

Pérez, J., & Gardey, A. (2009). **Definición De: Definición de Pyme**. Obtenido de <https://definicion.de/pyme/>

Pérez, J., & Gardey, A. (2015). **Definición De**. Obtenido de Definición de poder adquisitivo: <http://definicion.de/poder-adquisitivo/>

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2007). **Economía**. México: Mc Graw Hill.

Secretaría de Economía (2010). **México Emprende**. Obtenido de <http://www.2006-2012.economia.gob.mx/mexico-emprende/empresas/pequena-empresa>

Social, C. N. (2017). **Medición de la pobreza Estados Unidos Mexicanos 2016**. México: CONEVAL.

## FORMAÇÃO HUMANA OU PARA TRABALHAR? UM OUTRO CAMINHO É NECESSÁRIO

### FORMATION HUMAN OR FOR WORKING: ANOTHER PATH IS NECESSARY

Jerciano Pinheiro Feijó<sup>1</sup>

#### RESUMO

Esse estudo introduz um debate que pretendemos levantar sobre o caminho da formação oferecida nas escolas para os jovens brasileiros, hoje, claramente marcado pela dualidade do sistema educacional, uma escola para as classes dominantes e outra para a classe trabalhadora. Nossa análise dar-se-á documentalmente, ou seja, terá como fonte a produção bibliográfica sobre o sistema educacional no Brasil, utilizaremos como referência SAVIANI (2007), FRIGOTTO (2005, 2016), MÉSZAROS (2008) e outros. Está claro que, historicamente, sempre houve um processo formativo para os dominantes e outro para o restante da população, contudo o sistema capitalista constrói a ilusão da ascensão social para aqueles que absorvem um valioso 'capital cultural' e que através da meritocracia haverá a possibilidade da redenção material. Isto é vendido pelo sistema educacional em todos os níveis e modalidades de ensino. Entendemos que para mudar a realidade social, não basta a luta social, é necessário realizá-lo alterando toda a estrutura do sistema educacional. Neste texto não apontamos (ainda) o caminho, mas afirmamos que é necessário construí-lo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Profissional; Capital Cultural; Dualidade Educacional; Sistema Escolar.

#### ABSTRACT

This study introduces a debate that we intend to raise on the path of training offered in schools for young Brazilians, today clearly marked by the duality of the educational system, one school for the ruling classes and another for the working class. Our analysis will be documented, that is, will have as a source the bibliographic production on the educational system in Brazil, we will use SAVIANI (2007), FRIGOTTO (2005, 2016), MÉSZAROS (2008) and others. It is clear that, historically, there has always been a formative process for the dominant class and another for the rest of the population, yet the capitalist system builds the illusion of social ascension for those who absorb a valuable 'cultural capital' and through meritocracy there will be the possibility of material redemption. This is sold by the educational system at all levels and modes of teaching. We understand that to change social reality, social struggle is not enough, it is necessary to do it by altering the whole structure of the educational system. In this text we do not (yet) point the way, but we affirm that it is necessary to construct it.

**KEYWORDS:** Professional Education; Cultural Capital; Educational Duality; School System.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, graduado em História e Especialista em Estudos Clássicos (Cultura Greco-Romana) pela Universidade Regional do Cariri. Professor de educação básica e tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Tem experiência na área de Sociologia, História Antiga e Medieval e História do Brasil Contemporâneo. Atuando com os seguintes temas: Cultura Popular, Educação Profissional, Mundo do Trabalho e Capitalismo.

## APRESENTAÇÃO

No Brasil, historicamente, a Educação Profissional é vista como modalidade de ensino voltada às classes subalternas, pois, desde os primórdios, ainda na Colônia, serve ao treinamento de trabalhadores para o exercício de uma atividade laboral, opondo-se à formação oferecida aos filhos das classes abastadas, que sempre viram no trabalho manual atividade inferior.

Essa herança ideológica pejorativa já existia quando Nilo Peçanha instituiu os Liceus de Artes e Ofícios direcionados aos pobres e desvalidos, por via do Decreto 7.566/1909. Na justificativa desse dispositivo legal, o Presidente lembra que o objetivo é prover uma formação adequada aos “cidadãos desprovidos ou desfavorecidos da fortuna”, combater a criminalidade e torná-los úteis ao país.<sup>2</sup>

Nos anos 1940, com o surgimento do Sistema S e a transformação dos liceus de artes e ofícios em escolas técnicas federais com foco na oferta de formação técnica para indústria/urbana e as escolas agrotécnicas federais, que objetivavam a formação em nível técnico para o campo, tem curso um novo caráter, de qualificação/treinamento de força de trabalho.

Nos anos de 1970, durante o ‘Milagre Econômico’ da ditadura civil-militar, pautado no acelerado desenvolvimento do parque industrial, gerador de grande quantidade de capital, quando o “slogan” era: “Primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”<sup>3</sup>; a Lei 5.692/71 pretendia tornar todas as escolas em técnico-profissionalizantes, de forma a estabelecer, o à época denominado 2º grau, como uma etapa do processo formativo em que, obrigatoriamente, o estudante iria se formar em uma profissão.

Esse período foi marcado, no campo da Educação, pela introdução da Teoria do Capital Humano, cuja ideologia defende a noção de que, quanto maior quantidade de conhecimento e capacidade de produção tiver o trabalhador, mais valiosa é sua força de trabalho, portanto, poderá melhorar sua condição material.

Nessa fase, há uma expansão da rede federal de ensino, surgindo, ao final dos anos de 1970, os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET’s<sup>4</sup>, cujas responsabilidades, então, ampliavam-se, passando a ofertar, além do Ensino Médio Técnico Profissionalizante, cursos superiores e de pós-graduação.

<sup>2</sup> Ver: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>

<sup>3</sup> Frase atribuída ao Ministro da Fazenda do governo Médici. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>

<sup>4</sup> Por meio da Lei n. 6.545 de 30 de junho de 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, transformaram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFET’s, autorizados a ofertar cursos de nível superior e pós-graduação.

Os anos de 1980, marcados por grave crise econômica e social, leva à estagnação da oferta de Educação profissionalizante e isto se acentua no período do Governo Fernando Henrique Cardoso que, mesmo alcançando a estabilidade econômica, incentivou a iniciativa privada e o Sistema S à qualificação/formação de trabalhadores, enfraquecendo a Rede Federal de Ensino Profissional em recursos e obrigações, de maneira a separar o ensino propedêutico do profissional.

Este panorama mudou significativamente com o advento do governo Lula. Em 2003, iniciam-se debates no campo da Educação profissional que culminam com a revogação do Decreto 2.208/97 e sua substituição pelo 5.154/04, reestabelecendo o Ensino profissional integrado. A Lei 11.195/08 instituiu uma Rede Federal de Ensino, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com base nos CEFET's e Agrotécnicas, concedeu-lhes nova diretriz legal, dando-lhes autonomia administrativa e financeira, permitindo que ofertassem cursos em todas as modalidades e níveis de ensino, priorizando a Educação profissional de nível médio técnico.

Que tipo de ideologia educacional, porém, norteou essa expansão? Para quem servia o crescimento da rede de Ensino profissional e tecnológico? Talvez essas perguntas tivessem respostas no Decreto 5.154/04, mas, como apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), aquela foi a lei possível no contexto em que ela se desenvolveu.

A formação humana, como princípio educativo, era uma possibilidade, mas não necessariamente seria a regra da expansão pois, de um lado, existia a pressão do mercado que objetivava a formação/qualificação de trabalhadores e, de outro, educadores que pretendiam a formação humana. Enquanto os primeiros buscavam bons profissionais alinhados ao desenvolvimento do capital, estes queriam seres humanos com sólida e ampla formação cultural e social.

Nossa participação nesse debate começou em 2013, quando iniciamos o projeto de pesquisa intitulado “A Influência do Ensino de Sociologia em Cursos Profissionalizantes de Nível Médio como Fator de Formação para Emancipação”; desenvolvido no *Campus* Iguatu, do Instituto Federal de Educação do Ceará. Naquele momento, a pergunta que nos orientava se relacionava às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais, principalmente Sociologia e História: como poderiam contribuir para uma formação emancipadora num contexto de grande pressão para que os jovens adentrassem o mais rapidamente possível o mercado de trabalho?

O resultado daquele estudo produziu mais duas novas perguntas: qual o papel do Ensino Médio integrado dentro dos Institutos Federais de Educação? A formação ofertada pela

Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica pretende a emancipação ou o ensino de uma profissão?

Esta pesquisa mostrou-nos que, mesmo passados dez anos de sua criação, os Institutos Federais continuam em formação, há ainda muito a ser consolidado e construído, principalmente quanto ao norte teórico/metodológico e ideológico que deverá caminhar. Percebemos que ocorre uma disputa/conflito entre os interesses do empresariado e os dos estudantes, mediado pela disputa/conflito entre os profissionais que atuam no IFCE.

Diante disso o problema/desafio que surge é: a formação humana ou a preparação para o trabalho, qual deve ser o foco central da ação dos Institutos Federais de Educação. Tendo o Instituto Federal do Ceará como campo de estudo. Este artigo expõe esse problema sem querer dar de conta imediata de uma solução, ao mesmo tempo contribuindo para o alcance desta.

### **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM DEBATE SEM FIM**

No Brasil, durante os anos de 1980, o grupo liderado pelo filósofo Dermeval Saviani, no debate em torno de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, defende a implantação de um sistema escolar ‘politécnico’.

Como assinala Rodrigues (1998, p. 34-35)

Pode-se atribuir a Dermeval Saviani o papel de desencadeador do debate atual sobre a politecnicidade no Brasil, a partir da sua atuação no curso de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. [...] Com a promulgação da Constituição em 1988, abriu-se o período de debates acerca das chamadas *leis complementares*, que necessariamente decorriam da nova Carta. Com isso, a discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) irrompeu no Brasil levando consigo o debate da politecnicidade. Mais uma vez, coube ao professor Dermeval Saviani a iniciativa de produzir um texto que, como diz o próprio autor, é ‘um início de conversa’ para a formulação da nova LDB, onde se destacam os conceitos de desenvolvimento omnilateral e politecnicidade.

Na composição desse debate, estudos sobre Educação profissional, acerca de dualidade do sistema escolar, a respeito da influência de organismos internacionais na educação nacional, no concernente aos conceitos formação humana e teoria do capital humano, enfim, no que é pertinente à Educação e trabalho se ampliam fortemente.

Ainda nos anos de 1980, Saviani (1989) liderou e orientou uma série de estudos sobre a Educação nacional, pautando esses trabalhos em uma proposta - emancipação humana - no que ele mesmo chama de politecnicidade. Essa proposta de escola contrapunha-se ao perfil adotado pelo período militar desde 1970, alicerçada na visão de Theodore Schultz (*apud* ARAPIRACA, 1979) denominada de Teoria do Capital Humano, implantado no Brasil sob a

orientação da *United States Agency for International Development* – USAID, por via dos acordos MEC-USAID.

Dessa maneira, após a derrocada dos governos militares e no âmbito da elaboração da Carta Magna de 1988, que delegou a leis complementares a legislação para Educação no país, Saviani (1989), no texto ‘Sobre a Concepção de Politecnicidade’, exibe uma proposta para a escola, sugerindo sob quais princípios deveria se constituir a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Frigotto (1988) – talvez o mais próximo entre os interlocutores de Saviani -, corroborando o pensamento do Filósofo paulista, proferiu aula inaugural da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV, e explicou que, naquele momento histórico,

[...] a escola que estamos inaugurando sinaliza claramente que não nos conformamos com a sociedade excludente e a escola excludente e que acreditamos que dentro da velha estrutura é possível arrancar um novo possível histórico. Isso, de imediato, nos indica que esta iniciativa só terá consequência efetiva se se fundar numa luta mais ampla, institucional e social, que se trava no plano da estrutura político, social, econômica, cultural e ética da nossa sociedade (FRIGOTTO, 1988, p. 436).

Saviani (1989), busca apresentar um paradigma para a formação da classe trabalhadora, neste momento histórico e no Brasil, focada no Ensino Médio. Isso significa que uma escola fundada no politecnismo tem por princípio a aliança entre o trabalho manual e o intelectual e deverá ocorrer numa fase educativa posterior à Educação Elementar.

No Ensino Médio, é necessário ir além do domínio dos conhecimentos básicos e gerais, é mister adentrar ao mundo do processo produtivo. Para Saviani (2007), nesta fase do processo escolar,

[...] a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo. (p. 160).

De efeito, a politecnicidade passa a ser imperativo como projeto para o Ensino Médio, por quanto não se deve apenas ensinar os jovens a exercerem uma atividade laboral, adentrar uma profissão, reduzindo a escola a um espaço de treinamento do setor produtivo. Impõe-se propiciar aos estudantes o domínio dos conhecimentos científicos nos distintos ramos da produção material, incentivando-os ao desenvolvimento de outros saberes, sendo capazes de tanto realizar como planejar/criar novos processos.

Por isso, esse projeto se diferencia do e da escola profissionalizante/instrumentalizante/adestradora. Para Saviani (2007), o advento de uma escola de Ensino Médio politécnica aproxima-se da escola ativa, criadora de autonomia, mas, ao mesmo tempo,

‘desinteressada’, pois não leva à profissionalização, mas ao domínio do processo produtivo, ao seu desenvolvimento e expansão.

Esse ciclo formativo, proposto por Saviani (1989), pensa a estruturação de um sistema nacional de Educação. Essa formulação opõe-se ao ‘2º grau’ institucionalizado no Brasil nos anos de 1970, quando, ao determinar a padronização do ensino secundário, a reforma educacional preconizada na Lei 5.692/71 não buscou pôr fim a dualidade já existente no sistema escolar, ao contrário, acentuou-a.

A experiência da reforma de 1971, que estabelecia a escola única profissional no ensino de 2º grau, marca a tentativa de criar uma escola que profissionaliza os jovens ao dar-lhes uma habilitação para o mercado de trabalho, contudo

[...] persiste a diversidade como a principal característica do ensino de 2º grau; continuam a existir vários tipos de escola de 2º grau, com distintos níveis de qualidade. As escolas que, antes da Lei 5.692/71, ministravam cursos profissionalizantes de qualidade, continuam a fazê-lo, basicamente, nas áreas de ensino técnico industrial, agropecuário, comercial e de formação de professores para as primeiras séries do 1º grau. As escolas que preparavam os filhos da burguesia e da pequena burguesia para o vestibular continuam a fazê-lo usando artifícios para esconder seu caráter propedêutico sob a falsa proposta profissionalizante. Quanto às escolas públicas de 2º grau, de modo geral, em face de suas precárias condições de funcionamento, não conseguiram desempenhar funções nem propedêuticas, nem profissionalizantes, caracterizando-se por uma progressiva perda de qualidade. (KUENZER, 1989, p. 16-17).

Para Kuenzer (1989), a Pedagogia da fábrica que se estabelece não tem o trabalho como princípio educativo, mas a competição e a ascensão individual como meta, alicerçada na Teoria do Capital Humano e na meritocracia com vistas a conquistar a melhoria social, perspectivas de formação que se opõem radicalmente à emancipação humana componente da proposta politécnica.

Conforme Dore Soares (2000), ao longo do século XX, não foram poucos os momentos de aprofundamento da exploração da força de trabalho. Isso ocorre por meio de uma transformação constante nas técnicas de produção, nas tecnologias de transporte, comunicações, comércio, nos sistemas de *marketing* e distribuição dos produtos, exigindo que o trabalhador ao mesmo tempo em que se submete às determinações impostas pelas mudanças no mundo do trabalho adapta-se constantemente ao mercado, para poder vender sua força de trabalho.

Desde meados dos anos de 1970, as indústrias que ora adotavam o formato fordista e os países que se organizavam baseados na teoria keynesiana, que até então garantira o desenvolvimento capitalista, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, apresenta sinais de esgotamento, exigindo uma profunda reordenação da sistemática de propagação do sistema

**Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 n° 20, Vol. 01, pp. 135-144 ISSN 1983-5000**

capitalista. Para que o seu objetivo central não seja secundarizado, fez-se necessário reformular as modalidades de reprodução do capital para garantir o crescimento do lucro.<sup>5</sup> Por essa transformação, também passa a formação de trabalhadores.

## **FORMAÇÃO DE TRABALHADORES EM MEIO À CRISE SISTÊMICA DO CAPITAL**

A tese do esgotamento fordista é dita por Mészáros (2008, p. 82) como uma crise estrutural do próprio “sistema de controle do metabolismo social” – *o capital*. Essa crise perdura até os dias de hoje e é em meio a esse contexto que se expande a Teoria do Capital Humano.

De acordo com Schultz (*apud* ARAPIRACA, 1979), os trabalhadores incorporam a ideologia capitalista, no sentido de que adquirem conhecimentos e habilidades que representam valor econômico para si e adquirem valor de troca para sua força de trabalho. Essas habilidades adquiridas pelo processo formativo ocorrem não somente na escola, mas também em treinamentos técnicos dentro da própria fábrica.

A Teoria do Capital Humano alarga o conceito de capital e enaltece a individualidade, defendendo a ideia de ascensão social, não levando em consideração as bases materiais da existência do homem, muito menos reconhecendo a luta de classes. Para justificar a necessidade do desenvolvimento pessoal, soma-se à Teoria do Capital Humano a ideologia da meritocracia. Aqui, ocorre uma transferência de valores morais da classe dominante para a camada trabalhadora, transportando a ideologia de que o mérito pessoal, as capacidades individuais, aplicadas ao esforço contínuo e sistemático, adquiridos por meio da formação escolar, serão capazes de render maiores salários, levando-o a uma condição social privilegiada.

Arapiraca (1979, p. 20-21) aponta que

A um nível individual o trabalhador é levado a acreditar que a escola é a via do seu acesso às classes dominantes. Essa crença pressupõe que ele tenha aceito os valores veiculados e disseminados na sociedade capitalista, através de todos os meios disponíveis: a escola, os meios de comunicação de massa, as artes etc.

Assim, a competição que serve de pressuposto à meritocracia é meio para a reprodução do próprio sistema, pois aumenta a produtividade na mesma proporção que acentua as desigualdades sociais e a exploração do homem sobre o homem.

A escola prepara e qualifica para o trabalho, aumenta e melhora a capacidade da pessoa produzir, ensejando vantagens econômicas ao capitalista. A escola também é

---

<sup>5</sup> Para maior esclarecimento sobre a superação do modelo fordista/taylorista e do Estado de Bem-Estar Social (keynesianismo), ver: Antunes, Ricardo. Os sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

responsável por gerar a tecnologia. O trabalhador se compromete no aperfeiçoamento de novas máquinas e equipamentos, aumentando ainda mais o nível de exploração sobre si. Por isso,

O interesse do capital pela educação dos trabalhadores se explicaria pela mudança do paradigma produtivo que exigiria a substituição de uma formação pautada na qualificação específica por outra fundada na qualificação geral. Essa mudança de paradigma educacional visaria, antes de tudo, à formação de competências mais apropriadas ao moderno modelo técnico-organizacional, visando à empregabilidade do trabalhador. (SALES, 2010, s/p).

Entende-se que, no capitalismo, a escola está a serviço das classes dominantes, porém essa situação não cessa a luta de classes e o proletariado continua a estabelecer as condições para desenvolver uma educação emancipadora do capital e de sua ideologia. Frigotto (2005, p. 152) aponta que “[...] a luta fundamental capital-trabalho, que é primeiramente uma luta pela sobrevivência material, é também uma luta por outros interesses, dentre esses o acesso ao saber social elaborado e sistematizado”; esta é uma luta pela escola dos trabalhadores para eles próprios.

Como assinala Wagner Rossi (1977), na sua tese “Capitalismo e Educação”, a escola participa da reprodução da força de trabalho, sendo colocada a serviço dos interesses do capital, que atribui a ela o papel de aumentar a capacidade dos trabalhadores de produzir. Podemos compreender que o papel da escola na ideologia capitalista atual é produzir um cidadão incapaz de pensar por si e que está disposto a reproduzir o sistema vigente.

Essa proposta dualista de escola na qual, para a classe trabalhadora, é meramente instrumentalizante, visa à reprodução contínua de todo o sistema capitalista, contrapondo-se ao que pretende a formação humana/politécnica. Se, por um lado, a Teoria do Capital Humano se alicerça na meritocracia e produz maior alienação do trabalhador em relação ao fruto de seu trabalho, o que pretende a escola universalista é exatamente a desalienação, a emancipação humana ante a exploração da sociedade capitalista.

## **À GUIA DE (PROVOCAÇÃO) CONCLUSÃO**

Historicamente a formação dos trabalhadores sempre esteve ligada ao local de trabalho, cabendo a um grupo pequeno de pessoas um processo formal/oficial de intelectualização, isto em qualquer sociedade, desde o Egito Antigo, os povos orientais e as sociedades greco-romanas, das quais o mundo ocidental é herdeira cultural.

Essa dualidade, que precede o mundo capitalista contemporâneo, nos tempos atuais, acentua-se, mesmo que haja um processo contínuo de universalização da escolarização oficial, que tenha ocorrido uma separação entre os saberes que se obtém no processo produtivo e

àqueles adquiridos em espaços formais de ensino, ou melhor, mesmo que o que se aprende nas fábricas e oficinas, no processo direto de trabalho cotidiano seja considerado diferente e, geralmente, inferior ao que se obtém nos bancos escolares.

No Brasil, no campo da educação, desde a Constituição de 1988, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, e os Planos Nacionais de Educação, busca-se a universalização da educação básica, isto é, dos Ensinos Fundamental e Médio. Ao mesmo tempo, as reformas estruturantes ocorridas na década de 2000, fortaleceram e fizeram crescer o Ensino Profissionalizante, seja na modalidade integrada à educação básica, seja em forma de cursos complementares.

A educação profissional assume um papel redentor, apresenta-se como o caminho que irá resgatar os filhos das classes trabalhadoras do mundo da indigência social e os transportará, em uma carruagem dourada, para o mundo do trabalho. Alternativa única para quem nasce pobre.

Neste sentido, não poderia ser diferente a acentuação da dualidade educacional no país, as escolas voltadas para os que nascem abastados economicamente levam os jovens há um mundo culturalmente amplo, cheio de alternativas, de possibilidades, de saberes, de objetos e conhecimentos. Aos jovens oriundos das famílias cujos pais são de baixa renda, a formação necessária é a para o trabalho, nada mais necessitando que isso, daí também não ser necessário uma escola ampla e diversificada.

É necessário romper essa dualidade no sistema, sem o qual jamais haverá possibilidade de construção de uma outra sociedade. Isso passa pela desconstrução de todo o sistema educacional atual, inclusive o profissional. A defesa de um novo sistema que englobe todas as pessoas desde a tenra idade até a profissionalização em nível superior. Um sistema contínuo, em que nas primeiras fases da vida o jovem seja conduzido pela produção cultural da humanidade, de toda a humanidade, não somente do mundo e da lógica de mundo ocidental/europeia.

Esse sistema ao qual, inicialmente, chamamos de educação universalista, está presente nos esboços de muitos pedagogos, mas fundamentalmente, deve estar presente nos corações daqueles que desejam que a sociedade capitalista seja superada por uma que leve a abolição das classes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a Educação Brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital humano. Rio de Janeiro: FGV, 1979. (Dissertação de Mestrado).

**Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 n° 20, Vol. 01, pp. 135-144 ISSN 1983-5000**

BARROSO, J. (org). **O estudo da escola**. Porto-Portugal: Porto Editora, 1996.

DORE SOARES, R. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: Unijuí, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação profissional no 2º grau: em busca do horizonte da Educação Politécnica. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.4, n.4, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1988000400012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1988000400012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>, acessado em junho de 2016.

GONDIM, Linda Maria de Pontes (org.) (1999). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1989.

MAFRA, Leila de A. A sociologia dos estabelecimentos escolares. Passado e presente de um campo de pesquisa em construção. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília P. de; VILELA, Rita Amélia T. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Educação para Além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho)

NÓVOA, A. (org) **As organizações escolares em análise**. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1992.

RODRIGUES, José. **A Educação politécnica no Brasil**. Niterói: Editora UFF, 1998.

SALES, Francisco J. L. Mudanças no mundo do trabalho e o novo discurso pedagógico do capital. In: **Revista Labor**, nº 3. Vol. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/mundo\\_do\\_trabalho.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume3/mundo_do_trabalho.pdf)>, acessado em jun de 2015.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.

## **IMAGENS DE VIGILÂNCIA E VIOLÊNCIA: UMA EDUCAÇÃO DOMESTICADORA E SUA SUPERAÇÃO**

### **SURVEILLANCE IMAGES AND VIOLENCE: A MANIPULATING EDUCATION AND ITS OVERCOMING**

George Ulysses Rodrigues de Sousa<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O presente memorial busca discorrer sobre o processo criativo da obra OQUEVEMOS. Além de tratar das escolhas estéticas e das metodologias de criação da obra, este trabalho pretende pôr em diálogo os conceitos filosóficos, artísticos e científicos que, reunidos diante de uma mesma proposta, contribuíram para a elaboração de OQUEVEMOS. A investigação sobre os conceitos de Aparelhamento, programação e jogo do Filósofo Vilém Flusser se entrelaça aos estudos de montagem e formalização de imagens técnicas e seus efeitos sobre o espectador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Flusser. Aparelhamento. Imagem Técnica. Filosofia da Imagem.

#### **ABSTRACT**

This memorial registers the creation process of the video-essay OQUEVEMOS. In addition to discourse with the aesthetic choices and methodologies of creation of the work, this memorial intends to create a dialogue between the philosophical, artistic and scientific concepts that, united before the same objective, contributed to the elaboration of OQUEVEMOS. Researches on Vilém Flusser's concepts of apparatus, programming and game are intertwined with the studies of montage and formalization of technical images and their effects on the spectator

**KEYWORDS:** Flusser. Apparatus. Technical image. Philosophy of the image.

#### **INTRODUÇÃO**

As imagens das câmeras de vigilância nos atualizam da esfera onde ocorrem eventos alheios a nós. Codificam o mundo concreto e nos informam. Para falar de imagens e codificação do mundo, poderíamos analisar a televisão e sua construção de um sujeito coletivo (o sujeito-SE de Couchot), poderíamos falar das imagens de erotização infantil ou das terríveis imagens pornográficas que objetificam pessoas – mulheres, majoritariamente. Para falar de sujeito, entretanto, para entrar na intimidade, no ponto de vista único e subjetivo, escolhemos as imagens de vigilância, os dispositivos destas e de como eles se atualizam. A violência, que também inova em suas maneiras, precisa que o Aparelho a acompanhe – e vice-versa. E teremos

---

<sup>1</sup> George Ulysses é Bacharel em Cinema e Audiovisual pelo Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará. Estuda a Ontologia do objeto comunicacional e suas implicações na Arte, Educação e Política.

retratos fiéis de atos de agressão via internet em alta qualidade de imagem. E teremos a baixa qualidade das câmeras de vigilância de redes de supermercados que não ficam em uma caixa preta, mas nos corredores onde os clientes fazem compras para que vejam uma versão menos concreta de si, magicamente transformada em sujeito vigiado: imagem que irá nos domesticar também fisicamente – não podemos *parecer* ladrões diante das câmeras.

As imagens precisam ser vistas e revistas. E quando digo isto, quero fazer saber o poder que exercem. Importa muito à Violência que sua imagem seja natural, que sua imagem entre sem sutileza nas máquinas de visibilidade, a violência, bem como o vício, o ódio, o medo, precisa ser vista. É assim que nos domestica o Aparelho, é assim que a violência se torna íntima. A partir de nossos dispositivos nós podemos criar formas novas de perceber o mundo. Arlindo Machado, em seu *O Sujeito na Tela* (2001, p. 202), diz que “em cada época e no contexto de cada meio, nossos órgãos dos sentidos parecem ser ‘educados’ para se comportar de determinada maneira com relação aos estímulos que lhes são oferecidos”: o que podemos entender então é que, independente de época, estamos sempre aparelhados. E se estávamos aparelhados enquanto desenvolvíamos o modo de visão suposto pela fotografia, por qual motivo não estaríamos agora, conectados como estamos, integrados ao mundo virtual, aos smartphones e às câmeras de vigilância? É de extrema importância percebermos como nos relacionamos com nossas máquinas de visão, como estamos vinculados ao regime de percepção imposto por elas e como podemos transvalorar isso, ressignificando os dispositivos de representação da realidade para, finalmente, nos tornarmos jogadores dentro desta sociedade aparelhada.

É interessante falar da Vigilância. Ou da Violência. Contudo, este trabalho se propõe a pensar, seguindo os pensamentos de Flusser, como “a história toda, política, arte, ciência, técnica, vai destarte sendo incentivada pelo aparelho, a fim de ser transcodada no seu oposto: em programa televisionado. O aparelho se tornou o motor da história.” (2011, p. 119). Não de maneira tão grandiosa como é sugerida pela citação, mas em uma esfera menor: como um evento é engolido pelo aparelho? A ideia de vigilância, violência e aparelhamento não estão *intrinsecamente* ligadas, embora estejam *intimamente*. O Aparelhamento nos serve à codificação do mundo concreto – que, segundo Flusser, é absurdo. É preciso entender esse **aparelhamento**; revelar o absurdo.

A discussão em torno das questões como vigilância, violência e aparelhamento é antiga e possui ampla bibliografia. Encontraremos em Platão noções de aparelhamento, de vida a partir do dispositivo, através de sua Alegoria da Caverna (um ensaio para o dispositivo cinematográfico, dispositivos de Realidade Virtual). Indivíduos vivendo imersos em tal

realidade virtual (e vigiada) de impossível desencanto. O desencanto seria fim da vida, revelação de um programa alienatório com efeitos drásticos – a cegueira pela iluminação e, logo em seguida, a cegueira através do retorno ao escuro do aparelho. O mundo fora da caverna seria ainda perigoso demais, absurdo demais. Sem mediações do absurdo, como enfrentar o que há por vir?

Fabricam-se imagens do mundo, imagens deste por vir. E essas imagens são o rastro do Real, performam sobre o mundo de maneira tão autêntica, que tornam-se o Real. As câmeras, alocadas sobre muros, ditam a realidade, e suas atualizações são como regras. Em algum momento, nos faltará imagens e precisaremos de mais câmeras.

Importa que se entenda que não é por acaso que temos tantas câmeras de vigilância. Ao criar e reproduzir imagens, a humanidade forja memórias: nossa espécie tem por característica possuir raciocínio e arte (*techne*), ambos relacionando-se à capacidade de registro da humanidade, isso já o dizia Aristóteles em seu *Metafísica*, “é pela memória que os homens adquirem experiência, porque as inúmeras lembranças da mesma coisa produzem finalmente o efeito de uma experiência única” (1984, p. 11).

O corpo performa a cartilha educativa do aparelho. Anda-se tranquilo enquanto se é vigiado. E ao memorizarmos o fato da vigília, esquecemos, por isso, de que não estamos protegidos. E se temos ainda a chance de pensarmos sobre a presença de câmeras, supomos que existem para frear ações ilícitas: logo, sentimo-nos pouco seguros por estarmos em território que demanda tal aparato de segurança (Segurança e Vigilância andam juntas, mas, de maneira irônica, não implicam-se entre si – uma não sugere a outra).

## II

É importante ainda que não se glorifique a violência. Há ainda coisas mais importantes. O que fazer para não se perder a sensibilidade? Se tudo o que vemos parte do aparelho (a imagem comercial, a imagem adotada pelo *hoi polloi*), como proteger-se da programação do mesmo? Como manter-se distanciado o suficiente para analisar estas imagens, mas sensível o bastante para não tolerá-las? Se o mundo concreto é absurdo, como retornar ao absurdo? Como fugir de uma mediação que segrega, que desumaniza (a resposta parece simples e assustadora: buscando outras formas de mediação, mais “humanas”)? Didi-Huberman dirá que “cabe a nós, se quisermos refletir, a tarefa de encontrar sinais de inquietação no coração de nossas alegrias presentes, bem como possibilidades de alegria no coração de nossas dores atuais” (2016, pg. 45). Devemos ouvir, pois, as inquietações de nossos corações – ou ainda

ouvir o coração *das coisas*, isto é, no que máquinas e pessoas e eventos tem a nos contar sobre si e sobre nós e como estes contos nos deslocam para um ponto de impessoalidade.

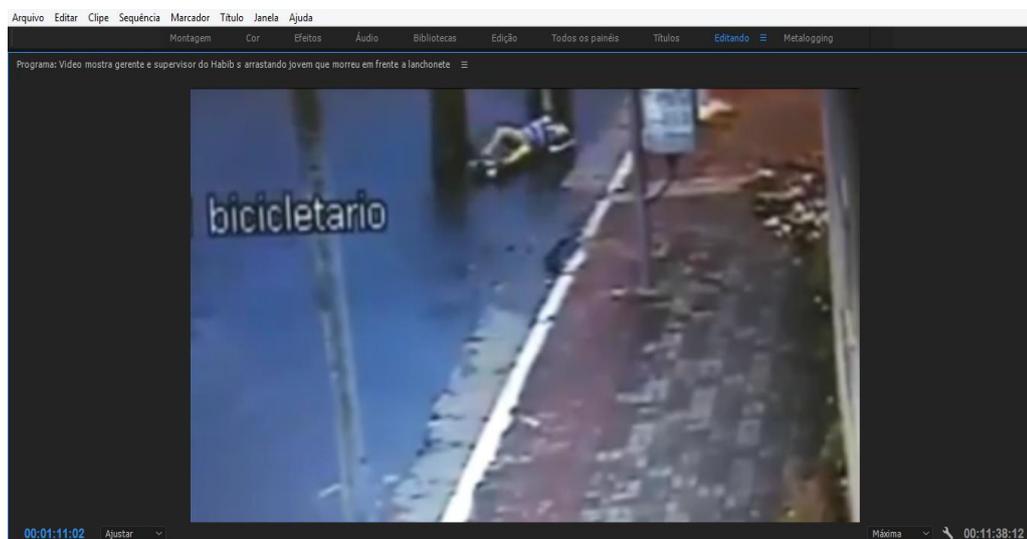
A violação do *Outro* torna-se suportável após alguns planos. Como isso acontece, por que acontece? O que fazer para não entregar-se? Mais: em que momento nossa própria violação deixa de ser uma preocupação? Em que momento ligamos as câmeras e deixamos nossa individualidade tornar-se espetáculo visível? Damos acesso ao vigilante às nossas imagens e, em troca, ele nos mostra a rua. Nos mostra os carros que passam, quem entra e quem sai de nossos sítios. Não garante nossa segurança, mas garante a impressão de que sabemos de algo do mundo. Flusser afirma em seu “Pós-História” que “as imagens devem ser explicadas, contadas, porque, como toda mediação entre o homem e o mundo, estão sujeitas a dialética interna. Representam o mundo para o homem, mas, simultaneamente, se interpõem entre o homem e o mundo (‘vorstellen’)” (2001 p. 114). Nossa história será codificada. Imagens que se tornam textos que, mais uma vez, se tornam imagens - a natureza da imagem técnica é esta. Mediações de segunda ordem. Estas mediações irão nos distanciar da ação. Mais uma vez, o caráter de segregação da imagem técnica nos isenta do Real. Programa um espaço seguro onde podemos ver holocaustos sem o menor envolvimento. Toda imagem de vigilância é imagem técnica que elimina uma instância do Real: nos isenta do horror enquanto nos educa. Nossas imagens, nas mãos do funcionário do aparelho servem como testemunho disso: imediatamente são também visualizadas através da rede, somos também espetáculo viral em redes sociais, em programas policiais. Essas imagens dizem menos de quem nós somos e mais do que pode acontecer à quem visualiza a cena. São imagem-didática: pedaço de uma programação.

## O QUE VEMOS DE NOSSAS TELAS



Luiz Ruas é espancado - Fonte: o Autor

A obra sobre a qual este texto fala é uma montagem audiovisual de 10 minutos com diversas imagens de arquivo. Em sua maioria, imagens de câmeras de vigilância: as clássicas câmeras de sistemas de segurança e as recentes câmeras de smartphones. A obra aborda a violência e os processos de naturalização desta através do uso de imagens. “OQUEVEMOS” é uma investigação sobre como imagens de vigilância atuam no que percebemos do mundo, nos domesticando em relação às situações de violência – do modo como sentimos os eventos ao modo como reagimos a isto. Entender como a História parte do aparelho e se volta para ele é uma das propostas. “OQUEVEMOS” analisa o *feedback* de nossa programação cultural, de como, a partir do que vemos, nos tornamos sujeitos destes vídeos de segurança: corpos com ações marcadas, gestos e emoções pré-programados. Para além de um estudo da imagem, é um estudo sobre o aparelhamento do sujeito contemporâneo.



Frame do vídeo da morte de João Victor em processo de edição. – Fonte o Autor

Existem quatro eventos que são vistos e analisados: o vídeo da morte de Luiz Carlos Ruas, ambulante espancado na estação Pedro II, em São Paulo; a dupla de vídeos que mostram momentos antes e após a morte de João Victor, garoto de 13 anos que, segundo laudo médico, sofreu um ataque cardíaco no estacionamento de uma loja do Habbib's, também em São Paulo; o grupo de vídeos filmados por um smartphone do massacre que ocorreu no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, onde mais de 50 homens foram assassinados brutalmente; por fim, o vídeo, também gravado por um smartphone, onde vemos parte do espancamento da travesti Dandara, que seria morta momentos depois, no Ceará. Farei uma abordagem mais precisa destes vídeos mais tarde. Antes disto, tratarei de explicar sobre como cheguei ao tema do trabalho.

Durante o ano de 2016 aproximei-me das teorias da comunicação de Vilém Flusser. Como estudante de cinema e audiovisual, estar familiarizado com as ideias de Arlindo Machado, Ismail Xavier, entre outros, seria comum. Topar com Flusser seria experiência revolucionária, entretanto. Num curso voltado para o Cinema, principalmente em sua fase contemporânea, o filósofo me distanciaria positivamente do Dispositivo Cinematográfico. Esta experiência me lançou ao desafio de entender a imagem do Vídeo, a imagem digital, a imagem imediata, que me surge diante dos olhos.

Dizer “A Imagem” também não seria exatamente justo. Tenho um objeto, uma imagem por investigar. Investigar essa coisa, isso que é aparência, como já dito, é trabalho de odisseia. Dentro da imagem eletrônica, decido-me por tratar daquilo que hoje em dia é chamado de imagem de vigilância. É sabido que o homem desde sua primeira organização enquanto corpo social dedicou-se à ação da vigilância (Juvenal, entre o século I ou II, colocara em poema uma das pertinentes questões d’A *República* de Platão: “quem guardará os guardiões?”), implicando que a ação da vigilante também necessita ser vigiada). As câmeras de segurança, então, não surpreendem. Há 10 anos não eram tão comuns, mas na passagem dos anos 00 para os anos 10 deste século 21 (principalmente após o atentado às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, em 11 de setembro 2001), as câmeras de vigilância tornaram-se necessárias em todo e qualquer espaço. Existem, visíveis ou invisíveis, na maioria dos condomínios, lugares públicos, lojas, transportes coletivos das cidades.

Deixando isto explícito, minha decisão de abordar a imagem da câmera de vigilância a partir de uma visão Flusseriana talvez torne-se mais compreensível. Flusser é um filósofo cujo trabalho nos fez avançar imensamente na compreensão das mídias, dos nossos processos comunicacionais. É nele em que busco os conceitos de aparelho, de programação e jogo. É munido de suas referências que parto em aventura de reconfiguração – de imagens, ideias e ações.

A arte possui incrível potência de gerar raciocínio, de gerar emoções. E digo emoção como uma força mobilizadora, diferentemente do que se pode acreditar, a fruição de uma obra artística possui a centelha revolucionária que necessitamos para enfim nos movimentarmos – de um ponto conhecido a outro totalmente novo. “OQUEVEMOS” pretende isto, tragar da arte a possibilidade de uma emoção, fazer com que esta emoção nos desloque, como sugere Didi-Huberman,

[...] uma *emoção* não seria uma e-moção, quer dizer, uma *moção*, um movimento que consiste em nos pôr para fora (e-, ex) de nós mesmos? Mas se a emoção é um movimento, ela é, portanto, uma ação: algo como um gesto ao mesmo tempo exterior

e interior, pois, quando a emoção nos atravessa, nossa alma se move, treme, se agita, e o nosso corpo faz uma série de coisas que nem sequer imaginamos. (DIDI-HUBERMAN, 2016. p. 26)

Então “OQUEVEMOS” não pôde ser apenas um trabalho escrito. Precisava, sim, da energia da ciência, mas sobretudo da energia da arte. Finalmente encontrei a linguagem e o dispositivo que me interessaria (vídeo-ensaio/vídeo-instalação). Minhas ideias explicadas aqui culminam nessa obra. É possível traduzir conceitos em uma tela, visto que o homem é um animal que pensa e se emociona. Quis acessar o *Outro* através de um diálogo composto de imagens e sons, algumas palavras.

As referências audiovisuais de “OQUEVEMOS” são diversas. A forma de filme-ensaio tão utilizada por Harun Farocki em seus trabalhos foi a principal inspiração para pensar qual direção tomaríamos, eu e a editora. Por diversas questões, não optamos (a equipe) por uma exposição cinematográfica da obra – com isso os nossos referenciais tornaram-se outros, como o artista Antoni Muntadas ou Vito Acconci.

Antoni Muntadas tem uma série de trabalhos onde irá questionar o papel da mídia e das tecnologias de segurança em nossa sociedade. Sobre o escopo artístico de Muntadas, José Roca dirá:

Desde o princípio de seu trabalho artístico, Antoni Muntadas analisa os fenômenos sociais e antropológicos de cada momento, para evidenciar, por meio de uma série de obras de diversos formatos (vídeo, instalação, impressos, internet, intervenções no espaço público etc) a forma como a realidade é configurada e controlada pelos meios de comunicação (Roca. Informação, espaço, controle. 2011, p15).

É dele a obra “Alphaville e outros” (2011), que versa sobre o espaço público e privado, muros e sistemas de segurança. Neste trabalho Muntadas apontará o caráter segregatório dos condomínios fechados e de suas práticas de vigilância. Reunindo imagens do filme “Alphaville” (1965), de Godard – uma ficção científica onde há uma cidade controlada pelo robô Alpha 60, que elimina os sentimentos de seus dominados – justapostas ao material publicitário e imagens do condomínio fechado *Alphaville*, em São Paulo, o artista irá propor o questionamento da formação de nossos espaços urbanos, bem como de que maneira o medo na sociedade contemporânea se apresenta na ubiquidade dos muros e tecnologias de segurança e vigilância.

Muntadas também versará bastante, em suas entrevistas e textos, sobre o papel do artista – um papel que segundo ele é mais de “facilitador”:

Às vezes não temos o que fazer, o que já existe pode ser visto de outra forma. Às vezes, tentar mostrar o invisível também é função do artista. Ou aquilo que não se vê,

o que está oculto, o que é difícil de se penetrar. Tentar ajudar a ler a imagem ou a relê-la também é importante. (Muntadas. Conferência Fronteiras do Pensamento, 2007).

É seguindo seu pensamento de “reler imagens” que mantenho os apontamentos feitos em “OQUEVEMOS”: são imagens parcialmente encobertas, não por camadas físicas, mas por ideias, conceitos e programações. Os dois primeiros blocos de “OQUEVEMOS” funcionam de maneira independente. Um fala do que é visto e o outro do que é encoberto: só no terceiro bloco teremos a junção definitiva dos dois, numa síntese.

Por encaminhar-se para o vídeo, buscamos referências também em um dos trabalhos mais relevantes da história da vídeo-arte: “*Centers*” (1971), de Vito Acconci, onde o artista aponta em direção à câmera, para si mesmo e para o espectador. Acconci irá utilizar o visor da câmera como um espelho, mantendo sempre o foco da imagem em seu dedo, o que resultará em um gesto direcionado não apenas a si, mas ao exterior. Pode-se dizer que o artista revela o dispositivo entre *performer* e espectador: entre seu dedo e nossos olhos há uma câmera, um monitor por onde passam as imagens e o projetor de onde elas são geradas.

Claro, os questionamentos em 1971 eram diferentes dos de hoje, mas na energia de “*Centers*” consigo enxergar a capacidade de gerar uma quebra no olhar do espectador. A atividade de sustentar o dedo diante da câmera é muito parecida com a de sustentar o olhar para esta imagem – há em “OQUEVEMOS” essa necessidade de sustentar o olhar diante das cenas que são mostradas. Não aponto um dedo, mas aponto imagens que também revelam o aparelho e seus vícios.

Tendo esclarecido motivações e inspirações, posso seguir adiante.

O que vem a ser o Aparelho? Aqui eu afirmo que seja uma máquina ou sistema de máquinas que sirva de mediação entre evento e percepção do evento. Em minha pesquisa quero dar a entender que a câmera de vigilância é um aparelho poderoso. Na sequência de imagens dedicada às especulações sobre a morte de Luiz Carlos Ruas falo do poder de vigilância dessas câmeras. Redundante, talvez, porém, necessário. Uma câmera de vigilância, por associação é tratada como câmera de segurança. O que percebemos no curto vídeo onde Luiz é espancado é que este conceito é ultrapassado. A câmera de vigilância não nos fornece segurança; na sala do vigilante, em sua caixa-preta, temos o registro das imagens, uma série de eventos é capturado pelas lentes-vigia. Estes eventos serão vistos de forma distanciada. Distante da ação, o vigilante pode escolher o modo como atuar. A primeira noção do poder das imagens que devemos ter é essa: ela nos aparta dos eventos. No caso de Luiz Ruas é essa separação que nos aponta o horror. Temos o espancamento de um homem sendo filmado do princípio ao fim, no entanto a

segurança da estação de trem/metrô não é acionada. Essas imagens serão apenas imagens de registro. Saberemos como Luiz morreu, com quantos chutes, de que modo permaneceu deitado no chão. O aparelho irá engolir o ambulante e seus agressores, contará uma história distante de nós e nos mostrará como reagem as pessoas ao redor: 1. com indignação e 2. com passividade. Nós todos já vimos agressões. Sabemos como elas podem acabar e não queremos jamais que alguém nos agrida. O exemplo pode ficar para o outro. Luiz Ruas é esse exemplo e, mais ainda, os observadores que o cercam.

Teremos nessas imagens uma informação: como pessoas reagem à uma agressão. Outras informações: quantos homens espancaram a vítima, por quanto tempo a espancaram, com que objetos (se houve objetos), se houve uma motivação para a agressão (e a Lei compreende que em certos casos *há* espaço para uma motivação). O quadro que assistimos é bizarro e injusto. É um espetáculo, ainda. Após sua gravação, a agressão tomou conta de canais de TV e *feeds* em sites na internet. Nos contou a fábula de um homem chamado de “Índio” que por ter tentado ajudar a travesti de alcunha “Brasil” foi morto sem piedade. O que vemos é a imagem de um crime que não foi impedido.

A câmera que capturou os agressores e vítima deveria ter cumprido a função de segurar, mas, vigiando, nos serviu apenas para registrar. O crime foi solucionado graças à essa e à outras imagens, mas a vigilância aí se tornou ridícula, ineficaz: não impediu a morte de um homem. Mas nos atualizou de uma ação de violência. Através dos telejornais, vimos o mundo perigoso no qual vivemos. Entendemos que a falta de segurança nos ameaça, entendemos que apenas com mais técnicas de proteger propriedades e indivíduos poderemos sair às ruas. Essa imagem conta a história de uma crise e nos informa sobre como o Estado não garante nosso bem-estar. Então o que sobra disso? Exigiremos mais segurança, mais policiamento, mais vigilância. Teremos imagens de tudo, mas jamais impediremos crimes como esse de acontecer, por que a imagem cumpre seu papel de anunciar uma crise, mas jamais será a imagem que a eliminará.

Após as imagens brutais de Luiz Ruas, veremos o evento que levou o garoto João Victor à morte. Contrapondo-se à natureza reveladora da cena anterior, na sequência onde vemos alguns momentos antes e após o colapso de João Victor, as câmeras nos faltarão. Teremos dois quadros perversos. Talvez com mais câmeras tivéssemos acesso ao que de fato ocorreu com o garoto, mas não sabemos, não possuímos mais imagens. A sugestão aqui é a de total aparelhamento. O enquadramento das câmeras captura um estacionamento e um ponto de ônibus. Parte da ação se passa fora do quadro. Temos o início de uma discussão entre um

homem e o garoto; temos uma correria sugerida no topo de uma das imagens e logo após o corpo de João sendo carregado de maneira completamente irresponsável e inumana por dois homens. Um terceiro ainda recolhe objetos pelo chão. A imagem aqui nos falta. É cruel demais, as informações da máquina encobrem o evento. Sabemos do humor agressivo do garoto e de um colapso. O que houve? Como João Victor foi reduzido a um corpo sem vida? Não teremos como saber. Testemunhas oculares sugerem agressões, outros afirmam que o garoto estava nervoso ao ponto de ameaçar clientes da franquía de lanchonetes e que, por isso, foi tratado com animosidade, mas não com violência. No que acreditar? Nas imagens do jovem acertando um carro com um pedaço de madeira? Nas imagens de uma correria misteriosa?

A sequência de João Victor tratará de contar como as imagens podem mascarar fatos, construir narrativas distantes do evento. Tudo o que passa pelo Aparelho pode ser fabulado e, portanto, pode ser considerado como ficção: mesmo um evento concreto onde temos testemunhas. A câmera de vigilância deveria ser técnica, funcional. Não deve haver espaço para a dúvida. Se a imagem de Luiz sendo espancado perturba por ser explícita, a de João perturba por mostrar “de menos”. E, claro, assumimos aqui que queremos ver algo: um soco, o colapso que leva o garoto ao estado em que o vemos quando está sendo carregado, qualquer coisa que nos mostre um fato. Uma cena de agressão, por menor que seja, nos ajudaria. Uma cena de solidariedade dos homens que carregam o garoto. Mas não há.

### III

Após entender melhor a natureza dúbia da imagem digital, gostaria de me questionar sobre os aparelhos que a fabricam. As câmeras de vigilância migram das paredes e do elevado dos muros para a palma de nossas mãos. Em realidade, não apenas para nossas mãos: óculos espiões, canetas, flores espiãs, há toda uma variedade de instrumentos de vigilância e captura da imagem. Hoje, com câmeras minúsculas, nem mais os investigadores precisam se esconder. Como já dito, modelos simples de câmeras de vigilância conversam diretamente com a Rede, de modo que essas tecnologias de produção de imagens há muito já superaram os limites possíveis encontrados por sua “operação”. O operador da câmera pode mover a gola de sua camisa e acionar as funções de uma câmera-botão. César Baio, em seu “Máquinas de imagem: arte, tecnologia e pós-virtualidade.” fala sobre como a tecnologia e sua entrada na vida íntima das pessoas já não parece um roteiro de ficção científica:

De fato, atualmente, cada vez mais os sistemas computacionais se miniaturizam, se multiplicam e se inserem de maneira mais íntima à nossa vida. No horizonte da ubiquidade computacional, tudo o que nos cerca passa a incorporar

microcontroladores, sensores, conexões em rede, telas e projetores. Com isso, roupas, objetos, corpos, edificações, espaços públicos se transformam em plataforma eletrônica para produção e circulação de imagens, sons e textos. (BAIO, 2015, p. 15)

Essa relação íntima que possuímos com as câmeras pode ser observada (de maneira até simplista) em como qualquer modelo de smartphone é projetado não só para produzir imagens, como para compartilhá-las. Temos redes sociais inteiras dedicadas à fotografia, como o Instagram ou o Flickr.

Se a câmera de vigilância das estações de metrô, estacionamentos, CFTVs ao redor do mundo tinham palco televisionado, as câmeras de vigilância dos Smartphones possuem ainda maior plateia: as redes sociais, aplicativos destinados exclusivamente ao compartilhamento de imagens e, claro, os programas televisivos, que, atualizados, já se utilizam de materiais oriundos da Rede.

Por maior difusão, todas as imagens que partem das novas ferramentas de vigilância são virais. Correm em velocidade distinta do evento. O Evento, aqui, é algo que apenas dispara uma questão. Talvez pouco tenha a ver com as imagens geradas dele. As imagens, entretanto, se tornarão este evento. A História partirá do aparelho, será fábula, Ficção, pós-história. O homem que abate outro no presídio em Manaus enquanto é filmado por uma câmera de celular não apenas mata alguém, mas exhibe-se em assassinato. Sua performance é direcionada ao Whatsapp, ao Instagram, à viralização; sua facção será considerada “invencível”, muito embora saibamos que o crime organizado em nosso país, é extremamente ramificado e tem poderes muito delicados.

A história que partirá do massacre em Manaus não é a de uma briga entre facções rivais que foram capturadas por uma câmera de segurança, mas a encenação de uma disputa onde o lado perdedor foi obliterado. A diferença entre a vigilância (captura do real/ vigília) do sistema carcerário e a vigilância do cinegrafista do crime organizado é que a primeira delimita a ação do crime ao campo do presídio, enquanto a segunda nos declara uma invasão através de nossos meios de comunicação. O coração do inimigo foi filmado sendo arrancado não apenas por registro de atitude vitoriosa, mas para disseminação de um conteúdo. Nós estamos aqui, essas imagens dizem, existimos

Uma questão primordial para entendermos como essas imagens nos afetam é perceber que as diversas imagens do mundo contribuíram para a construção desse evento. Das pinturas nos livros dos primeiros exploradores europeus quando estiveram no Novo Mundo, com criaturas bestiais que comem-se entre si, ao super-herói hollywoodiano que crava uma lança no peito de seu inimigo, tudo isto contribuiu para a estética do DVD “Massacre em [Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2018 n° 20, Vol. 01, pp. 145-161 ISSN 1983-5000](#)

Manaus – Melhores Momentos”, esgotado rapidamente nos camelôs da cidade onde foi gravado. Este talvez seja o principal absurdo que surge do fato de sermos orientados pelo aparelho: perdemos algo de emoção. Ganhamos referências que servirão para que nós mesmos nos tornemos referências.

Existe no gesto assassino algo que nos aparta. A partir dali somos totalmente o *Outro*. Assistimos. Nós não somos agressores nem agredidos. Talvez por isso estejamos dispostos a ver. A câmera de vigilância desce da parede, está aqui em nossas mãos. Qual poder nos foi dado? Existe na qualidade extensora de nossas percepções na câmera uma força que nos entorpece – é esta força a responsável por nos imergir na “magia” do dispositivo cinematográfico, na atmosfera dispersiva da TV e no jogo ilusório das imagens de vigilância.

McLuhan dirá que a humanidade torna-se rapidamente fascinada por qualquer extensão de si mesma em qualquer material que não seja o dela própria (1964, p. 59), isto pelo efeito narcótico desta extensão – o mesmo entorpecimento pelo qual o jovem Narciso foi dominado quando mirou seu próprio reflexo. A câmera de vigilância, que amplifica nossa capacidade de visão e de registro, seria uma extensão também de nosso sistema nervoso central (e talvez agora haja uma colaboração não hierárquica entre SNC e Tecnologia). Agora entenda-se que nosso corpo suporta uma carga não muito específica, mas limitada, de absorção de fenômenos e poderemos compreender que existe um mecanismo de defesa de nossos próprios órgãos dos sentidos para manter esta hiperabsorção em um nível mais ou menos *adequado*. Para assimilarmos as imagens do massacre, precisaremos amputar de nossas mentes a probabilidade de nos reconhecermos ali. A domesticação terá papel de extirpar o desconforto causado pelas imagens e, por isso, nos acostumaremos à elas.

A formalização do mundo concreto não poderia nos deixar ilesos: ao testemunharmos a via-crúcis de Dandara, abrimos alguns de nossos sentidos (como a visão) e fechamos outros (como a empatia, que é mais sentimento que sentido) – esta é a defesa de nosso sistema nervoso central ao estímulo advindo das imagens. A atualização da violência através das câmeras de vigilância trabalha com esses fatores, a amputação de um sentido e o afloramento de outro. Após vermos a dor pela qual Dandara passa, nos anestesiemos e demoramos a nos reconhecer nas imagens (senão como indivíduo – travesti –, como coletivo – espécie humana). McLuhan retomará o tema de Narciso, que não percebe seu reflexo como uma imagem de si próprio, amputando-se do reconhecimento, para tratar disto:

Se Narciso se hipnotiza pela sua própria imagem auto-amputada, há uma boa razão para o hipnotismo. Há um íntimo paralelo de reações entre as estruturas dos choques ou traumas físicos e mentais. Uma pessoa que subitamente perde seus entes queridos

e uma que cai de uma altura de poucos metros apresentam ambas sintomas de estado de choque. A perda da família e a queda física são casos extremos de amputação do próprio ser. O choque produz um embotamento generalizado ou uma sensibilização do limiar da percepção. A vítima parece imune à dor e a outros estímulos. [...] A seleção de um *único* sentido para estimulação intensa, ou, em tecnologia, de único sentido “amputado”, prolongado ou isolado, é a razão parcial do efeito de entorpecimento que a tecnologia como tal exerce sobre seus produtores e consumidores. (MCLUHAN, 1964, pp. 62-63)

Enfim, pode-se entender como tantos consomem imagens intoleráveis: há a construção de uma tolerância que vai apagando alguns de nossos sentidos/sentimentos e estimulando outros. Uma imagem abriria caminho para outra, mesmo que de forma não intencional. O espetáculo nos orienta em direção a outro evento. A máxima “nada é real, tudo é ficção”, de Flusser, vem à tona.

O que pode-se compreender da frase acima? É uma frase que pesa. Em algum momento serve como armadilha (mas quase toda frase é armadilha, visto que as *palavras são grávidas de significados*). É importante perceber que vamos encarar a realidade a partir de certas apreensões. A armadilha aqui é o uso leviano da frase “nada é real, tudo é ficção” numa esfera em que se legitima horrores. A citação deve desvelar o ficcional. Não encobri-lo.

É Ficção por partir do Aparelho. É Ficção por estar dentro de uma estética da ordem da atuação (representação). Qual o poder que nos foi dado quando nos tornamos vigilantes? O poder de atuar – agir, representar. Somos duplamente atores – triplamente, se consideramos que atuar também significa “tratar por ‘tu’”, isto é, tratar alguém com familiaridade, o que também realizamos, pois vigiar é ser íntimo. No caso Dandara temos uma amostra disto, dessa atuação. Enquanto os sujeitos a machucam, um deles assume postura policiaisca. Coloca os braços para trás, dá ordens e questiona a travesti exatamente como um policial o faria – um mal policial, isto é, o policial que facilmente é apresentado em ficções e mesmo em vídeos de internet. O agressor neste momento é *performer*, o que ele faz não é exatamente executar uma ação corriqueira, ele atua para a câmera. Quer sair “bem” na gravação.

A atuação também é da ordem do discurso. O que se ouve em cena são ordens para que Dandara se posicione sobre o carrinho de mão (onde mais tarde os agressores a levarão para outro lugar, onde a executarão). Além disso, ouvimos palavras de escárnio como “a ‘mundiça’ tá de calcinha e tudo” (sic). Este discurso é claro e define as intenções do vídeo: travestis devem temer por suas vidas. No mesmo mês, mais cedo, na mesma cidade (Fortaleza), outra travesti foi agredida: ninguém gravou este abuso. Coube à Dandara ser o corpo agredido, fazer parte da performance macabra de um crime de ódio.

Dandara morreu e o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Em vídeo, em linhas, Dandara faz parte de uma estatística. Mas Dandara não é uma estatística – é uma tragédia. Todos os mortos que aparecem em vídeos logo tornam-se números. A tragédia da câmera de vigilância sobre a esfera pessoal talvez seja essa, o fim da individualidade de caso. Antes de serem engolidos pelo aparelho, os sujeitos mortos fazem parte de uma família, de um grupo de amigos, fazem parte de algo. Após terem suas imagens capturadas, são registros do passado, evidências, estatísticas, exemplos, *footage* para a realização de curtas universitários, mas não pessoas. As pessoas ficaram para trás e a investigação não chega a elas, mas apenas às consequências de suas mortes. Mais uma vez a emoção é esmagada, o que sobra é tabela científica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível atravessar todo o caminho até aqui sem afetar-se. O que sinto quando vejo uma obra de arte como *Guernica* (1937), de Picasso, certamente não é o que o leitor deste texto sentirá ao fruir a mesma obra. Então: como minha obra afetou a mim? Fica difícil contemplar a resposta. É possível que, ao final deste texto, o leitor compreenda ainda mais sobre como “OQUEVEMOS” afetou a si e menos ainda sobre como reagi à feitura da obra. De toda forma, não é algo que se perca.

A primeira questão que me surgiu foi de ordem emocional: consigo prosseguir vendo estes vídeos sem enojar-me (e era esta a emoção que sentia, nojo)? Após algum tempo, a questão mudou: consigo prosseguir vendo estes vídeos e continuar me enojando? Após o sentimento de impotência diante das primeiras imagens analisadas (as de Luiz Ruas), surpreendi-me acostumado. E, após assistir às decapitações, jogos de futebol com cabeças humanas, pouco reparei nas agressões sofridas pela travesti Dandara. O que eu sugiro em meu trabalho é o papel domesticador das imagens, de como elas podem nos adormecer e atualizar a violência em nossos ambientes virtuais. Havia acontecido comigo.

Mas por acontecer exatamente comigo não significa que acontecerá com qualquer outro espectador. A segunda questão foi a de ordem prática: como montar uma obra que fale sobre o que quero falar e que funcione de alguma maneira parecida como funcionou comigo? Foram horas de trabalho com a montadora Mariana Gomes, que assistiu à uma grande parte acervo do que resolvemos chamar de “horíveis vídeos de pessoas morrendo”. Com a ajuda da orientação do professor Yuri Firmeza, encontramos dentro de nossa técnica a estética que poderia nos ajudar a passar a mensagem da maneira que sonhávamos passar.

Para resolver a primeira questão, resolvi distanciar-me do que assistia. Esta talvez seja uma palavra-chave do trabalho, distanciamento. Consegui recuperar a emoção, mas não apenas reassistindo os vídeos. Tive de procurar saber mais sobre as pessoas que morriam diante de mim, tive de pensar milhares de vezes que eram seres humanos exatamente iguais a mim. Vindo de uma tradição familiar cristã, a maior tarefa foi fugir do sentimento de culpa e aceitar o sentimento de responsabilidade: pautava meu trabalho sobre figuras mortas, sobre algo de miséria da espécie humana – como tratar disto e não ser um artista viciado? Como falar dessas figuras e ainda assim manter o respeito por elas? Dediquei-me à tarefa de, na segunda questão, a montagem, incomodar. Não pelo espetáculo, não pelo fornecimento de imagens cruéis (isto é um trabalho que não precisa de agentes como eu, as imagens espalham-se pela internet e programas policiais de maneira abundante). Incomodar para apontar.

Acredito no potencial benéfico de nossos aparelhos produtores de imagem, do potencial artístico deles, mas também no potencial destrutivo, no potencial domesticador. Desta maneira, do início de minha pesquisa até agora, enquanto escrevo, sei que fui afetado. É necessário que olhemos através das estatísticas, dos fragmentos de informação. Não de maneira paranoica. Flusser dirá que existem duas formas sintomáticas de estupidez no mundo pós-histórico, este dominado pelas imagens técnicas que surgem de nossos aparelhos: “a estupidez dos aparelhos programadores” e a “estupidez dos bárbaros destruidores de aparelhos” (p190). Se o indivíduo domesticado é funcionário do aparelho programador, o paranoico figura como um bárbaro destruidor de aparelhos.

Não busco a destruição. O que busco é retornar ao ponto onde nos emocionamos e subvertemos o que a programação de nossos aparelhos nos sugere. “OQUEVEMOS” pode ser visto tanto de maneira privada, em casa, quanto em um museu – seu dispositivo seria o mesmo que temos em nossas mãos diariamente: um *smartphone* ou *tablet*, um computador pessoal, rodando infinitamente imagens que escapam do *feedback* forçado por nossa programação, justamente por apontarem a alienação causada por esta.

Há um mal-estar em nossa sociedade. Vários grupos já percebem como certas imagens se impõem diante de nós – padrões de beleza, padrões de consumo. Temos buscado o *Outro* com mais força do que nunca. Ainda assim nos mantemos apartados. Existe uma lógica perversa nisto sobre a qual dificilmente conseguirei me debruçar neste trabalho, que é a lógica da produtividade se impondo à inventividade, que é a do encarceramento se impondo à filosofia, a lógica da mercadoria que supera a arte. Essa lógica pode ser observada cruamente no material que utilizei para realizar “OQUEVEMOS”. É um material difícil, absurdo, mas necessário –

exatamente por suas duas primeiras características. Tudo o que pudemos ver passou por um tipo de “linha de produção” onde foram inseridas as peças que nos fazem perder o acesso ao *Outro*. Pude “tomar os meios de produção” e reorganizar a fábrica; pude trocar peças, pôr em primeiro plano a ação do pensamento, a emotividade da arte.

Não posso concluir um trabalho como este a falar: os resultados são x e y. Os resultados para mim são dois fantasmas, um texto e uma montagem audiovisual. Quero que ela chegue ao *Outro* da mesma forma que chegou a mim. Não posso afirmar que chegará, mas posso afirmar que tentei. Foram quatro anos e meio estudando sobre como contar algo de maneira audiovisual – existem os formalismos próprios para isto, e à estas regras respeitei ou desrespeitei completamente, mas com carinho. A História parte, sim, do Aparelho. O fato de minha obra existir apenas virtualmente me faz um pouco mais crente diante desta frase. Por vezes pensei poder afirmar que *sei* disto, mas agora apenas *creio*. *Crer* foi o bastante para me emocionar e para realizar tudo o que realizei aqui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marcelo Matos et al. **Muntadas**: informação, espaço, controle. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

BAUDRY, Jean-Louis. Cinema: efeitos ideológicos produzidos pelo aparelho de base. In: XAVIER, Ismail (org.) **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, 1983.

COUCHOT, Edmond. **A tecnologia na arte**: da fotografia à realidade virtual. Traduzido por Sandra Rey. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34. 2016.

DUBOIS, Philippe. **Cinema, Vídeo, Godard**. Traduzido por Mateus Araújo Silva. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FLUSSER, Villém. **Pós-História**: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Annablume, 2011.

LABAKI, Amir (org.). **A Verdade de cada um**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

MACHADO, Arlindo. **O Sujeito na Tela**: Modos de enunciação no cinema e no ciberespaço. São Paulo: Paulus, 2007.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: EDIPRO. 2012.

SANTOS, César A. Baio. **Máquinas de imagem**: arte, tecnologia e pós-virtualidade. São Paulo: Annablume, 2015.

SOUSA, George Ulysses R. **O que vemos**. Video-Ensaio disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=\\_6E2qksoHuI&app=desktop](https://www.youtube.com/watch?v=_6E2qksoHuI&app=desktop) (17/10/2018).